

Juliana Gomes Dornelas

**NA AMÉRICA, A ESPERANÇA: OS IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES E SEUS
DESCENDENTES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS (1890-1940)**

Dissertação de mestrado

Juiz de Fora
2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**NA AMÉRICA, A ESPERANÇA: OS IMIGRANTES SÍRIOS E LIBANESES E SEUS
DESCENDENTES EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS (1890-1940)**

Juliana Gomes Dornelas

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História, como requisito parcial para
a obtenção do título de Mestre em
História por Juliana Gomes Dornelas

Orientador: Prof. Dr. Alexandre
Mansur Barata.

Juiz de Fora
2008

Juliana Gomes Dornelas

Na América, a Esperança: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre e aprovada, em 06 de junho de 2008 por:

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Profa. Dra. Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof. Dr. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão
Universidade da Califórnia Davis-EUA

AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho foram muitos os que colaboraram de forma direta e até mesmo indireta, para sua realização. Não só instituições com os seus documentos e seus funcionários, como também pessoas próximas e distantes.

Para elaborarmos uma dissertação, precisamos de fontes que nos permitam uma análise aprofundada sobre determinado assunto, para que depois seja possível escrever sobre o tema pesquisado. Não conseguiria redigir esta dissertação sem a ajuda daquelas que armazenam estes documentos: as instituições de pesquisa. Devo, então, agradecer a todas instituições que me acolheram e aos seus funcionários, que atenciosamente me atenderam e apresentaram as fontes que faziam parte do meu objeto de estudo. Dessa forma, sou grata ao Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e ao Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, juntamente com seus funcionários.

Agradeço também ao Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, dirigido por Galba di Mambro; ao senhor Ernesto Giudice Filho, que permitiu o acesso aos documentos escolares dos alunos do Colégio Granbery, alocados no Arquivo Histórico e Museu Granbery; a senhora Maria do Carmo Schweigert, do Colégio Academia (Cristo Redentor); ao senhor Luiz Carlos Lawall e ao Padre Antônio Cornélio Vianna, que abriram as fontes de casamentos da Igreja Catedral para minha pesquisa; a senhora Conceição, funcionária da Escola Estadual Delfim Moreira, que me indicou as listas de matrículas de alunos; a senhora Elaine da Associação Comercial de Juiz de Fora, que foi muito positiva em atender a minha necessidade; e ao Senhor Wilson Coury Jabour Jr. e a seu pai Wilson Coury Jabour, que me indicaram as pessoas a quem eu devia entrevistar e me disponibilizaram com o maior zelo e empenho o arquivo pessoal do senhor Felipe Coury Jabour, que é respectivamente avô e pai dos citados acima.

Também, é de fulcral importância agradecermos a algumas pessoas que nos ajudaram a tornar esta dissertação mais viva, mais interessante, ao conceder-nos entrevistas sobre suas trajetórias. Sem a boa vontade e a colaboração destas, seria impossível nos aprofundarmos no tema por nós estudado. São elas: Wilson Coury Jabour, Mtanos Miana, Marie Hallack, Amália Arbache Arbex, Georges Sabbagh, Sônia Sabbagh, Wadya Arbex, José Miguel Kassis, Rachel Kassis, Maria Hallack, Nicolas Youssef Nakhle, Emma Jabour, Luiz Abrahão Sefair e Mounira Haddad Rahme.

Devo meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Alexandre Mansur Barata, que me acompanhou desde o início deste trabalho até o momento da defesa, e não poupou esforços para me ajudar. Fez muitas correções e me concedeu uma série de dicas, que só me fizeram crescer como pessoa e como profissional. Sem esta figura importante não seria possível a finalização de nossa dissertação.

Mas não foram só os professores que estavam por perto que contribuíram para a realização deste trabalho. Devo agradecer ao Professor Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão, que novamente me ajudou a melhorar o meu texto, indicando leituras novas e questões recentes sobre o assunto.

Agradeço também àqueles que aceitaram de imediato ao convite de fazerem parte de minha banca de qualificação e de defesa: ao Prof. Dr. Marco Antônio Cabral dos Santos, ao Prof. Dr. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e a Profa. Dra. Sônia Cristina da Fonseca Machado Lino.

Meus companheiros de mestrado também têm sua parcela de colaboração na definição e redação desta dissertação. Gostaria de agradecer em especial a uma amiga, Maíra, que foi para mim como uma “co-orientadora”, porque me acompanhou em todos os momentos de dúvida, lendo o que eu havia escrito e coletando fontes importantes para meu tema de estudo, que encontrava quando estava realizando seu trabalho de pesquisa. Da mesma forma, agradeço ao meu amigo Cleyton, que colaborou com esta dissertação ao também fotografar documentos que se tornaram fundamentais para nossa redação. Por fim, mas não menos importantes, estão os amigos que participaram da minha vida antes, durante e espero que depois deste mestrado, e que involuntariamente me ajudaram, ao me fazer esquecer um pouco das responsabilidades, aliviando as tensões comuns de acontecerem neste período de nossas vidas. O meu muito obrigado ao Juliano, Yara, Raphaela, Iverson e Ana Paula.

Minha família foi outro ponto de apoio e de colaboração nesta pesquisa, auxiliando-me em minhas viagens de madrugada, para chegar a tempo de assistir as aulas do mestrado, já que não trabalhava em Juiz de Fora e sim em Manhuaçu, minha cidade natal. A meus pais, os meus agradecimentos por me auxiliarem e por ficarem acordados comigo em muitas madrugadas para me levar a rodoviária; aos meus irmãos, agradeço por compreenderem que eu precisava de me apossar do computador para redigir meu trabalho. Ao meu namorado Cristiano, que é um grande companheiro, por entender minhas viagens constantes, minha falta de tempo e por me acompanhar em todos os momentos difíceis com os quais me deparava, meu muito obrigada. Sem sua ajuda não seria possível chegar até aqui.

Por fim, e corro o risco de ter esquecido de alguém, agradeço aos imigrantes sírios e libaneses, que mesmo sem saber, possibilitaram a existência deste trabalho, através da preservação de sua história, suas tradições, suas culturas. Pelas biografias e livros escritos por descendentes e pelo empréstimo de suas trajetórias de vida para a redação deste trabalho. Se não fossem por vocês, hoje esta dissertação não seria realidade.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

A meus pais Salvador e Maria Aparecida
e ao meu namorado Cristiano,
com gratidão e amor.

“Tinham acabado de desembarcar. Sentem-se tolhidos, perdidos, acuados em meio a estridência de sons, onde se confundem vozes, risos, gargalhadas, gritos, chamamentos, xingações, choros de alegria, murmúrios de decepção, perguntas em espanhol, em italiano, em alemão, em francês, em inglês. Se questionam, e em árabe, não haverá?”

(Salim Miguel – Nur na escuridão)

RESUMO

A dissertação analisa a chegada e a inserção de imigrantes sírios e libaneses na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, entre os anos de 1890 e 1940. Procurou-se identificar os mecanismos de adaptação desses imigrantes à sociedade juizforana, as trocas culturais vivenciadas no decorrer do período, bem como, os obstáculos e conflitos enfrentados. Para tanto, atentou-se para diferentes instâncias da vida cotidiana desse grupo étnico: a formação educacional; a constituição de matrimônios; a mobilidade social e as atividades econômicas e profissionais exercidas. Para dar conta dos objetivos propostos, um conjunto diversificado de fontes foi utilizado: entrevistas orais, livros de matrículas das escolas (Colégio Granbery, Academia de Comércio, Escola Estadual Delfim Moreira); registros de casamentos realizados na Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora; processos criminais; inventários; documentos da Associação Comercial de Juiz de Fora e imprensa. O fio condutor da pesquisa é a percepção de que a inserção de sírios e libaneses na cidade de Juiz de Fora foi marcada por trocas culturais que não implicaram numa assimilação total com a conseqüente perda da cultura pré-imigratória. Mas, ao contrário, verificou-se um processo de mão-dupla, no qual as trocas culturais acabaram por modificar parcialmente tanto a população local quanto os imigrantes que se estabeleceram na cidade.

ABSTRACT

The dissertation analyzes the syrian and lebanese immigrants' arrival in Juiz de Fora City, Minas Gerais, among 1980 and 1940. It was tried to identify these immigrants' adaptation mechanism in the Juiz de Fora's society, the cultural exchanges in this period and the obstacles and conflicts faced. Therefore, it was considered different everyday life aspects of these ethnic group: the educational background, the marriages, the social mobility and the professional and economic activities practiced. To reach the proposed objectives, a different group of sources was used: oral interviews, school registration books (Granbery School, Academia de Comércio, Escola Estadual Delfim Moreira); marriage's registrations made in the Cathedral Metropolitana de Juiz de Fora Church; criminal cases; inventories; Associação Comercial de Juiz de Fora's documents and the press. The main point of the research is the perception that the syrian and lebanese's adaptation in Juiz de Fora was marked by cultural exchanges that didn't result in a total comprehension and, as a result, waste of pre-immigration culture. But, on the other hand, it was verified a double-hand process, in which cultural exchanges modified partially the local population and the immigrants that were adapted in the city.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE QUADROS	13
INTRODUÇÃO.....	14
1. EMIGRAR PARA VIVER MELHOR.	27
1.1 A imigração para o Brasil: uma breve abordagem.....	27
1.2 A imigração síria e libanesa e sua singularidade.....	34
1.3 O processo imigratório no Estado de Minas Gerais.....	43
1.4 Os sírios e os libaneses na cidade de Juiz de Fora.....	52
2. VIVENDO E CONVIVENDO	68
2.1 O Mundo da Escola: da saída de casa ao contato com as crianças locais.....	70
2.1.2 Colégio Americano Granbery.....	73
2.1.2 Academia de Comércio.....	82
2.1.3 Grupo Escolar Delfim Moreira.....	91
2.2 Casamentos realizados na Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.....	97
3. A SOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO	107
3.1 O trabalho de mascate: início de vida de muitos imigrantes sírios e libaneses.....	108
3.2 A alteridade e seus conflitos: das reclamações escritas a crimes de lesão corporal.....	114
3.2.1 Mercadores ambulantes: problema para o comércio local.....	115
3.2.2 Lesões corporais e ofensas pessoais: outra forma de expressão dos conflitos.....	121
3.3 Fracassos escondidos, mitos criados.....	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
FONTES E BIBLIOGRAFIA	152
ANEXOS.....	162
Anexo 1 – Modelo de questionário das entrevistas.....	162
Anexo 2 – Modelo de Cessão de Direitos.....	163

LISTA DE TABELAS

1. Desembarques de imigrantes, por quinquênio, Brasil, 1890-1940.....	31
2. Imigração por nacionalidade, Brasil, 1884-1933	33
3. Recenseamento populacional, perímetro urbano, Juiz de Fora, 1893	55
4. Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940	74
5. Total de alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940	75
6. Endereços dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940	79
7. Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940	83
8. Total de alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940	84
9. Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940	94
10. Endereços dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940	95
11. Casamentos realizados com pessoas de outra ascendência, Juiz de Fora 1890-1940	99
12. Padrinhos dos casamentos entre pessoas de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940	101
13. Casamentos entre brasileiros com padrinhos de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940	101
14. Motivos dos conflitos que envolveram sírios, libaneses ou seus descendentes, Juiz de Fora, 1890-1940	126
15. Instrumentos e golpes empregados nos conflitos de lesão corporal, Juiz de Fora, 1890-1940	129
16. Vítimas e réus nos processos de Calúnia e Injúria, Juiz de Fora, 1890-1940	130

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Mapa do Líbano	58
2. Mapa da Síria	59
3. Propaganda do estabelecimento “Casa Libaneza”, Juiz de Fora, 1912	138
4. Propaganda do estabelecimento “Casa Síria”, Juiz de Fora, 1912	138

LISTA DE GRÁFICOS

1. Movimento Imigratório de turco-árabes, Brasil, 1908-1913	41
2. Entradas e saídas de imigrantes sírios e libaneses, Brasil, 1935-1939	42
3. Movimento Imigratório, Minas Gerais, 1896-1926	46
4. Cursos freqüentados por alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890 a 1940	76
5. Naturalidade dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890 a 1940	78
6. Cursos freqüentados por alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890 – 1940	85
7. Naturalidade dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940	86
8. Naturalidade paterna dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940	93
9. Profissão paterna dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940	95
10. Casamentos entre pessoas de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940	98
11. Vítimas e Réus nos Processos crime de Lesão corporal, Juiz de Fora, 1890 a 1940	122
12. Conflitos entre pessoas de origem síria ou libanesa e outras nacionalidades, Juiz de Fora, 1890-1940	124

LISTA DE QUADROS

1. Relação de Entrevistados	23
2. Estabelecimentos Comerciais e Fabrís de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1912	136
3. Estabelecimentos Comerciais e Fabrís de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1915	139
4. Estabelecimentos Comerciais e Fabrís de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1916	140
5. Estabelecimentos Fabrís de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1928	141

INTRODUÇÃO

“Fato social total”, é verdade; falar de imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica (...) e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento.¹

A chegada de grupos imigrantes em um novo país é permeada de mudanças, tanto para aqueles que se instalam, quanto para aqueles que já moram no lugar, e que têm que aprender a conviver com pessoas diferentes. É um contato acompanhado de conflitos e de preconceitos, mas também de formação de laços de amizades e de respeito mútuo. No decorrer deste relacionamento as trocas culturais vão acontecendo, de forma a incrementar e modificar parcialmente as tradições locais e a dos imigrantes.

Essa dissertação tem por objetivo geral analisar a chegada e inserção de imigrantes sírios e libaneses na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, entre os anos de 1890 e 1940. O processo imigratório deste grupo para o Brasil trouxe em seu bojo uma característica peculiar: a sua independência. Os emigrados partiam de sua terra de origem, muitas vezes por decisão familiar, que pagavam suas despesas de viagem. Não foi o tipo de imigração incentivada pelo estado brasileiro e/ou subsidiada por ele.

Os imigrantes sírios e libaneses começaram a chegar ao Brasil no fim do século XIX e início do XX, fixando-se nos principais centros urbanos do país. Se grande parte concentrou-se em São Paulo, outros acabaram por se espalhar por quase todo o território brasileiro: Amazonas, Acre, Pará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Minas Gerais, dentre outros. Para alguns historiadores, esta dispersão acentuada possui estreita ligação com a atividade econômica desenvolvida pelos primeiros imigrantes sírios e libaneses, ou seja, a mascateação.

2

¹ SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998. p. 16.

² TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Cultura e imigração Árabes: influência na sociedade brasileira. In: *Relações entre Brasil e o mundo Sírios e libaneses: construção e perspectiva.*, 06, 2000. **Anais do Seminário Internacional...** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001. Parte VII, p. 01-73.

Escolhemos Juiz de Fora como espaço privilegiado de análise em função da presença marcante deste grupo étnico na cidade. Se até o presente momento não existem dados quantitativos que permitam saber o tamanho dessa comunidade em Juiz de Fora, o que nos permitiria fazer uma comparação com outras regiões, a existência, por exemplo, de duas instituições consolidadas, como o Clube Sírio e Libanês e a Igreja Melquita Católica de São Jorge, é um bom indicador da importância e da inserção da “colônia” no seio da sociedade juizforana.

Por sua vez, adotou-se como recorte cronológico o período entre os anos de 1890 e 1940. O primeiro registro oficial encontrado da presença desse grupo étnico em Juiz de Fora foi o Censo realizado em 1893 que identificou a presença de 27 “árabes” no perímetro da cidade que contava então com 10.200 habitantes.³ A historiografia local também considera que foi na última década do século XIX que os primeiros imigrantes libaneses chegaram a Juiz de Fora.⁴ Fixamos o ponto final de nosso trabalho na primeira metade do século XX. Isto se justifica pela constatação de um processo de queda substancial da entrada de sírios e libaneses no Brasil ocorrido na década de 1930. No período getulista a questão da etnicidade se fez presente e o estrangeiro passou a ser visto como perigo para a ordem social.⁵ A partir deste momento estabeleceram-se políticas de maior controle da imigração, como podemos perceber na Constituição de 1934. A partir desta data a corrente imigratória vinda de cada país não poderia exceder anualmente a dois por cento sobre o total do número de imigrantes de cada etnia já residente no Brasil, vedando a possibilidade destes se concentrarem em determinados pontos do território, devendo à “*lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena*”.⁶ Todas estas restrições trouxeram consigo a diminuição do fluxo imigratório

³ Boletim de Estatística do município de Juiz de Fora referente ao ano de 1928. **Juiz de Fora, 1928. Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Série 164. Caixa 120.**

⁴ Na historiografia local temos dois trabalhos: ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. (org.). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000; BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora.** Juiz de Fora : Edições Paraibuna, 1988.

⁵ SOUZA, Rogério Luiz de. Uma raça mista, uma sociedade homogênea: o projeto étnico do catolicismo em Santa Catarina. In: **Fronteiras: Revista Catarinense de História.** Florianópolis: UFSC, v. 7, p. 73-88, 1999. Disponível em: http://www.cfh.ufsc.br/~larc/arquivos/raca_mista_rogerio.PDF

⁶ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Capturado em: 16/08/2006.

nesta década, o que foi agravado com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que acabou por dificultar (mas não cessar) a entrada de imigrantes.⁷

O fenômeno imigratório para o Brasil estabeleceu-se em dois momentos diferentes e com objetivos díspares.⁸ A primeira fase imigratória ocorreu a partir de 1808 com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro, e tinha por objetivo a ocupação de parte do território brasileiro. Por iniciativa da Coroa Portuguesa, estabeleceram-se no Brasil imigrantes brancos, católicos e agricultores que vieram para trabalhar em colônias agrícolas. A primeira tentativa oficial de formação de uma colônia aconteceu em Nova Friburgo, em 1818.⁹ Houve outras também como a de São Leopoldo (Rio Grande do Sul em 1825) e a de Leopoldina (na Bahia).¹⁰

Com o fim do tráfico de africanos para o Brasil em 1850, houve a necessidade de se conseguir mais mão-de-obra para as lavouras de café a fim de substituir o trabalho escravo que com o tempo se tornaria escasso. Uma das alternativas foi o incentivo à imigração europeia. Mas a entrada maciça desses imigrantes só aconteceu a partir da década de 1880, quando as despesas de viagem passaram a ser subvencionadas pelo Estado. Grande parte desses imigrantes foram conduzidos, sobretudo para as lavouras de café do Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) ou para as colônias no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
11

Entretanto o campo não foi o único lugar visado pelos imigrantes, já que muitos acabaram por se instalar nas cidades. Ainda que se recorresse ao estrangeiro para substituir a mão-de-obra escrava no campo, a imigração urbana também aconteceu. Alguns imigrantes que vinham em busca de uma vida melhor e com o desejo de acumular dinheiro se dirigiram para as cidades, ocupando principalmente postos no comércio, nos transportes, obras públicas e no serviço doméstico.¹² Esse foi o caso dos imigrantes sírios e libaneses, que se dedicaram em sua maioria às atividades urbanas, principalmente, aquelas ligadas ao comércio.

Essa pesquisa sobre a imigração síria e libanesa ganha relevância ao constatarmos que a maioria dos trabalhos sobre a história da imigração no Brasil concentra-se no estudo

⁷ Roberto Khatlab destaca que este conflito levou a uma nova interrupção do fluxo imigratório, que já havia diminuído quando da ocorrência da Primeira Guerra Mundial. In: KHATLAB, Roberto. **Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância**. EDUSC, 1999. p. 43.

⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 2ª edição. p. 13-16.

⁹ DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980. p. 121.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 164-166.

¹¹ Idem, p. 167, 211, 212.

¹² MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 64-66.

daqueles grupos étnicos que vieram para cá de forma mais expressiva: italianos, portugueses, espanhóis e alemães. No caso dos “povos” do Oriente Médio, assim como os judeus¹³, japoneses, coreanos, o número de trabalhos é reduzido.¹⁴ Em grande parte dos estudos, eles aparecem superficialmente citados, abordando-se, sobretudo a questão do sucesso econômico.¹⁵

A produção historiográfica mais numerosa sobre a imigração de sírios e libaneses concentra-se no estudo do caso paulista. Destacamos os trabalhos de Oswaldo Mário Serra Truzzi¹⁶, André Gattaz¹⁷ e Samira Adel Osman.¹⁸ Mas houve também trabalhos sobre o assunto para outras regiões do país, mesmo que em pequena proporção,¹⁹ como os textos de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão.²⁰

Os estudos desenvolvidos por Truzzi fazem um balanço da imigração síria e libanesa para São Paulo, abordando a saída destes grupos da terra de origem até a instalação e realização profissional no novo país. Para ele é fundamental compreender como era a vida destes grupos anteriormente ao processo imigratório para perceber a dimensão social do fenômeno. Destaca ainda a ascensão social vivenciada por estes grupos e busca apontar o porquê de tal fenômeno, elencando pontos para justificar o crescimento profissional de “mascates a doutores”. O sociólogo também desenvolveu estudos comparativos sobre a imigração de sírios e libaneses para o Brasil e para os Estados Unidos.²¹ Embora

¹³ Segundo Librandi, os judeus têm feito parte dos “esquecidos” na história juizforana. ROCHA, Marília Librandi. Judeus na “Manchester Mineira”. In: **LOCUS - Revista de História**. Juiz de Fora, v. 08, n.02, p. 107-119, 2002.

¹⁴ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

¹⁵ OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: História Oral de vida familiar**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. vol. 01e 02. p. 440.

¹⁶ O autor produziu vários trabalhos, dentre eles: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo; De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo; O lugar certo na época certa: árabes no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo; Cultura e imigração Árabes: influência na sociedade brasileira; Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo**,

¹⁷ GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005.

¹⁸ OSMAN, op. cit.

¹⁹ Como os de: NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás (1880-1970)**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História da USP, abril de 1996. 271 p. São Paulo: USP, 1996; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **O mais importante era a raça: sírios e libaneses na política em Campo Grande**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História da USP. São Paulo: USP, 2001; FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. **Sírios e libaneses no Rio de Janeiro: memórias coletivas & escolhas individuais**. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

²⁰ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998**. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). **Guerras e imigrações**. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.

²¹ Oswaldo Mário Serra Truzzi é Doutor em Ciências Sociais e possui um número expressivo de trabalhos sobre imigração dos sírios e libaneses para São Paulo, entre artigos e livros.

enriquecedora, a análise de Truzzi sobre a ascensão social desses imigrantes, de “mascates a doutores”, vem sendo questionada pela historiografia recente, cada vez mais preocupada com obstáculos e fracassos enfrentados pelos imigrantes no decorrer da sua inserção no Brasil.

André Gattaz, em seu livro *Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes*, ressalta que o desconhecimento da história do Oriente Próximo produz confusões quanto ao trato com o imigrante sírio e libanês, usando termos que não se referem a estes na realidade. Realmente o autor realiza um aprofundado estudo da história do Líbano (o que o faz envolver também a Síria, por ter sido o Líbano parte da chamada Grande Síria durante muito tempo) perpassando os conflitos, períodos migratórios, questões econômicas, relações internacionais, desenvolvimento social, dentre outros. O autor critica Oswaldo Truzzi por sempre enfatizar a ascensão social que estes imigrantes e seus descendentes teriam obtido no Brasil. Gattaz demonstra que muitos deles vieram ao país, mas não conseguiram chegar à industriais ficando apenas como pequenos comerciantes ou funcionários de seus parentes. A chegada ao setor industrial teria sido ainda mais difícil para aqueles que se instalaram no pós-1950. O autor, utilizando-se de fontes primárias (arquivos do Brasil e do exterior), fontes orais e vasta bibliografia secundária, realizou um trabalho importante para compreensão da história do Oriente Médio e para percepção das várias correntes migratórias de libaneses para o Brasil, suas características e objetivos diferentes.²²

Samira Osman, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Caminhos da imigração árabe em São Paulo: história oral de vida familiar*, atenta-se para as diferenças religiosas existentes dentro deste grupo. A partir da utilização de entrevistas realizadas com base na metodologia da História Oral, centra seu estudo nas gerações familiares (neste caso a primeira e a segunda gerações). Destaca que para as primeiras gerações a rigidez e o fechamento dentro da colônia foi presente, mas com o passar do tempo começa-se a adaptação à sociedade, mas sem perder as tradições. Questiona também algumas conclusões encontradas em outros estudos, tais como: a idéia do enriquecimento fácil associado à ascensão social; a extrema glorificação da figura do mascate, presente não só em biografias e memórias de descendentes, mas também em trabalhos acadêmicos.²³

²² André Gattaz defendeu sua tese de doutorado intitulada **História oral da imigração libanesa no Brasil: 1880 – 2000**, na Universidade de São Paulo, sob orientação do Professor Doutor José Carlos Sebe Bom Meihy, na área de História Social.

²³ Samira Adel Osman, defendeu sua dissertação de Mestrado intitulada **Caminhos da imigração sírios e libaneses em São Paulo: história oral de vida familiar**, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão trabalha com a presença dos sírios e libaneses na política brasileira em seu texto *Identidade Étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento Brasileiro, 1945-1998*. Ao participar da elaboração do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, projeto da Fundação Getúlio Vargas, o autor constatou, dentre as 4.400 biografias de membros da elite política brasileira, um número significativo de descendentes de sírios e libaneses, presentes em quase todas as unidades da federação, instituindo o segundo maior grupo representado no Congresso Nacional, no período de 1946 até 1999, abaixo apenas dos descendentes de italianos. A partir de então passou a estudar mais profundamente o tema, buscando compreender quais foram os motivos para tal participação política. Uma das respostas encontradas pelo autor seria o fato de que por estes mascatearem, inserindo-se em vários locais do país, houve o estímulo de emergência de lideranças locais.

No caso específico da imigração para Juiz de Fora são relevantes os de Wilson de Lima Bastos²⁴ e de Ludmilla Savry Almeida.²⁵ Bastos, em sua obra sobre os sírios na região, tem como fonte principal os relatos orais obtidos através de entrevistas realizadas pelo autor com alguns desses imigrantes. Após uma análise do material recolhido, o autor destaca que a primeira geração não envolveu-se tanto com a sociedade juizforana, tendo os casamentos sido realizados principalmente entre patricios. Situação que muda com a segunda geração, quando os matrimônios exógenos começaram a tornar-se mais comuns. Ao final do livro, Bastos elabora uma listagem com os nomes dos entrevistados no que se refere à questão dos casamentos realizados (endógenos e exógenos) e aos cursos freqüentados pelas três gerações de sírios e libaneses que fizeram parte de sua pesquisa. Esta obra nos permite conhecer alguns destes emigrantes e suas histórias, tornando-se claro que a intenção do autor seria a de registrar as memórias de uma imigração que até então não havia sido trabalhada.

Já Ludmila Almeida em capítulo intitulado *Sírios e libaneses: redes familiares e de negócios* do livro *Solidariedades e Conflitos*, inova por ressaltar os conflitos que permearam as relações entre esses imigrantes e a população local. A autora faz um panorama geral da imigração dos sírios e libaneses desde a terra de origem até sua chegada e instalação em Juiz de Fora, abordando onde moravam, em que trabalhavam, os divertimentos, os casamentos, a religião.

Humanas da USP, sob orientação do Professor Doutor José Carlos Sebe Bom Meihy, na área de História Social.

²⁴ BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Edições Paraibuna, 1988.

²⁵ ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e Libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

A partir dos trabalhos citados, algumas questões apresentam-se ainda em aberto. São elas: Quais razões motivaram a vinda desses imigrantes para o Brasil? Por que alguns deles se estabeleceram em Juiz de Fora? Como estes eram vistos pelos locais? Quais os obstáculos encontrados? Como se deu a formação educacional desses imigrantes e seus descendentes? Estes imigrantes conseguiram ascender socialmente nesta cidade? Houve fracassos?

Para dar conta dos questionamentos apresentados e, portanto, dos objetivos gerais da dissertação, um conjunto diversificado de fontes foi utilizado: entrevistas orais, relatos autobiográficos, livros de matrículas das escolas (Colégio Granbery, Academia de Comércio, Escola Estadual Delfim Moreira); registros de casamentos realizados na Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora; processos criminais; inventários; documentos da Associação Comercial de Juiz de Fora e imprensa.

Buscamos as atas de reuniões da Associação Comercial de Juiz de Fora a fim de sabermos se sírios ou libaneses participavam deste meio, o que nos indicaria a dedicação ao comércio e uma proximidade com os locais. Conjugadas com os inventários do Primeiro Ofício (onde constava os bens de uma família e os integrantes desta), trouxe a possibilidade de tentar traçar as trajetórias de vida de algumas famílias sírias ou libanesas, e buscar saber sobre alguns alunos depois de anos de formados.

Nos Livros de Matrícula das escolas buscamos perceber quais alunos nestas estudavam, se sírios ou libaneses e seus descendentes estariam presentes nestes recintos. Nos Registros de Casamentos, procuramos compreender se estes imigrantes casavam-se somente dentro do próprio grupo. Os processos crimes vieram nos ajudar no que concerne aos conflitos estabelecidos entre sírios, libaneses e locais. E a imprensa colaborou de forma direta na percepção da opinião popular sobre os mascates sírios ou libaneses.

O uso tanto de entrevistas quanto de relatos autobiográficos impõe enfrentarmos a discussão acerca das relações entre memória e história. Memória e História são diferentes sim, no que concerne à técnica utilizada para recuperar o passado e transmiti-lo. Entretanto se aproximam quando atentamos para a inexistência de uma história absoluta, que estaria à espera de ser descoberta. Nem o historiador, nem nossas lembranças poderão chegar ao que realmente aconteceu. Ambos selecionam os fatos, os organizam e os transformam em narrativas ordenadas a fim de que nos façam sentido.²⁶ David Lowenthal ao estudar esta

²⁶ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, 1998. p. 143.

questão destaca que “(...) assim como a recordação jamais corresponde rigorosamente aos acontecimentos originais, nenhum relato histórico corresponde rigorosamente a eles (...)”.²⁷

Se a memória seleciona acontecimentos esquecendo alguns e salientando outros (o que torna-se necessário para restabelecer a ordem no caos dos nossos pensamentos), assim também acontece com a história. Ela depende do olhar e da voz de outras pessoas que não estavam quando o fato ocorreu e que analisam posteriormente, com os pés fincados no presente, os documentos que foram deixados.²⁸ “Nossas esperanças e temores, especializações e intenções moldam continuamente o passado histórico assim como moldam nossas lembranças”.²⁹

Segundo Ângela de Castro Gomes, as autobiografias são próprias do mundo moderno e individualista. O indivíduo está construindo a partir da escrita de si seu lugar na sociedade, sua identidade, buscando organizar cronologicamente sua história de vida.³⁰ “Assim se alguém se põe a escrever uma autobiografia, é porque tem em mente fixar um sentido em sua vida e dela operar uma síntese. Síntese que envolve omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e desequilíbrios entre os relatos (...)”.³¹

Neste contexto a verdade passa a ter outro sentido que não o factual e empirista, antes sim o plural, de acordo com a diversidade dos registros pessoais. “Nesse sentido, o trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades, para que o exercício de análise seja produtivo”.³²

A memória e a história estão ligadas ao passado e podem ser trabalhadas juntas, sendo igualmente valorizadas. São visões do que já se passou, adquiridas de forma diferenciada e que se complementam. Recortam e organizam fatos, a partir do presente, dando vida a algo anterior e que não será resgatado inteiramente por nenhuma das duas versões.

Buscamos também na realização de entrevistas baseadas na metodologia da História Oral perceber a visão dos próprios imigrantes e seus descendentes sobre todo o processo de inserção em uma nova cultura, tentando ultrapassar os limites de outros tipos de fontes fortemente marcados por um olhar externo ao mundo dos que emigraram. Segundo Samira

²⁷ Idem, p. 112.

²⁸ Idem, p. 95, 113.

²⁹ Idem, p. 113.

³⁰ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 11.

³¹ ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 07, 1991, p. 66-81.

³² GOMES, op. cit. p. 15.

Osman: “*Não se deve esperar que a História Oral venha a preencher as lacunas historiográficas ou que as observações do depoente seja a “verdadeira” história, ou mais ainda, que venha a substituir de vez o documento escrito. Não é essa a intenção da História Oral...*”.³³

As representações que uma pessoa faz, ou mesmo uma geração inteira tem de si e de sua época, devem ser consideradas fatos que refletem a realidade e não construções sem sentido. Consideramos então, que os relatos orais, as biografias, os relatos de vida, embora sendo baseados em um indivíduo, concentram as características de um grupo, mostrando o que é próprio a este.³⁴ “*Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros*”.³⁵

A relação dos entrevistados foi definida a partir de uma conversa inicial com o senhor Wilson Coury Jabour Jr. e com a senhora Mounira Haddad Rahme. Entramos em contato com todas as pessoas da lista que elaboramos, buscando saber se interessaria a estas a concessão de um relato. Destes contatos iniciais chegamos aos quatorze nomes que constam na tabela abaixo. Estes estão dispostos na ordem em que realizamos as entrevistas. Duas delas foram feitas com casais.

³³ OSMAN, op.cit. p. 17.

³⁴ ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar:** textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 15.

³⁵ LOZANO, Jorge Eduardo Alves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos & abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 17.

QUADRO 1 – Relação de Entrevistados ³⁶

Nº	Nome	Ascendência	Data de nascimento	Idade Atual	Local de nascimento	Data de chegada	Geração
1	Wilson Coury Jabour	Libanesa	24/07/1931	76	Juiz de Fora	--	2 ^a
2	Mtanos Miana	Libanesa	17/05/1934	74	Ras Baalbek	1950	1 ^a
3	Marie Hallack	Síria	21/10/1936	71	Yabroud	1957	1 ^a
4	Amália Arbache Cury	Síria	17/05/1937	71	Yabroud	1948	1 ^a
5	Georges Sabbagh	Libanesa	03/03/1926	82	Deir El Kamar	1949	1 ^a
6	Sônia Sabbagh	Libanesa	26/11/1935	72	Jbail	1957	1 ^a
7	Wadya Arbex	Síria	01/11/1914	93	Yabroud	1937	1 ^a
8	José Miguel Kassis	Síria	15/08/1930	77	Yabroud	1953	1 ^a
9	Rachel Kassis	Síria	13/08/1934	73	Chácara	--	2 ^a
10	Maria Hallack	Síria	14/06/1916	91	Yabroud	1931	1 ^a
11	Nicolas Youssef Nakhle	Síria	12/07/1937	70	Maalula	1958	1 ^a
12	Emma Jabour	Libanesa	26/05/1933	75	Juiz de Fora	--	2 ^a
13	Luiz Abrahão Sefair	Libanesa	10/07/1940	67	Juiz de Fora	--	2 ^a
14	Mounira Haddad Rahme	Síria	13/10/1937	70	Yabroud	1954	1 ^a

Realizamos entrevistas curtas com estes depoentes, com questionários direcionados para nosso tema de estudo, que tiveram duração máxima de duas horas. Fizemos um questionário ³⁷ onde destacamos as questões que nos interessava saber dos depoentes. No entanto, não eram perguntas diretas e objetivas, antes sim, gerais, que permitiam ao entrevistado contar com suas palavras como foi sua infância, a decisão de emigrar, sua integração ou de sua família em Juiz de Fora. Ao receber uma cópia da entrevista transcrita, os

³⁶ Estamos considerando a primeira geração como aquela que imigrou para o Brasil, e a segunda geração os filhos desta, a terceira os netos daquela, e assim sucessivamente.

³⁷ Ver no ANEXO 1 o modelo do questionário utilizado como base para as entrevistas.

depoentes assinaram a carta de cessão de direitos, que concede ao pesquisador a permissão de usar o relato em seu trabalho.³⁸

Muitos de nossos entrevistados emigraram tardiamente com relação ao nosso período de estudo. No entanto, consideramos que seus depoimentos, ao abordarem não só experiências pessoais, mas também uma memória familiar da imigração, foram importantes e nos auxiliaram na difícil tarefa de compor algumas trajetórias de vida desses imigrantes e seus descendentes.

O fio condutor da pesquisa é a percepção de que a inserção de sírios e libaneses na cidade de Juiz de Fora foi marcada por trocas culturais que não implicaram numa assimilação total com a conseqüente perda da cultura pré-imigratória. Verificou-se um processo de mão-dupla, no qual as trocas culturais acabaram por modificar parcialmente tanto a população local quanto os imigrantes que se estabeleceram na cidade.

Ao trabalhar com a hipótese de que ao emigrarem, os sírios e libaneses tiveram que interagir com a cultura do local que escolheram para se estabelecerem, e que, portanto esta interação não teria sido unívoca, utilizo-me dos conceitos de aculturação e assimilação apontados por Jeffrey Lesser. Este autor trabalha com estes conceitos para o que ele designa como grupos não-europeus, no caso, chineses, japoneses, sírios e libaneses. Lesser destaca que estes imigrantes, por serem considerados “amarelos”, e não pretos ou brancos, colocaram mais uma questão no debate sobre a identidade brasileira, no que diz respeito a sua cor. Houve dúvidas se estes “amarelos” poderiam interferir no embranquecimento nacional. Para Lesser houve uma barganha cultural, um fluxo de influências entre estes não-europeus e os brasileiros, que muitas vezes não é reconhecida por nenhum dos dois grupos. Dessa forma, Lesser destaca que: “*A assimilação (na qual a cultura pré-imigratória da pessoa desaparece por completo) foi um fenômeno raro, enquanto a aculturação (a modificação de uma cultura em resultado de outra) foi comum*”.³⁹ Fundamento-me nestes conceitos quando me refiro às questões culturais, buscando demonstrar que estes indivíduos, não perderam sua cultura original, mas também não a deixaram intacta, influenciando e recebendo influências do local onde se instalaram, partindo da idéia de que no Brasil o que vigorou foi um multiculturalismo, resultado da barganha entre nacionais e imigrantes, como aponta Lesser.⁴⁰

³⁸ As entrevistas realizadas, suas transcrições, as Cessões de Direitos entregues a cada entrevistado encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo da Universidade Federal de Juiz de Fora, gravadas em um CD-ROM, no formato PDF. Ver também no ANEXO 2 o modelo da Cessão de Direitos utilizado.

³⁹ LESSER, Op.cit. p.22

⁴⁰ Idem, p. 19.

A partir destas reflexões pensamos cultura como uma forma simbólica de expressar a realidade, que faz sentido não só para uma pessoa, mas para um grupo em particular. Como define Geertz, cultura é: (...) *composta de estruturas psicológicas por meio das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam seu comportamento (...) consiste no que quer que seja que alguém tem que saber ou acreditar a fim de agir de uma forma aceita pelos seus membros.*⁴¹

Para não incorrermos em conclusões simplistas ou mecânicas, nos amparamos também no estudo do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Segundo o autor dentro de um mesmo grupo étnico pode haver variações de adaptação ao meio, alguns mostrando mais características próprias ao grupo e outros menos.⁴² Ou seja, dependendo do lugar onde está instalado a pessoa e da sua visão de mundo, é que será construída sua identidade (mais próxima da cultura do local ou não).⁴³ O autor trabalha com o conceito de “*identidade contrastiva*”, que implica: “*(..) a afirmação do nós diante dos outros. Quando uma pessoa ou um grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam*”.⁴⁴

Isto nos leva a refletir que cada imigrante e cada descendente de sírios e libaneses adaptou-se de forma diferenciada à realidade juizforana, sentiu-se menos ou mais bem recebido, mudou suas tradições onde achava possível e onde não cabia aos padrões locais. Predominava a diversidade cultural em vez de culturas fechadas e únicas. Há mudança das tradições, mas não assimilação total, que para Barth só ocorre com indivíduos isolados e imaturos à sociedade em que foi recebido.⁴⁵ Pretendemos analisar os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes dentro deste quadro de adaptação aos costumes de Juiz de Fora, respeitando as diferenças de opiniões de cada um, e compreendendo porque isto ocorre.

Partindo destes pressupostos, no primeiro capítulo analisaremos como foi a entrada de imigrantes no país, quais foram os fatores de expulsão da terra de origem e de atração das Américas, chegando também aos debates acerca da imigração travados pelas elites do século XIX que procuravam estabelecer qual seria o imigrante desejável e que não trouxesse perigo à nação. Seguiremos fazendo um panorama sucinto sobre o Oriente Médio e quais os motivos

⁴¹ GEERTZ, CLIFFORD. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC Editora, 1989. p. 08.

⁴² BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.54

⁴³ Idem, p. 30

⁴⁴ BARTH, Fredrik. *Ethnic Groups and boundaries: the social organization of culture difference*. (org.). Boston: Little Brown & Co. 1969. Apud: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. p. 05

⁴⁵ BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. op. cit. p. 47.

surgidos nesta região que impulsionaram a emigração. Logo depois, trabalharemos com a imigração para Minas Gerais e por fim nos ateremos nos sírios e libaneses em Juiz de Fora.

No capítulo dois, trabalharemos com o estabelecimento dos imigrantes sírios e libaneses em Juiz de Fora, analisando a interação destes com os locais, no que diz respeito à formação escolar e aos matrimônios.

No terceiro capítulo, analisaremos a inserção destes imigrantes através das atividades profissionais e econômicas exercidas. Quais eram essas atividades? Quais os obstáculos encontrados? Qual foi a reação dos setores já estabelecidos? Quais os mecanismos de ascensão social? Discutiremos também o mito do mascate empreendedor.

Por fim cabe uma importante observação. Quanto à terminologia usada para se referir ao grupo de imigrantes estudado, optei por referi-los como sírios e libaneses, a despeito dos problemas decorrentes dessa identificação. Afinal, no período estudado, Líbano e Síria não eram estados independentes. O que só aconteceria em 1943 e 1946 respectivamente. Essa opção justifica-se, sobretudo, pelo fato de que a maioria dos imigrantes desse grupo étnico que se estabeleceu em Juiz de Fora eram procedentes de cidades ou vilas que se situam nos atuais Líbano e Síria. Estamos conscientes de que ao utilizar a identificação “sírios e libaneses” acabamos também por encobrir outras identidades, tais como: regionais ⁴⁶, religiosas ⁴⁷, dentre outras. Consideramos a terminologia árabe é generalizadora, já que ao utilizá-la iríamos inserir dentre de um mesmo rótulo vários povos que teriam suas particularidades minimizadas.

⁴⁶ ALMEIDA, op. cit. p.194.

⁴⁷ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 92.

CAPÍTULO 01 – EMIGRAR PARA VIVER MELHOR

O relato acima descrito nos oferece em boa medida a possibilidade de refletir sobre as motivações que impulsionaram o movimento imigratório, particularmente aquele que significou a vinda de milhares de sírios e libaneses para o Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Buscava-se uma vida melhor, mesmo que para isso os imigrantes tivessem que cruzar o oceano Atlântico e chegar a um local com hábitos e cultura tão diferentes da que cultivava em sua terra natal.

Dessa forma, neste capítulo analisaremos o processo imigratório a partir de três escalas de observação. Concentrar-nos-emos em um primeiro momento no movimento imigratório para o Brasil, trabalhando com as tentativas feitas durante o século XIX e início do século XX a fim de povoar o país e de se conseguir mão-de-obra principalmente para lavouras de café. Logo depois centrar-nos-emos na imigração⁴⁸ dos sírios e dos libaneses para o Brasil como um todo. Por fim, examinaremos os imigrantes desta etnia em Minas Gerais e em especial em Juiz de Fora, local que escolhemos como centro de estudo sobre a chegada, a instalação e a adaptação deste grupo.

1.1 A imigração para o Brasil: uma breve abordagem

Antes de qualquer coisa, quando tratamos de processos imigratórios estamos diretamente lidando com aquele que é o agente de todo este processo: o emigrante.

⁴⁸ Os termos imigração e emigração distinguem-se pela posição do observador e do narrador, no entanto referem-se a um movimento único, o que às vezes leva a uma confusão, usando-se imigração para tudo. Dessa forma utilizarei emigração exclusivamente para o movimento de saída do país de origem, e imigração para quando for tratar do processo imigratório. In: GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005. Disponível em: <http://www.gandalf.com.br/editora/gattaz.htm>. p. 23.

Passar por esse movimento de deixar seu lugar de origem, seu país natal e se lançar a um local ainda desconhecido não é tarefa das mais simples, na medida em que envolve uma série de dificuldades com relação a uma nova língua que precisará ser aprendida, com uma nova cultura a ser trabalhada e com novas pessoas com as quais para sobreviver haverá necessidade de estabelecer relações que às vezes não serão muito pacíficas.

O fenômeno imigratório contribui “*para dissimular a si mesmo sua própria verdade*”.⁴⁹ Isto porque o emigrante sai de sua terra com o objetivo de estabelecer-se em outro local provisoriamente, em busca de uma vida melhor, que ele muitas vezes não conseguiria se continuasse estabelecido em sua cidade natal. Porém, na maioria dos casos, o que acontece é a permanência deste na sociedade que escolheu para trabalhar, uma permanência que não é decidida a princípio, e que faz parte de uma dupla contradição: “(...) *não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade*”.⁵⁰ O emigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória e só aceita viver em terra estrangeira com a condição de que isto seja passageiro. Entretanto o tempo se encarrega de fazer com que sua estada fora de seu país seja permanente para muitos, embora sempre ocorra a sensação de que se voltará para casa em breve.⁵¹

Se o fato de deixar seu país de origem é algo complexo e às vezes sem volta, quais motivos levaram e levam ainda muitas pessoas a emigrarem? Por que deixar sua família para trabalhar e viver tão longe de casa, em uma sociedade com valores díspares dos seus? Uma das explicações para estas questões reside nos fatores de expulsão de sua terra e de atração do novo local escolhido para viver. Seria esta conjunção de fatores de expulsão e de atração que levariam as pessoas a emigrarem. Como destaca Herbert Klein:

Para começar, deve-se dizer que a maioria dos migrantes não desejam abandonar suas casas, nem suas comunidades. (...) A migração, portanto, não começa até que as pessoas descubrem que não conseguirão sobreviver com seus meios tradicionais em suas comunidades de origem. Na grande maioria dos casos, não logram permanecer no local porque não tem como alimentar-se nem a si próprias, nem a seus filhos. Num menor número de casos, dá-se a migração ou porque as pessoas são perseguidas por sua nacionalidade (...) ou seu credo religioso minoritário.⁵²

⁴⁹ SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998. p. 45.

⁵⁰ SAYAD, loc. cit.

⁵¹ Ibidem, p. 54 e 57.

⁵² KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 13.

Então, se em seu país o emigrante vive um momento de dificuldade extrema, ele tende a deixá-lo a fim de melhorar sua situação. De forma específica, se analisarmos os processos imigratórios da virada do século XIX para o século XX para o Brasil, podemos elencar, grosso modo, dois fatores de expulsão que atingiram parcelas consideráveis da população européia, isto, porque o maior grupo de imigrantes que chegou ao território brasileiro era majoritariamente de europeus. Refiro-me ao crescimento demográfico e a afirmação das formas de produção capitalista. A Inglaterra e a França em meados do século XVIII passaram a viver um momento de transição demográfica marcado por baixas taxas de mortalidade, mantendo-se altos índices de natalidade. Essa situação se espalhou por todo continente europeu no final do século XIX. Junto a isto temos o início do processo de expansão do capitalismo que levou ao aumento da produtividade e a mecanização da agricultura européia, o que significou uma menor necessidade de mão-de-obra, em um momento em que havia muitos trabalhadores que foram expulsos dos campos devido aos novos métodos de arrendamento, cultivo e produção do solo, com a finalidade de utilização deste em unidades mais economicamente viáveis (podemos incluir também neste os cercamentos ou enclosures). Processos que resultaram na Europa na formação de uma enorme massa de camponeses sem trabalho, passando fome, e com um número de filhos muito grande.⁵³

Por sua vez, o continente americano (principalmente Estados Unidos, Argentina e Brasil), encontrava-se em situação oposta ao da Europa, contendo em si fatores de atração. Em vez de pouca terra e muita mão-de-obra, aquele possuía muita terra e poucos trabalhadores qualificados. A demanda por trabalhadores especializados era maior no continente americano e os salários tendiam a ser mais altos do que na Europa. Além disto, havia a possibilidade de conseguir-se um pedaço de terra. Diante da situação de miséria vivida pelos camponeses europeus, as Américas tornaram-se fonte de atração onde seria possível melhorar de vida. E assim conjugando fatores de expulsão e de atração, a emigração tornou-se realidade para a Europa assim como a imigração veio a ser algo comum para as Américas.⁵⁴

Além destas variáveis de expulsão e atração, de ordem mais geral, temos também uma terceira. Trata-se da “cadeia migratória”.⁵⁵ Ela está ligada a um “quadro organizador privado” que faz com que se decida em grupo quem irá deixar sua terra a fim de complementar a renda da família extensa. Essa “cadeia migratória”: “(...) *impulsiona os*

⁵³ Idem, p. 14-15.

⁵⁴ KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. p. 16.

⁵⁵ Este termo foi retirado do livro de Ângelo Trento, Os italianos no Brasil.

*habitantes de um determinado local a seguir, justamente um processo em cadeia, àqueles que os precederam em uma região (uma cidade, um bairro)”. Através deste processo aquele que deixa sua terra de origem pode encontrar apoio por parte daqueles que já estão instalados no novo lugar escolhido para trabalhar, aprendendo com estes a língua local, conseguindo trabalho e moradia por um tempo, até que seja possível fixar-se. Além disto, pode haver também o auxílio financeiro para a compra das passagens. Tudo isto faz com que o emigrante sinta certa proteção e consiga deixar o país com mais segurança, o que ajudou a aumentar o número daqueles que se lançaram ao processo imigratório, que neste caso não foi subsidiado pelo governo, antes sim pela própria família.*⁵⁶

Junto a estes fatores que estimularam o movimento imigratório para as Américas no século XIX e início do XX, houve outro que o facilitou: o desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação. Ao longo do século XIX houve a substituição do barco à vela pelo navio a vapor, a instalação do primeiro cabo telegráfico transatlântico e a conclusão do primeiro conjunto de ligações ferroviárias, tornando mais rápidos e mais baratos os contatos entre Europa e América. Diante destas circunstâncias apresentadas, o ritmo imigratório para este continente aumentou no final do século XIX e atingiu seu auge nas duas primeiras décadas do século XX, apresentando um número de 31 milhões de imigrantes que entraram em território americano, entre os anos de 1881 a 1915.⁵⁷

O Brasil foi o terceiro país que recebeu mais estrangeiros, sendo antecedido pelos Estados Unidos e Argentina, que ocupam o primeiro e segundo lugares respectivamente.⁵⁸ Entre 1890 e 1940 chegaram ao território brasileiro cerca de 3.834.060 imigrantes, como podemos ver na tabela abaixo.⁵⁹ O fluxo imigratório foi maior de 1870 até a Primeira Guerra Mundial, período no qual houve imigrações subsidiadas pelo governo brasileiro. Durante o conflito (1914 -1918) foi visível um declínio nos desembarques.⁶⁰ Nos anos de 1920, o número de entradas no país voltou a crescer. Na década de 1930, e especialmente próximo à Segunda Guerra Mundial, presenciou-se uma nova queda substancial da entrada de estrangeiros que se manteve durante todo o conflito.⁶¹

⁵⁶ TRENTO, Ângelo. **Os italianos no Brasil**. São Paulo: Prêmio, 2000. p. 24.

⁵⁷ Idem, p. 23 e 25.

⁵⁸ MENEZES, Lená Medeiros de. Movimentos e políticas migratórias em perspectiva histórica: um balanço do século XX. p. 126. In: CASTRO, Mary Garcia. (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 123-136. Disponível em: www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm.

⁵⁹ IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>. Capturado em: 03/09/2007.

⁶⁰ Idem. Durante a Primeira Guerra Mundial houve o desembarque de cerca de 190 mil imigrantes no Brasil. Já durante a Segunda Guerra Mundial chegaram apenas 59.869 estrangeiros.

⁶¹ Idem.

TABELA 1 – Desembarques de imigrantes, por quinquênio, Brasil, 1890-1940

Anos de chegada	Total de desembarques
1890 – 1894	600.735
1895 – 1899	597.592
1900 – 1904	249.042
1905 – 1909	373.365
1910 – 1914	667.788
1915 – 1919	147.675
1920 – 1924	373.125
1925 – 1929	473.521
1930 – 1934	213.677
1935 - 1939	119.091
1940	18.449
Total	3.834.060

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

Essa baixa no volume imigratório para o Brasil, verificada, sobretudo nos períodos de guerras, estava fortemente relacionada às dificuldades de locomoção durante os conflitos e também a adoção de políticas restritivas contra aqueles considerados nocivos à sociedade: como os anarquistas que passaram a ser perseguidos a partir de 1917, e os comunistas. Em 1934, uma medida de restrição foi adotada ao estabelecer uma cota de 2% para a entrada de estrangeiros, sendo calculada a partir do número total dos imigrantes de cada nacionalidade já fixados no país. Isto ocorreu pelo medo de complô estrangeiro e de desagregação nacional (a partir da fixação de um grande número de imigrantes de uma só nacionalidade em um só local), suprimindo-se até mesmo a língua estrangeira para crianças menores de dez anos. Em 1938, essas limitações receberam mais mudanças. Proibiu-se o ensino de línguas estrangeiras para menores de 14 anos com o objetivo de destruir quistos estrangeiros, que pudessem afrontar a soberania nacional.⁶²

O fluxo imigratório em direção ao Brasil verificado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, provocou debates acerca de quais imigrantes seriam ideais para entrar no território nacional. A partir de 1877, quando houve a criação do curso de Antropologia Física no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, começou haver estudos mais sistematizados

⁶² MENEZES, Op. cit. p. 128 -130.

quanto a desigualdades das raças, afirmando a superioridade branca e a inferioridade negra.⁶³ Os asiáticos, por exemplo, não eram bem vindos. Entretanto não se preocupou em selecionar dentre os brancos quais grupos seriam mais aptos.

No período republicano, a questão racial, que já vinha sendo debatida anteriormente, tornou-se preocupação principal, juntamente com o tema da assimilação. Passou haver uma ligação das realizações econômicas, políticas e culturais de um país ao estágio de civilização do seu povo. Dessa forma, era comum na época o fato de vincular o atraso brasileiro a ausência de uma base étnica estável e a um número grande de negros que eram considerados inferiores.⁶⁴ Partiu-se do pressuposto de que a cultura era biologicamente determinada, estando os europeus no topo (brancos e conseqüentemente civilizados), e negros e índios se revezavam na base, como atrasados.⁶⁵ Considerando estas questões, o branqueamento da população brasileira a partir do cruzamento de mestiços com brancos seria visto como fundamental para o progresso do país, pois acreditava-se que em três gerações os brasileiros iriam ser em sua maioria brancos e avançados. E o imigrante fazia parte desta construção racial, com a função de clarear a pele do futuro povo nacional.⁶⁶

Todavia, no período republicano não houve aceitação de qualquer grupo branco (como no Império), pois passou-se a não considerar somente a cor como pré-requisito para a entrada no Brasil. Dentre aqueles considerados brancos e europeus havia os mais desejáveis, analisando-se além da pigmentação da pele, também a etnia, a língua, a nacionalidade, a religião e a capacidade de assimilação de cada povo.⁶⁷ Os critérios de classificação para aceitação ou rejeição do imigrante passava por três questões: primeiro, observava-se o grau de proximidade com os brancos; segundo, o estágio de civilização do povo imigrado, como a importância do país de origem, a disciplina no trabalho, a higiene em casa e a obediência às leis; e por fim, a propensão destes a se deixarem assimilar pelo meio brasileiro.⁶⁸ Os grupos que fugissem a estas regras não eram bem aceitos. Exemplo disto eram os imigrantes alemães, que embora fossem de pele branca e europeus, passaram a ser considerados uma ameaça à

⁶³ SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. p. 48. In: MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.

⁶⁴ DE LUCA, Tânia Regina. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação**. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999. p. 159.

⁶⁵ Idem, p. 43.

⁶⁶ Idem p. 49 e 51.

⁶⁷ RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20. p. 61. In: MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/CCBB, 1996. p. 59-82.

⁶⁸ Idem p. 74-75.

nacionalidade por não se integrarem facilmente e se enquistarem.⁶⁹ O ideal seria que fossemos uma nação latina e branca, preferindo-se espanhóis, portugueses e italianos, que eram brancos, assimiláveis e próximos culturalmente da religião e língua brasileiras. Se alguns grupos brancos não eram aceitos, muito menos o eram os amarelos. Eles carregavam consigo o estigma da não assimilação, devido a sua cor de pele e sua cultura díspare da brasileira.

Seguindo as normas deste debate racial, percebemos, a partir dos dados da tabela abaixo, que os grupos imigrantes que mais chegaram ao país entre 1884 e 1933 foram os italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, sírios e turcos, respectivamente.

TABELA 2 – Imigração por nacionalidade, Brasil, 1884-1933

Nacionalidade	Períodos decenais de 1884-1893 a 1924-1933					Total por nacionalidade
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933	
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177	1.401.335
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650	1.145.737
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405	587.114
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723	154.397
Japoneses	-	-	11868	20398	110191	142.457
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400	93.823
Outros	66524	42820	109222	51493	164586	434.645

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento.

Essas teorias raciais em voga nas primeiras décadas do século XX tiveram influência até o Estado Novo (1937-1945). A política imigratória republicana foi influenciada pelo ideal de nação configurada pela assimilação, escolhendo até mesmo dentre os grupos de pele branca aqueles mais aptos a tornar o Brasil um país embranquecido, mas que também se inserissem melhor ao meio brasileiro não se enquistando e nem trazendo problemas para a formação nacional.⁷⁰ Já os trabalhadores brasileiros eram excluídos dos projetos coloniais por serem em sua maioria negros e mestiços, considerados inferiores pela elite.⁷¹ Geralmente estes

⁶⁹ SEYFERTH, op.cit. p. 51.

⁷⁰ SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. p. 149. In: CASTRO, Mary Garcia. (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 137-150. Disponível em: www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm.

⁷¹ Idem. p. 148.

nacionais que eram mão-de-obra provisória, serviam para o trabalho pesado e menos remunerado de desmatamento, desbravamento de terras e formação de lavouras novas. As

elites da época trouxeram o imigrante em massa, mas não abriram perspectivas melhores para o trabalhador nacional por causa do estigma de inferioridade e indolência que carregavam consigo.⁷²

1.2 A imigração síria e libanesa e sua singularidade

Na região conhecida como Oriente Próximo encontramos os povos que são nosso objeto de estudo: os sírios e libaneses. Um terço da população dos atuais Síria e Líbano viviam nos vales dos cursos d'água, e outra parte situava-se entre as montanhas, que são bem munidas por chuvas.⁷³ Durante grande parte de sua história foram dominados, pelos turcos otomanos, e posteriormente pela França. A independência definitiva só ocorreu em 1946 e 1943, respectivamente.

Os imigrantes sírios e libaneses formaram um grupo com características peculiares, dentre as quais, podemos citar a emigração de forma não subsidiada e o não enquadramento dentro do perfil de estrangeiro desejável. Com relação ao primeiro ponto levantado, no caso dos sírios e libaneses a iniciativa de deixar sua terra natal era uma decisão tomada em família e não dependia do financiamento de algum país que estivesse precisando de trabalhadores de outras regiões. Essa singularidade também pode estar ligada ao fato de não se encaixarem no perfil desejado pela elite brasileira, que preferia os brancos, europeus e de cultura próxima a nacional.⁷⁴ Os sírios e libaneses eram de tradição muito díspare da brasileira, o que levava a elite da época a pensar que eles dificilmente se integrariam à nossa sociedade.⁷⁵

Mas por que povos tão distantes de nossa cultura decidiram emigrar para local com tradições tão diferentes da sua? Quais motivos os impulsionaram a virem para as Américas e especialmente para o Brasil? Como já destacamos acima com base nas reflexões de Herbert

⁷² BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 40-43.

⁷³ LINHARES, Maria Yeda. **O Oriente Médio e o mundo dos sírios e libaneses**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Tudo é História. p. 16

⁷⁴ Os brancos e europeus eram mais próximos da cultura da elite brasileira, pois nacionalmente falando, o Brasil era mais negro do que branco, e esta população era pouco ou quase nada próxima da cultura européia.

⁷⁵ LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. passim.

Klein, para que um povo deixe seu país é necessário que ele reconheça que não há mais possibilidades de sobreviver e de cuidar da família no local onde moram. Seria uma conjunção de fatores de expulsão de sua terra natal e de atração de um outro lugar escolhido para se viver, que iria possibilitar a emigração.⁷⁶ Apontamos isto para o caso europeu no século XIX, mas encontramos também a presença desses indicadores para a imigração síria e libanesa ocorrida, sobretudo, no final do século XIX e início do século XX.

Os motivos que levaram milhões de sírios e libaneses a deixarem suas cidades e buscarem uma vida melhor em uma outra região foram vários e têm relação com a própria história e formação de seus países. As dominações sofridas por estes povos, pelos turcos otomanos e posteriormente pelos franceses podem ser apontadas como primeiro fator de expulsão. O império Otomano conseguiu dominar territórios com tradições políticas e religiosas díspares, mantendo muitos destes sob controle durante quatrocentos anos ou mais.⁷⁷ Durante este período a administração turca para se manter no poder fomentava discórdias entre as diversas etnias, entre muçulmanos e cristãos (era a política de dividir para reinar), além de cobrar altos impostos.⁷⁸

No entanto, o período de esplendor e paz do Império Otomano não durou muito, mesmo tendo este a seu favor um domínio quadricentenário. Já nos séculos XVII e XVIII, teve de enfrentar o Império Austro-Húngaro e o Império Russo (que faziam fronteira com o território que dominava), além das intervenções sucessivas da França, Inglaterra e outros países na região. Estes países incentivavam os movimentos nacionalistas que começaram a ocorrer por parte das minorias sírias, libanesas, iraquianas contra o domínio otomano. No final do século XIX, este nacionalismo se apresentou em duas vertentes: a primeira, que surge do renascimento promovido pelos cristãos libaneses, organizando-se em Beirute uma sociedade com teor antiotomano, que reunia cristãos, muçulmanos e drusos, com as exigências de que o árabe fosse a língua oficial e que houvesse autonomia para o Líbano e a Síria; e a segunda vertente, surgiu no Egito, com caráter pan-islâmico, mas sem a presença de cristãos. Pouco a pouco, o Império dos turcos otomanos foi enfraquecendo-se, embora houvesse a tentativa de se modernizar, levando ao poder uma juventude denominada de “Jovens Turcos” (em 1908) que defendiam a abolição da poligamia, a emancipação da mulher, a laicização do Estado, e a centralização do poder, o que levou a formação de um nacionalismo turco (pan-islamismo).⁷⁹

⁷⁶ KLEIN, Op. cit. p. 13-15.

⁷⁷ HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 225

⁷⁸ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 22-23.

⁷⁹ LINHARES, Op.cit. p. 28, 30, 31,39.

Entretanto, mesmo com estes ideais, os Jovens Turcos não conseguiram aumentar o prestígio otomano, pois ao tentar centralizar o império, impor a língua e cultura turcas a todos os povos e suprimir liberdades políticas recém-conquistadas, marginalizou muitos intelectuais que os apoiaram na subida ao poder, achando que eles trariam uma maior autonomia dos países árabes. Essa atitude de centralização e de um nacionalismo pan-islâmico dos Jovens Turcos trouxe movimentos de contestação dentro do próprio território arábico, com a formação de sociedades secretas, as quais os otomanos não conseguiram controlar. Isto levou a uma instabilidade interna do império.⁸⁰

No momento em que estes povos acharam que se tornariam autônomos, com o fim da Primeira Guerra Mundial, quando o grupo ao qual o Império Otomano apoiou perdeu a guerra (a Áustria-Hungria e a Alemanha), veio o período da dominação européia, que já estava se inserindo nestes territórios antes mesmo da queda dos turcos, pois estas regiões eram alvo de seus desejos.⁸¹ Interessavam à Grã-Bretanha as rotas de acesso à Índia, que se encontravam em terras asiáticas e à França interessava guardar Jerusalém, modernizar o Egito, além de outros planos. Em abril/maio de 1916, estes dois países, assinaram um acordo secreto, intitulado Sykes-Picot, que definia que a parte árabe do Império Otomano seria dividida entre eles, e caberia ao primeiro a Mesopotâmia e a Palestina, e ao segundo, a Síria e o Líbano. No pós-guerra, foi assim definida a divisão, e pelo estatuto jurídico estabelecido pela Sociedade das Nações, caberia aos mandatários preparar estes países para a independência. Esta foi marcada por um período conturbado, principalmente na Síria, onde o movimento nacionalista era forte, mas aos poucos os franceses foram tornando-se mais flexíveis. Em 1936, foi reconhecida uma independência fictícia da Síria e do Líbano, pois ainda permitia aos exércitos franceses e ingleses permanecerem na região, e somente em 1943 conquistam a independência definitiva, tendo as tropas francesas se retirado da Síria apenas em 1946.⁸² Devido a estes períodos de longas dominações, muitos sírios e libaneses decidiram deixar suas cidades de origem, emigrando, fugindo muitas vezes do serviço militar obrigatório imposto pelo império turco⁸³ e buscando a liberdade.

Seguido a esta falta de autonomia, estão também outros problemas que a população sofreu ao longo de todo o século XIX. Economicamente podemos destacar a questão da

⁸⁰ HITT, Philip K. **The Near East in History**. New York, 1961. Apud. **Site da História Islâmica**. Disponível em: http://www.geocities.com/ibnkhalidoun_2000/index.html. Capturado em: 04/09/07.

⁸¹ LINHARES, Op.cit. 13.

⁸² Idem, p. 43-68.

⁸³ NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás (1880-1970)**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História da USP, abril de 1996. 271 p. São Paulo: USP, 1996. p. 107.

melhoria dos transportes marítimos e terrestres que facilitou a chegada de bens manufaturados europeus ao Oriente Médio, levando à falência um número grande de artesãos locais que não conseguiram competir com o preço dos bens importados. As manufaturas têxteis de caráter doméstico não resistiram ao capitalismo nascente. Socialmente, temos um aumento populacional, obtido devido à queda da mortalidade e das epidemias (por causa da presença de médicos europeus) que exigiu um maior desenvolvimento da agricultura, fazendo com que as plantações de subsistência perdessem espaço. Ademais com aumento do núcleo familiar e com os solos semi-desérticos houve a dificuldade de alimentar a família extensa (pai, mãe, filhos, tios, avós, dentre outros) com um único pedaço de terra. Tudo isso contribuiu para a decisão de deixarem seu país, já que neste a economia e as terras estavam cada vez mais limitadas.⁸⁴ Junto a isto temos a disputa entre as facções religiosas diferentes, entre cristãos (que se esfacelavam em maronitas, ortodoxos, melquitas) e muçulmanos, fomentadas pelos turcos, franceses e ingleses, que para melhor dominar apoiavam um ou outro grupo, causando hostilidades entre eles.⁸⁵

O núcleo familiar foi outro fator que impulsionou a busca de um novo lugar para trabalhar e conseguir dinheiro. Devido a dificuldade de subsistência de todos dentro da mesma propriedade, emigrar tornou-se uma válvula de escape.⁸⁶ A notícia do sucesso dos primeiros que partiram de casa rumo à um novo local através do envio de cartas e dinheiro aos parentes e a ilusão da riqueza fácil, só fez engrossar o caldo daqueles que deixavam sua terra natal.⁸⁷ Além do fator econômico que é visível, a necessidade de acumular dinheiro para melhorar a vida da família que ficou, havia também uma questão cultural, de manutenção do status, que está inserido na noção de “igual ou melhor”. A partir do momento em que os primeiros que emigraram passaram a enviar dinheiro para os familiares, permitiu a estes comprar terras e construir casas adquirindo prestígio junto aos locais. As outras famílias não poderiam deixar sua honra ser abalada e acabaram encaminhando algum parente para que também pudessem adquirir bens e não ficar atrás das outras pessoas da aldeia. A imigração para as Américas era uma forma de acumular pecúlio em proporções inimagináveis para os padrões locais.⁸⁸ Mussa Chacur, sírio, da cidade de Homs, chegou ao Brasil em 1920, então com 22 anos, e instalou-se

⁸⁴ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 316.

⁸⁵ NUNES, Op. cit. p. 105.

⁸⁶ OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo**: História Oral de vida familiar. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. vol. 01e 02.

⁸⁷ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. Op. cit. p. 317.

⁸⁸ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios**: Sírios e Libaneses em São Paulo. Op. cit. p. 27-28.

em São Paulo.⁸⁹ O depoimento que ele concedeu a pesquisadora Betty Loeb Greiber nos oferece aportes para percepção da dimensão da importância que o dinheiro enviado da América tinha para as famílias sírias e libanesas:

Bom, o pessoal vinha para cá e, se conseguisse, economizava 5 mil-réis por dia; vamos supor que mandasse uma média de 100 mil-réis por mês. 120 mil-réis valiam aqui, naquele tempo, 10 libras esterlinas, o que era muito dinheiro na Síria. Se mandassem 10 libras, faziam provisão para todo o ano: de trigo, de burgoul (trigo grosso), de arroz, de manteiga, de azeite, de verduras desidratadas para guardar para o tempo do inverno. Dava para uma família de cinco pessoas começar o ano. Depois, para o que precisassem todo o dia, eles trabalhavam. Tinha muitas famílias, no Líbano e na Síria, que só esperavam o dinheiro da América.⁹⁰

Como apontamos acima foram vários os fatores de expulsão. Mas quais motivos atraíram estes emigrantes para terras brasileiras? Podemos elencar três causas que destacam o Brasil como país de atração destes sírios e libaneses. Como primeiro ponto, temos a questão do sistema de cotas da legislação norte-americana, feita já no começo do século XX, que impôs uma porcentagem para entrada de imigrantes de uma nacionalidade de acordo com o número dos já estabelecidos no local, trazendo também uma restrição aos asiáticos, o que no Brasil só foi ocorrer em 1934. Não podendo entrar nos Estados Unidos, os sírios e libaneses continuavam viagem até o Brasil ou para outro lugar neste continente. Em segundo lugar, está a questão da imagem do país na Europa e no Oriente. Na Europa, o Brasil carregava o estigma de um local tropical, infestado de doenças e de animais perigosos, entretanto, no Oriente, havia a idéia de América como país de oportunidades e riquezas, englobando neste rótulo, Estados Unidos, Brasil e Argentina. Os agentes de viagem contribuíram para a propagação desta imagem, pois muitas vezes diziam aos emigrantes que tudo era a mesma coisa, que não havia diferenças entre os três países, tudo era América. E um último fator de atração foi a liberdade de culto, pois em seu país de origem estes tinham muitos conflitos religiosos e no Brasil poderiam professar sua religião em paz e sem desavenças.⁹¹

A conjunção de fatores de expulsão da terra de origem e de atração das Américas fez com que estes sírios e libaneses decidissem partir. Mas como vieram? Como organizou-se este processo? A resposta para estes questionamentos reside em grande parte na relação familiar. Entre os sírios e libaneses o sentimento nacional não era tão forte (já que sofriam muitas dominações), entretanto havia uma grande identidade religiosa e regional, sustentadas pelos

⁸⁹ CHACUR, Mussa. Apud. GREIBER, Betty Loeb. **Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo.** São Paulo: Discurso Editorial, 1998. p. 24-28.

⁹⁰ Idem. p. 23.

⁹¹ GATTAZ, Op. cit. p. 84-87.

laços da família ampliada,⁹² que se compunha pela união de três gerações (avós, pais e filhos), formando uma rede de compromisso com um grande número de pessoas do mesmo sangue.⁹³ A condição de emigrantes só veio ampliar este sentimento, pois aqueles que partiam depositavam nos parentes uma carga emotiva muito forte, sendo eles ponto de apoio e de ligação com a terra de origem, num momento em que estão em um novo lugar passando pelas dificuldades da adaptação.⁹⁴ Toda essa cumplicidade nos faz caracterizar os imigrantes sírios e libaneses como indivíduos comprometidos por laços de parentesco. A emigração era uma decisão tomada em família a fim de melhorar a situação desta na aldeia, sendo esta mesma que pagava as passagens e os primeiros custos da viagem.⁹⁵

Aqueles que tomaram um navio em busca de um local que oferecesse empregos mais rendosos, eram em sua maioria cristãos (maronitas, melquitas ou ortodoxos) homens e solteiros.⁹⁶ Os cristãos emigraram mais no período da dominação turca, até o fim da Primeira Guerra, por causa do predomínio da religião muçulmana. Mas quando a França começou a controlar a região, privilegiou-se o cristianismo, fazendo com que um número grande de muçulmanos deixasse seus países de origem.⁹⁷ O fato de emigrarem mais homens e solteiros, sem serem acompanhados de suas famílias, é sinal do caráter temporário da imigração. A idéia de retorno é um desejo, mas de voltar rico, próspero, muitas vezes viajando somente para visitar os parentes, exibindo a estes o seu êxito.⁹⁸ Entretanto, a partir da Primeira Guerra Mundial, as notícias das dificuldades econômicas trazidas por esta a sua terra natal, houve uma mudança no caráter da imigração para permanente, regressando somente para rever os familiares, se casar ou trazer a família, porque no Brasil viveriam melhor.⁹⁹ No continente americano os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina foram os que mais receberam imigrantes sírios e libaneses, respectivamente.¹⁰⁰ No Brasil, entre 1884 e 1939, chegaram cerca de 98.962

⁹² TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1991. p. 14.

⁹³ NUNES, op. cit, p. 82.

⁹⁴ FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. p. 14-61. In: NOVAIS, Fernando (coord.) & SCHWARCZ, Lilia Moritz, (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04. p. 34.

⁹⁵ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. Op. cit. p. 29.

⁹⁶ LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento Brasileiro, 1945-1998**. No prelo. p. 05.

⁹⁷ GATTAZ, Op. cit. p. 39.

⁹⁸ FAUSTO, Op. cit. p. 19.

⁹⁹ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. Op. cit. p.30.

¹⁰⁰ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Cultura e Imigração Sírios e libaneses: influência na Sociedade Brasileira**. In: **Relações entre Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectiva**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão,

sírios e libaneses, estando este grupo em sexto lugar entre os que mais desembarcaram no país, sendo antecidos pelos italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães.¹⁰¹

A vinda para as Américas tinha duas etapas. Primeiro deslocavam-se até um porto do Mediterrâneo (podendo ser Alexandria no Egito, Gênova na Itália, ou Marselha na França) e aí pegavam um outro navio para a América. No Brasil desembarcavam em várias cidades portuárias. Os portos que mais receberam “turco-árabes” entre os anos de 1908 e 1912, foram os de Santos, com 13.078 entradas e o do Rio de Janeiro, com 10.978, perfazendo um total de 24.056 imigrantes.¹⁰² Ao observarmos os dados do Gráfico 1, percebemos que os portos de todo país receberam, entre 1908 e 1912, cerca de 26.065 estrangeiros da etnia por nós estudada. Ou seja, isto comprova o que é apontado pela historiografia do assunto que indica que os sírios e libaneses chegavam principalmente a estas duas cidades portuárias destacadas acima, pois tirando a quantidade de estrangeiros deste grupo que entraram no país por Santos ou pelo Rio de Janeiro, restaram apenas 2009 imigrantes sírios e libaneses para desembarcarem nos outros portos do país. Na década de 30 do século XX, como analisaremos abaixo, esta situação também continua sendo presente.

A quantificação do número de entradas de sírios e libaneses não é fácil de se fazer. Isto porque a denominação dada a estes imigrantes neste período era a de “turco-árabes”. Por estarem viajando ainda sob domínio turco-otomano e conterem em seu passaporte esta nacionalidade, eram contabilizados enquanto turcos. Além disso, os libaneses eram considerados como sírios até 1926, por fazerem parte da Grande Síria. E por fim a tradução dos nomes trouxe certo obstáculo para um cálculo preciso da entrada destes no país.¹⁰³ E estes problemas persistiram até a década de 1930, próximo a Segunda Guerra Mundial, quando passou-se a tratá-los separadamente.¹⁰⁴

A imigração dos sírios e libaneses para o Brasil avolumou-se às vésperas do século XX, atingindo seu auge em 1913 com 11.101 entradas.¹⁰⁵ Como podemos observar no gráfico abaixo, a chegada de “turco-árabes” (como era então denominados) foi ascendente desde 1908, perfazendo um total de 37.166 desembarques até 1913, dados estes que comprovam

2001. **Anais do Seminário Internacional** realizado em Brasília em julho de 2000. 412p. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/imprensa/nota_detalle.asp?ID_RELEASE. p. 06.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 23.

¹⁰² IBGE, Estatísticas para o século XX. Dados dos anos de 1908 a 1912. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx>.

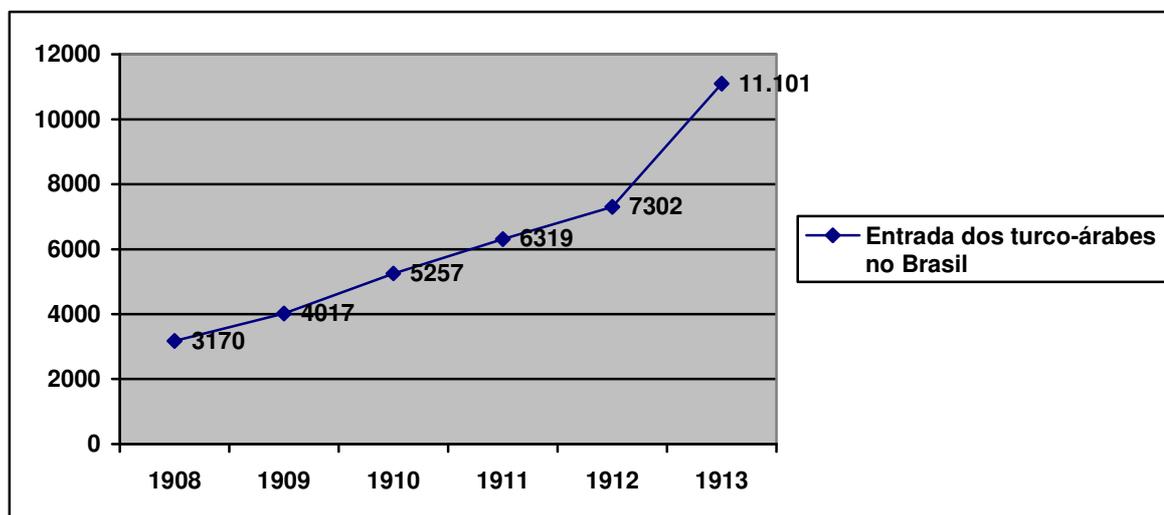
¹⁰³ Idem, p. 04.

¹⁰⁴ NUNES, Op. cit. p. 118.

¹⁰⁵ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. Op. cit. p. 318.

a historiografia que destaca o período até a Primeira Guerra Mundial como o de maior fluxo imigratório.¹⁰⁶

GRÁFICO 1: Movimento Imigratório de “turco-árabes”, Brasil, 1908-1913



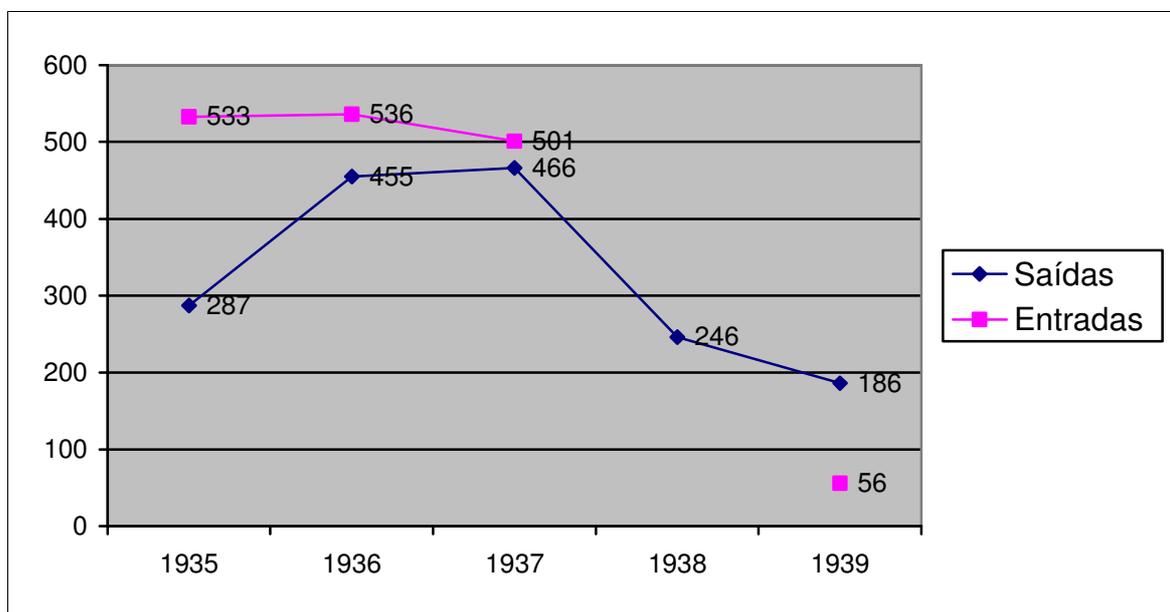
Fonte: Anuario estatístico do Brazil 1908-1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927. IBGE.

No pós-Primeira Guerra Mundial houve uma queda no número de chegadas devido ao conflito. Durante os anos de 1920, temos uma constante de cinco mil entradas anuais. Já a década de 30 do século XX foi marcada por uma queda substancial no número de chegadas de imigrantes sírios e libaneses no Brasil, com uma variação de 100 a 500 desembarques por ano.

¹⁰⁷ A partir do gráfico abaixo podemos verificar a situação acima delineada.

¹⁰⁶ LAMARÃO, Op. cit. p. 04.

¹⁰⁷ NUNES, Op. cit. p. 121.

GRÁFICO 2 – Entradas e saídas de imigrantes sírios e libaneses, Brasil, 1935-1939

Fonte: IBGE, Estatísticas para o século XX, 1935 a 1939.

Como primeiro ponto a ser destacado temos a ausência da estatística da entrada para 1938, o que fez com que a linha evolutiva que indica este dado a ser tratado esteja incompleta. É visível que de 1935 a 1939 o número daqueles que ingressaram caiu consideravelmente, pois tirando o aumento de 3 imigrantes entre 1935 e 1936, esse período foi marcado por uma queda de chegadas, tendo em 1939, ano de início da guerra, o menor valor encontrado para este momento, 56 estrangeiros.¹⁰⁸ Quanto as saídas do país estas também foram pequenas, e em alguns momentos quase se igualam ao número de entradas, como podemos observar no gráfico acima o ano de 1937, com uma pequena diferença de 35 imigrantes entre os dois coeficientes. Assim como para os embarques, os desembarques também foram caindo quanto mais próximos estavam do conflito de 1939, talvez pela dificuldade de locomoção tanto para voltar para terra natal, quanto para entrar no Brasil, apesar de neste ano o número de saídas ter sido maior que o de entradas, pela primeira vez desde 1935.

No entanto, o que permanece igual ao período de 1908 a 1912 analisado anteriormente, é a questão dos portos com maior movimentação dos imigrantes em questão. Entre 1935 e 1936, as cidades portuárias com mais entrada continuam sendo a de Santos, com o desembarque de 580 sírios e libaneses, e a do Rio de Janeiro, com apenas 199 chegadas.

¹⁰⁸ Entraram, neste ano, 39 libaneses e 17 sírios. Um total de 56. In: **IBGE, Estatísticas para o século XX**. Ano de 1939. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>.

Todos estes dados comprovam que o fluxo imigratório dos sírios e libaneses para o Brasil foi maior entre fim do século XIX até 1913, e que na década de 1930 até a Segunda Guerra houve uma queda no número de chegadas. No território brasileiro este grupo se fixou em maior número em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nesta ordem.¹⁰⁹

Os imigrantes sírios e libaneses se espalharam por vários lugares do globo, procurando cidades que estavam começando a se formar – onde pudessem ser os primeiros a estabelecer uma loja ou onde houvesse compradores para seus produtos – ou centros urbanos já desenvolvidos. Em cada lugar sua instalação foi específica, embora permaneçam algumas características comuns a todas as regiões. Agora nos interessa saber como eles chegaram a Minas Gerais, particularmente, em Juiz de Fora, nossa cidade de estudo. É sobre este assunto que trataremos a partir deste momento.

1.3 O processo imigratório no Estado de Minas Gerais

Minas Gerais, no final do século XIX e início do XX, era um estado com características bem peculiares. Internamente encontrava-se formada por um “mosaico” de regiões, umas voltadas para São Paulo (principalmente o sul de Minas), outras para o Rio de Janeiro e outras ainda para Bahia. A citação a seguir aponta para esta situação. *“A maior parte do vale do Rio São Francisco geograficamente faz parte do sertão brasileiro, que se alonga além da Bahia e Pernambuco atingindo o Ceará. (...) O oeste pertence à fronteira colonial do gado, estendendo-se da Bahia a Goiás. No Sudeste, a Zona da Mata gravitava para o porto da cidade do Rio de Janeiro”*.¹¹⁰

O núcleo familiar mineiro era formado a partir de laços de parentesco, fechado em clãs, o que ajudou a estereotipar algumas regiões que foram marcadas pela presença de famílias importantes, com sobrenomes de vulto. A política mineira dependia dos laços de lealdade e reciprocidade entre essas influentes famílias. Culturalmente, temos a valorização das pequenas cidades e dos velhos núcleos familiares, o que vem reforçar o que foi destacado

¹⁰⁹ LAMARÃO, Op. cit. p. 06.

¹¹⁰ WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982. p. 41 e 66.

acima. Mas já na década de 1880, do século XIX, houve também uma ramificação de ocupações centradas nas cidades, devido ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária.¹¹¹

Neste momento, em meados do século XIX, o café financiou a ascensão da Zona da Mata e do Sul. Tornou-se principal produto de exportação, permanecendo assim até 1939. Os dois pilares tradicionais da economia mineira passaram a ser a agricultura e a pecuária. No entanto, Minas Gerais encontrava-se sempre atrás de São Paulo. Isto porque em Minas havia muitas terras, porém os valores destas eram baixos, devido a sua pequena produtividade e a deficiência das comunicações. Por ser um estado montanhoso e longe da costa o escoamento de produtos e os contatos eram difíceis. A indústria tornou-se presente na década de 20 do século XX, com a produção têxtil, e na década de 30 do século passado, especializada em aço e ferro.¹¹²

Minas Gerais possui no século XIX o maior contingente de escravos. A abolição trouxe um impacto para o estado, pois muitos negros foram para as cidades e em muitos lugares não tinha quem colhesse os produtos que acabaram estragando nos campos. Era difícil para os fazendeiros que estavam acostumados com uma mão-de-obra barata e com trabalhadores fixos, introduzir o imigrante europeu em suas terras.¹¹³ O fracasso também da utilização dos imigrantes com base no sistema de parceira em São Paulo, ajudou aumentar ainda mais esta resistência. Mas o Governo Central achava que Minas Gerais sofria de baixa densidade demográfica e precisava de trabalhadores estrangeiros.¹¹⁴

Ainda no Império surgiu um debate em torno da mão-de-obra nesta província, pois acreditava-se que sem a colonização européia, sem a introdução de braços livres para cuidar das terras, dificilmente a agricultura e a indústria sairiam do abandono no qual se encontravam.¹¹⁵ No entanto havia aqueles que para tentar solucionar este problema do baixo nível populacional, defendiam a utilização do trabalho indígena, já que estes eram em grande número e sabiam cultivar a terra antes mesmo de terem mantido contato com pessoas “civilizadas”. Ou seja, depois que fossem catequizados, seriam uma ótima mão-de-obra. Entretanto não havia consenso em torno desta questão.¹¹⁶

¹¹¹ Idem, p. 121, 309, 314.

¹¹² Idem, p. 41, 43, 44, 46, 48, 75, 95.

¹¹³ Idem, p. 79.

¹¹⁴ MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994. p. 09,13,16 e 17.

¹¹⁵ MINAS GERAIS. **Fala dirigida a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais no ano de 1848**. Ouro Preto: Typographia Social, 1848. p. 09. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹¹⁶ MINAS GERAIS. **Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária do ano de 1857**. Ouro Preto: Typographia Provincial, 1857. p. 33. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

A solução encontrada a princípio foi o povoamento do solo através da formação de núcleos coloniais às margens das estradas. Fundaram-se também sociedades e companhias de colonização que ficariam comprometidas com a vinda de imigrantes para esta província.¹¹⁷ Em 1854 foi criada a colônia militar de Urucu (com o objetivo de manter seguro o trânsito entre a cidade de Filadélfia e Santa Clara). Havia também outras duas colônias no território mineiro, a de Dom Pedro II, datada de 1857 (em Juiz de Fora) e a do Mucuri, estabelecida em 1856.¹¹⁸

Entretanto o projeto de fundação de colônias enfrentou problemas. O império brasileiro investiu o que lhe era possível na instalação destes imigrantes, tendo também que fornecer alimentos até que eles conseguissem cultivar a terra e colher.¹¹⁹ Mas apesar dos esforços do governo imperial os resultados obtidos não foram bons. Como destaca o relatório apresentado pelo presidente da Província de Minas, José Maria Corrêa de Sâe Benavides em 1870, “(...) Nesta província a colonisação tem sido infeliz. A única tentativa que parece ter prosperado é a da colônia de D. Pedro II (...)”.¹²⁰ Esta situação ocorreu devido ao pouco interesse dos particulares pela vinda de trabalhadores estrangeiros, pela falta de dinheiro do governo, pela presença do latifúndio e a venda para o mercado externo - que atrapalharam a formação destes núcleos, pois só restavam a estes as piores terras.¹²¹ A instabilidade no sistema de trabalho, o clima mineiro e a preferência pelos negros, completam os motivos que levaram a pouca prosperidade das colônias em Minas.¹²²

Com o advento da República houve tentativas de mudanças. O governo provisório acreditava que a vinda de estrangeiros era fundamental para aumentar as forças produtivas do país, sendo possível atender a necessidade de braços nas zonas cafeeiras decadentes e também nas novas, além de contribuir para o aumento demográfico - preocupação que já vinha desde o Império.¹²³

A imigração já estava sendo feita desde o período imperial, só que os estrangeiros não vinham espontaneamente, e os salários mais satisfatórios das lavouras de café de São

¹¹⁷ MONTEIRO, Op. cit. p. 17.

¹¹⁸ Idem, p. 19.

¹¹⁹ MINAS GERAIS. **Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou na abertura da sessão ordinária do no ano de 1868.** Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1868. p. 17. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹²⁰ MINAS GERAIS. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do no ano de 1869.** Ouro Preto: Typographia Universal de Laemmert, 1870. p. 20 e 21. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

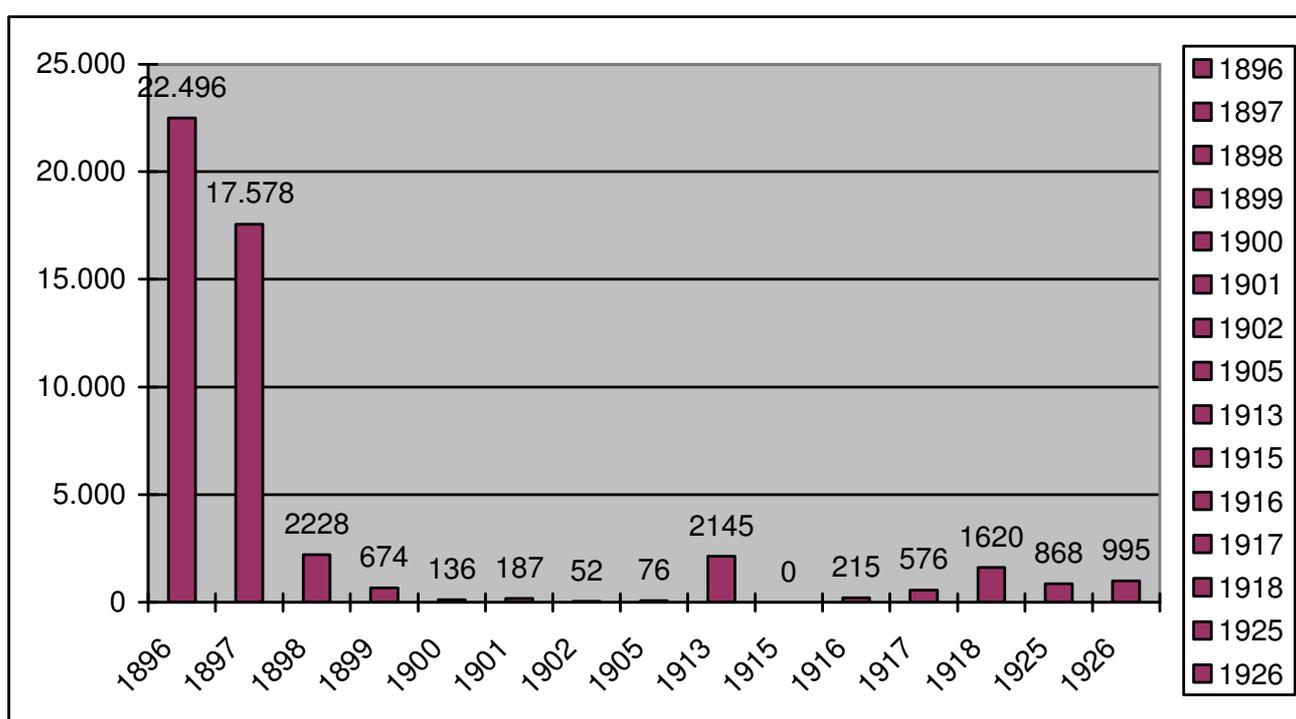
¹²¹ MONTEIRO, Op. cit. p. 19-20.

¹²² Idem, p. 32.

¹²³ Idem, p. 36.

Paulo e do Rio de Janeiro atraíam a mão-de-obra que deveria ir para Minas Gerais.¹²⁴ Além disso, o regime de propriedade da terra (latifúndios), o sistema de trabalho rural (parceria ou salário fixo) e a necessidade de que se comprasse um lote para poder permanecer no local, ajudaram na não fixação do imigrante neste estado, o que se agravou ainda mais com o tempo e com a crise do café – que começou em 1893 e permaneceu até 1906.¹²⁵ O gráfico abaixo nos permite uma visualização do movimento imigratório em Minas ao longo de trinta anos.

GRÁFICO 3 – Movimento Imigratório, Minas Gerais, 1896-1926



Fonte: MINAS GERAIS. Mensagens dos presidentes do Estado de Minas Gerais entre 1896 e 1926. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>.

Observando os dados do gráfico, percebemos que o maior período de entrada de imigrantes neste estado foi entre 1896 e 1897, com 22.496 e 17.578 estrangeiros respectivamente. Depois deste momento não houve mais um saldo tão significativo. A explicação para a queda substancial de 1896 até 1905, está relacionada a dois problemas ocorridos durante esta década. O primeiro deles está estreitamente vinculado à crise cafeeira iniciada em 1893, que fez com que o governo mineiro em 1897 suspendesse a concessão de passagens gratuitas aos imigrantes, sendo introduzidos a partir deste momento somente os parentes chamados por pessoas já estabelecidas no estado. Um outro fator agravante desta

¹²⁴ Idem, p. 62.

¹²⁵ Idem, p. 78-83.

situação foi o fechamento dos portos italianos para o Brasil em 1902, pois este era o grupo com mais estrangeiros no estado.¹²⁶ Esse fechamento foi instituído pelo Decreto Prinneti, (nome que tem ligação com o chefe do Comissariado da Emigração na Itália, que aprovou o decreto, o senhor Giulio Prinetti) o qual proibia a imigração gratuita para o Brasil devido a más condições de vida que os italianos estavam passando principalmente nas lavouras de café de São Paulo. Estes imigrantes viviam o oposto do que foi prometido a eles: o Brasil como terra das oportunidades e do crescimento pessoal.¹²⁷

O ano de 1913 foi marcado por um aumento considerável de desembarques com relação aos anteriores, porém foi acompanhado de uma nova queda devido ao início da Primeira Guerra Mundial. A entrada de imigrantes em 1915 mostrou-se nula, sendo seguida de uma progressão gradual até o fim do conflito, embora a vinda subsidiada ainda estivesse suspensa.¹²⁸ Neste período tornou-se realidade uma outra forma de imigração, a espontânea, formada por povos que estavam fugindo de seus países por causa da guerra, em busca de uma vida mais tranqüila. Ocorreu também um deslocamento interno de brasileiros de outras regiões que se dirigiram para Minas, pois a interrupção do Serviço de Imigração em 1915 fez com que o governo começasse a tomar medidas favoráveis ao elemento nacional.¹²⁹

A década de 1920 foi marcada por novos problemas acompanhados de novos fracassos. Depois do euforismo ocorrido com a elevação dos desembarques a partir de 1917, devido a vinda de vários europeus fugidos das conseqüências da Primeira Guerra, houve novamente o perigo da falta de mão-de-obra. Os imigrantes chegavam a Minas, porém nem todos permaneciam neste estado, buscando melhores condições de vida e trabalho geralmente em São Paulo.¹³⁰ Em 1920 a proporção de imigrantes no estado de São Paulo e no de Minas Gerais era bem díspare. Enquanto que para o primeiro era de 181,5 estrangeiros por 1000 habitantes, para o segundo era apenas de 14,9.¹³¹ A pouca entrada de estrangeiros em Minas foi ainda mais agravada com as campanhas de valorização do trabalhador nacional, iniciada nos anos 1920. A partir desta década houve uma inovação nos núcleos coloniais, que

¹²⁶ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1903.** p. 34. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹²⁷ LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde pública.** São Paulo, 1974. Vol.08, p. 49-90. p. 54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>. Capturado em: 04/09/07.

¹²⁸ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1919.** p. 79. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹²⁹ MONTEIRO, Op. cit. p. 133-134.

¹³⁰ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1924.** p. 66. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹³¹ WIRTH, op. cit. p. 53

passaram a ter nos nacionais seus principais representantes.¹³² Não havia mais distinção entre direitos dados aos brasileiros e aqueles concedidos aos estrangeiros. O fracasso em atrair europeus fez com que se voltasse a atenção para a mão-de-obra nacional, que passava a ser vista de forma mais positiva.¹³³

Dentro deste quadro, havia a necessidade de conseguir-se meios de garantir aos imigrantes melhorias em sua situação para que continuassem em Minas, já que eles acabavam sendo atraídos pelas ofertas de outros estados. Entre esses melhoramentos podemos citar: a existência de uma boa hospedaria onde estes pudessem ficar até serem contratados, uma legislação que fiscalizasse os contratos de locação de serviços (como existia em São Paulo) e a fundação de mais núcleos coloniais.¹³⁴ A fim de conseguir braços para o trabalho neste estado houve uma nova apresentação de idéias. Começou-se a defender que:

(...) Brancos ou amarelos, todos os braços úteis que venham ajudar o nosso progresso devem ser aceitos pelo paiz. Não devemos fazer questão de raças e sim de indivíduos. Desde que elle seja são e útil deve ter nossa acceitação. Venham os immigrants de que paiz vierem, ao Estado é que compete aproveitá-los convenientemente, tirar delles a maior soma de benefícios possível para o solo e para a raça. (...) Não nos devem, por enquanto, preocupar as questões ethnicas. Precisamos é de braços e de encaminhá-los para zonas onde elles encontrem similhaça topographica e climaterica com a terra natal.

As nossas mattas, os valles dos nossos rios, os nossos campos estão mesmo a exigir raças diferentes. Encaminhemos para as mattas os homens acostumados a derrubadas; aos rios e lagos – os amarelos já experimentados na cultura do arroz, os egypcios aclimados ao cultivo do algodão nos valles no Nilo; aos campos – os povos da Europa, os seus pequenos lavradores.¹³⁵

A partir deste momento a solução seria a de aceitar qualquer etnia,¹³⁶ desde que se fizesse um uso inteligente delas, enviando-as para as regiões que mais se aproximassem com as características de sua terra de origem, pois acreditava-se que assim elas iriam identificar-se com o solo e mesmo aquelas pouco afeitas ao cruzamento iriam adaptar-se facilmente e com o tempo tornar-se-iam mais abasileiradas.¹³⁷ Defendia-se que evitando-se a aglomeração de um grupo étnico em um único lugar, a fim de inibir a formação de quistos estrangeiros,

¹³² MONTEIRO, Op. cit. p. 137.

¹³³ WIRTH, op. cit. p. 54.

¹³⁴ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1923.** p. 89. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹³⁵ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1926.** p. 363. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹³⁶ No Brasil, no período entre-guerras houve a adoção de políticas restritivas contra anarquistas e comunistas. Só posteriormente, em 1934, que houve o estabelecimento das cotas de 2% para limitar a entrada de estrangeiros. E estamos tratando nesta parte sobre a década de 20 em Minas Gerais.

¹³⁷ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1926.** Op. cit. p. 364.

qualquer trabalhador aqui estabelecido representaria uma melhoria econômica para o estado.¹³⁸ É claro que havia as etnias mais desejáveis, que seriam as brancas, mais próximas da elite brasileira, de religião católica, entretanto, quando necessitava-se urgentemente de mão-de-obra, aceitava-se qualquer trabalhador disposto a inserir-se na nova sociedade, tomando os cuidados expostos acima.¹³⁹ Quanto à mão-de-obra nacional, que já vinha sofrendo um processo de valorização, passou-se a destacar que sua indolência era uma lenda, e que dando-lhe saúde e oportunidade traria avanços para o estado.¹⁴⁰

Todavia, nem sempre se encarou a utilização de outra mão-de-obra, senão a branca européia, de forma tão tranqüila. A partir da metade do século XIX até as primeiras décadas do XX, havia aqueles imigrantes desejáveis e fugia-se como pudesse dos que não se encaixavam neste perfil. “A raça latina deve com preferência ser a fonte de nossa colonização e só subsidiariamente, e com muita cautela deve ser aproveitada a colonização americana e colonização germânica”. Isto porque estes dois grupos eram caracterizados como amantes da liberdade e da independência, além de serem diferentes de nossa cultura.¹⁴¹ No entanto, a opinião foi mudando ao longo do tempo. Um exemplo disso é a tentativa da introdução de asiáticos em 1894, feita com controle, a fim de evitar a entrada de viciosos e vagabundos.¹⁴²

Os imigrantes que mais se fixaram no estado foram os italianos.¹⁴³ Seguindo este primeiro grupo, temos os espanhóis, os portugueses, os alemães e os japoneses (com a fixação de 25 famílias, perfazendo um total de 94 pessoas, em 1918).¹⁴⁴ Com o tempo, passou-se a considerar mais vantajoso para o estado a vinda de várias nacionalidades diferentes e não só haver a preponderância de italianos como acontecia em Minas, impedindo-se assim o enquistamento.¹⁴⁵ Com essa política vieram em menor proporção os suíços, os austríacos, os russos, os argentinos, os dinamarqueses, os húngaros, os franceses, os holandeses, os norte-

¹³⁸ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1925.** p. 242-243. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹³⁹ Idem, p. 243.

¹⁴⁰ Idem, p. 245.

¹⁴¹ MINAS GERAIS. **Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais na sessão ordinária do no ano de 1869.** Op. cit. p. 21.

¹⁴² MINAS GERAIS. **Mensagem de 1894.** p. 16. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹⁴³ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1897.** p. 19. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹⁴⁴ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1918.** p. 67. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹⁴⁵ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1896.** p. 30. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

americanos, os ingleses, dentre outros.¹⁴⁶ Além destes temos a presença também dos que são objeto de nosso estudo, os sírios e os libaneses.

Com os imigrantes sírios e libaneses a situação não foi diferente. Eles satisfaziam a elite brasileira pelo trabalho árduo e contínuo e pela contribuição na nossa economia, mas ao mesmo tempo a desagradava por não aceitar plenamente a cultura brasileira.¹⁴⁷ E era este ponto que preocupava o governo, a não assimilação ao meio. Em Minas Gerais, como no resto do Brasil, havia uma prevenção contra elementos de origem asiática. O chinês e o japonês eram considerados bons trabalhadores, só que tinham valores muito diferentes. Já com os “turcos” (como eram chamados os sírios e libaneses que aqui aportavam) a preocupação era dupla: com as tradições díspares e com o fato de preferirem as atividades mercantis ao trabalho agrícola, para o qual o governo precisava dos estrangeiros. Mas mesmo com estas restrições, os sírios e libaneses foram chegando silenciosamente no país e no estado.¹⁴⁸ Eles fixaram-se em várias regiões mineiras, não apenas na Zona da Mata. Em Minas Gerais eles instalaram-se: Ubá, Cataguases, Astolfo Dutra, Visconde do Rio Branco, São João Neponuceno, Rodeio, Juiz de Fora, Tocantins, Leopoldina, Varginha, Caratinga,¹⁴⁹ Bicas, Mathias Barbosa, Passa Quatro, Manhuaçu, Cristina, Carangola, Belo Horizonte,¹⁵⁰ Guaxupé,¹⁵¹ dentre outras.

A inserção destes imigrantes em território mineiro é parecida com a que aconteceu em outras regiões do Brasil, especialmente, em São Paulo. O livro de memórias de um libanês chamado Elias Jacob, que veio para o Brasil no ano de 1913, quando tinha três anos, junto a sua mãe, Sarah Issa, e seu irmão, Jorge, de seis anos, nos ajuda a compreender como é o processo de chegada e adaptação numa nova terra. Eles vieram para ficar junto do pai, Jacob Issa, que já havia emigrado anteriormente.¹⁵² Dessa maneira, dirigiram-se diretamente para Cataguases, onde estava o senhor Jacob, mas devido a uma doença de dona Sarah, mudaram-se para Ubá, que na época era um centro maior.¹⁵³ Em Ubá eles estabeleceram-se por um bom tempo. Devido ao grande número de imigrantes sírios e libaneses nesta região, houve a abertura de uma escola onde se ensinava o árabe, e Elias e o seu irmão mais velho, Jorge,

¹⁴⁶ MINAS GERAIS. **Mensagem de 1914.** p. 46. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>.

¹⁴⁷ LESSER, Op. cit. p. 88.

¹⁴⁸ MONTEIRO, Op. cit. p. 77 e 134.

¹⁴⁹ JACOB, Elias. **Pelos caminhos da vida.** S.n.t. Passim.

¹⁵⁰ Livro de Registro de Matrícula do Colégio Granbery de 1890 a 1940. Alocados no Arquivo Histórico e Museu Granbery.

¹⁵¹ LOPES, Leandro Aparecido. **Imigração libanesa para Guaxupé.** Trabalho monográfico pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé – UNIFEG. Guaxupé: UNIFEG, 2005.

¹⁵² JACOB, Elias. Op. cit. .Passim.

¹⁵³ Idem. p. 20.

estudaram neste estabelecimento. A família já estava maior neste momento, pois em 1915 nasceu Miguel e em 1917, João.¹⁵⁴ Ter um núcleo familiar grande era essencial para ajudar o pai nos negócios. O senhor Jacob era comerciante e tinha uma loja em um sobrado, onde morava com sua família no segundo andar (típica morada deste grupo).¹⁵⁵

Como a situação financeira estava boa em 1920, compraram uma casa própria com uma loja de três portas, sonho de Dona Sarah. Os filhos mais velhos, Elias e Jorge ajudaram o pai na loja, e mais tarde o senhor Elias montou um comércio para estes, que não deu certo. No entanto, em 1926 eles com a ajuda do pai montaram um novo estabelecimento no centro de Ubá.¹⁵⁶ Mas como aconteceu com vários imigrantes, a família Jacob também passou por altos e baixos, e fecharam lojas nos períodos difíceis, voltaram a mascatear e depois reabriram novamente. O início da década de 1930 foi marcada por problemas econômicos e muitas contas a pagar.¹⁵⁷

A maior parte dos filhos do senhor Jacob dedicou-se ao comércio, mas um deles, Ibrahim Jacob, tornou-se vereador pelo PTB, eleito no final de 1950. A diversificação das profissões aconteceram em maior número na terceira geração desta família em Ubá, com os filhos do autor das memórias, o senhor Elias Jacob. A filha mais velha, Elimar, terminou o científico em 1960 e partiu para o vestibular em Medicina, em Juiz de Fora, sendo aprovada. Neste ano do vestibular, 1961, a família do senhor Elias se mudou pra Juiz de Fora. O filho Emir, o segundo, entrou para a Escola Técnica de Mineração e Metalurgia de Ouro Preto.¹⁵⁸

A trajetória do Senhor Elias nos traz traços do que aconteceu com muitos imigrantes sírios e libaneses quando chegaram ao Brasil. Os altos e baixos da vida comercial, os filhos em grande número para ajudar o pai na loja, a ascensão mesmo que pequena (no caso, adquirindo uma casa própria), dentre outros aspectos. Mas em Juiz de Fora, como ocorreu esta inserção? No estado de Minas Gerais, Juiz de Fora foi uma das principais cidades a receber uma quantidade expressiva de imigrantes: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, sírios e libaneses, dentre outros.¹⁵⁹ Será sobre esta cidade e sobre os imigrantes sírios e libaneses que instalaram-se nela que concentraremos nossos esforços a partir deste momento.

¹⁵⁴ Idem. p.23.

¹⁵⁵ Idem. p. 20.

¹⁵⁶ Idem. p. 47.

¹⁵⁷ Idem. p. 72.

¹⁵⁸ Idem. p. 180.

¹⁵⁹ Idem, p. 165.

1.4 Os sírios e os libaneses na cidade de Juiz de Fora

Juiz de Fora nasceu a partir de 1709, às margens do Caminho Novo, estrada que ligava o sudoeste da Zona da Mata ao Rio de Janeiro,¹⁶⁰ e que facilitou o acesso ao interior para comerciantes vindos de fora, fazendo com que ao longo deste novo caminho formassem pequenas vilas e povoados, que acabaram contribuindo para a permanência dos tropeiros na região.¹⁶¹ A vila era denominada Santo Antônio do Paraibuna, e foi elevada à cidade em 1856, mantendo-se o mesmo nome. Em 1865 foi renomeada, passando a chamar-se Juiz de Fora.¹⁶²

A partir de 1830 começou haver a definição de um caráter urbano do espaço que antes estava dividido em sesmarias. As primeiras décadas do século XIX vivenciaram uma expansão da área cultivável da Zona da Mata e também de Juiz de Fora, que deixou de ser local de abastecimento de tropas para ser pólo da produção cafeeira, devido à disponibilidade de terras, oferta de mão-de-obra e elevado preço do café.¹⁶³ Em Minas Gerais, a Zona da Mata destacou-se como principal região cafeeicultora e Juiz de Fora tornou-se seu centro dinâmico por excelência, sendo local de escoamento da safra para o Rio de Janeiro, onde se comercializava o produto. Além disso, esta cidade possuía uma rede de serviços urbanos e comerciais de apoio a produção do café, e ao longo do tempo, no final do século XIX, apresentou-se enquanto importante centro industrial.¹⁶⁴

Na década de 1850, foi criada a Companhia União Indústria, responsável pela construção de uma rodovia macadamizada que interligava a província de Minas Gerais à província do Rio de Janeiro. Empreendimento que fez esta região crescer ao diminuir os problemas de comunicações,¹⁶⁵ e ao encurtar a viagem entre a corte e Minas, o que facilitava o transporte do café. Para a construção desta rodovia chegaram a Juiz de Fora os primeiros imigrantes alemães que foram acomodados na colônia Dom Pedro II, fundada em 1857. O mentor da vinda destes estrangeiros foi Mariano Procópio, proprietário da Companhia União

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1991. p. 45.

¹⁶¹ MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**, 1990. 322 p. Dissertação de Mestrado, do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Niterói, novembro de 1990. p. 85.

¹⁶² OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966. p. 37 e 63.

¹⁶³ MIRANDA, Op. cit. p. 87.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p. 12.

¹⁶⁵ MONTEIRO, Op. cit. p. 14.

Indústria.¹⁶⁶ Como nesta cidade foram os libertos que continuaram trabalhando nas lavouras, os alemães chegaram apenas para a edificação da estrada, a fim de promover um “bem estar”¹⁶⁷ para a produção cafeeira.¹⁶⁸ Dessa forma, quando o projeto foi finalizado, muitos alemães foram deixando o local onde estavam instalados e se dirigiram para o centro da cidade, onde passaram a atuar enquanto comerciantes, caixeiros, carroceiros, marceneiros, dentre outros. O comércio fornecia a eles mais possibilidades de obtenção de lucros e de enriquecimento. A colônia foi extinta oficialmente no ano de 1885.

A expansão urbana juizforana acelerou-se a partir de 1860. Este processo de urbanização, influenciado pelo avanço da industrialização, atraía de tal forma pessoas de outras regiões e mesmo da Zona da Mata, que tornou-se possível um aumento populacional significativo, como mostram os dados do censo a seguir.¹⁶⁹ Em 1855, o município contava com 27.722 habitantes.¹⁷⁰ Em 1890, trinta e cinco anos depois, a população deste¹⁷¹ elevou-se a 55.185 pessoas.¹⁷²

Na década de 1870 deu-se mais um passo para melhorar ainda mais as comunicações entre Juiz de Fora e outras cidades. Foram construídas neste período as estradas de ferro Leopoldina e Dom Pedro II, que tornaram mais rápido o transporte do café.¹⁷³ A cidade, que já estava em processo de crescimento de sua infra-estrutura desde 1860, tornou-se o principal centro urbano da Zona da Mata, por ser um importante entroncamento ferroviário. Devido ao seu desenvolvimento decidiu-se construir nesta a Hospedaria dos Imigrantes, que receberia os estrangeiros e os encaminharia para a região. O estabelecimento foi fundado em maio de 1889, com o nome de Hospedaria Horta Barbosa.¹⁷⁴

O progresso industrial juizforano que despontou nos anos 70 do século XIX aconteceu devido a vários fatores. Dentre eles podemos citar, a presença de um sistema viário – com a estrada União Indústria, e a estrada de ferro Dom Pedro II –, a base de acumulação de capital advinda da atividade comercial dos imigrantes europeus e da cafeicultura, e o mercado

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p. 50 e 56.

¹⁶⁷ Este termo foi retirado da dissertação de Deivy Ferreira Carneiro.

¹⁶⁸ CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (JF – 1858-1921). Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 22.

¹⁶⁹ MIRANDA, Op. cit. p. 99-100.

¹⁷⁰ OLIVEIRA, Paulino de. Op. cit. p. 40.

¹⁷¹ Estão inseridos no município os distritos de Juiz de Fora, Vargem Grande, Água Limpa, Paula Lima, Nossa Senhora do Rosário, Sant’Anna do Deserto, São Pedro de Alcântara, Porto das Flores, São José do Rio Preto, Sarandy, São Francisco de Paula, São Sebastião da Chácara e Mathias Barbosa. In: ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. Alocado no centro de Memória Murilo Mendes – Juiz de Fora.

¹⁷² ESTEVES, Op. cit.

¹⁷³ Idem, p. 51.

¹⁷⁴ MONTEIRO, Op. cit. p. 26.

urbano com potencial de mão-de-obra e de consumo crescente.¹⁷⁵ Segundo Domingos Giroletti, houve nesta cidade dois períodos distintos no seu processo de industrialização até 1930. O primeiro, estendeu-se até o fim de 1880 e foi marcado pela presença de pequenas fábricas e oficinas, com baixa produtividade, baixo índice de capital investido e pouca mão-de-obra. O segundo momento iniciou-se em 1890 e foi caracterizado pela presença de médias e grandes indústrias, com um contingente significativo de operários, utilizando tecnologia importada e sofisticada para os padrões da época, movidas a energia elétrica.¹⁷⁶

Anderson Pires destaca que as indústrias foram se desenvolvendo na cidade financiadas pelo dinheiro advindo da cafeicultura, e que com a criação do Banco de Crédito Real houve a possibilidade de permanência dos capitais na região, sem ter necessidade de mandá-los para o Rio de Janeiro, como acontecia antes. O desenvolvimento industrial levou a dinamização da sociedade e a diversificação de seus estabelecimentos, impulsionada pelos chamados efeitos de encadeamento, marcado pelo surgimento de diversos setores comerciais para atender as demandas das indústrias e da cafeicultura, como por exemplo, firmas que eram especializadas em fundição de ferro e bronze, produziam também máquinas para lavoura.¹⁷⁷

A indústria e a agricultura em crescimento precisavam de mão-de-obra que aceitassem sua proletarização. Os homens livres pobres passavam por uma espécie de ensino agrícola e técnico que tinha como objetivo a adaptação destes às novas necessidades, ou melhor dizendo, à nova disciplina do trabalho. A imigração constituiu uma forma mais fácil de ter um trabalhador “já feito”, já acostumado com as novas regras capitalistas. Entretanto, isto não significava que mesmo os considerados desejáveis se sujeitassem a qualquer forma de contrato. Muitos, quando não gostavam das condições em que se encontravam, iam para o Rio de Janeiro ou São Paulo. Estes almejavam autonomia profissional, pois viam o trabalho como lucro.¹⁷⁸

Neste processo de busca pela independência financeira encaixam-se os imigrantes sírios e libaneses, que deixaram sua terra a fim de conseguirem um trabalho independente, que os fornecesse meios de acumular pecúlio de forma rápida. Esse dinamismo da economia e da vida social verificado na passagem do século XIX para o XX em Juiz de Fora pode ter

¹⁷⁵ MIRANDA, Op. cit. 100-101.

¹⁷⁶ GIROLETTI, Domingos. Apud. CARNEIRO, Op. cit. p. 78.

¹⁷⁷ PIRES, Anderson. **Café e Indústria em Juiz de Fora**: uma nota introdutória. In: NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (org). Juiz de Fora: história, texto e imagem/ Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira, organizadores. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2004, 192p. passim

¹⁷⁸ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **“Europa dos pobres”**: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. p. 103-106.

atraído este grupo para a cidade. Mas isto não quer dizer que eles só se dirigiam para lugares em processo de urbanização crescente, pois eles também foram encontrados em locais pouco desenvolvidos (onde poderiam estabelecer-se enquanto primeiros comerciantes). O objetivo deles era viver e trabalhar em um local onde pudessem obter uma vida melhor, e Juiz de Fora talvez os tenha atraído pelo fato de estar em desenvolvimento e por possuir uma área urbana que comportasse investidores e todos os tipos de comércio e atividades. Esta cidade era marcada pelo fato de atrair aqueles estrangeiros que não eram agricultores e que tinham uma experiência prévia.¹⁷⁹ Este é o caso dos sírios e libaneses, que mesmo sendo agricultores em sua terra natal, também dedicavam-se à venda dos produtos que lá plantavam, possuindo assim um conhecimento básico de comercialização.

Os sírios e libaneses cristãos começaram a chegar a Juiz de Fora a partir do final do século XIX. A memória reconhece que Salim Nicolau teria sido o primeiro imigrante libanês que instalou-se na cidade, na década de 1890, juntamente com seu irmão Demétrio. Já os sírios estabeleceram-se neste local mais tardiamente, por volta de 1913, processo provavelmente iniciado por Neman Salomão.¹⁸⁰ Os libaneses vieram em maior número para esta região, perfazendo um total de 300 famílias, enquanto os sírios somavam apenas 69.¹⁸¹ Já em 1893 temos a recorrência deste grupo no censo da cidade.

TABELA 3 – Recenseamento populacional, perímetro urbano, Juiz de Fora, 1893

Nacionalidade	Qtde	Nacionalidade	Qtde
Italianos	1197	Russos	05
Portugueses	501	Argentinos	04
Alemães	328	Chineses	02
Espanhóis	80	Polacos	02
Franceses	66	Prussianos	01
Árabes	27	Irlandeses	01
Austríacos	22	Egípcios	01
Ingleses	18	Total de Estrangeiros	2276
N. Americanos	15	Total de Brasileiros	7924
Suíços	06	Total de Habitantes	10.200

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Recenseamento da População de Juiz de Fora residente no perímetro da cidade. Série 164. Caixa 120.

¹⁷⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit. p. 113.

¹⁸⁰ BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1988. p. 08 e 23.

¹⁸¹ PEQUENO, Isabel. Destino árabe tecido por instinto mascate. **Imigrantes 150 Anos**: Edição Comemorativa dos 150 Anos de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 31 de maio de 2000, p. 30.

Observando a tabela acima, percebemos a princípio que estes imigrantes não eram chamados de sírios ou libaneses, e sim árabes. Além disso, observamos que o maior número de estrangeiros na cidade são de italianos, portugueses e alemães, somando 2026. Considerando que havia neste ano um total de 2276 pessoas de outras nacionalidades no perímetro urbano, conclui-se que os três primeiros representam 89% dos imigrantes que estavam inseridos nesta cidade, frente aos 11% dos outros 14 grupos. Os sírios e libaneses contavam neste momento com 27 integrantes e encontravam-se em sexto lugar.

Em 1900 temos uma elevação do número do grupo em questão no território juizforano. O jornal *O Pharol*, periódico desta cidade, nos informa o resultado do recenseamento do distrito de Juiz de Fora, realizado em 31 de dezembro daquele ano. A cidade contava então com 18055 habitantes, sendo 14757 brasileiros e 3298 estrangeiros, dentro os quais temos: 2047 italianos, 642 portugueses, 387 alemães, 55 espanhóis, 38 árabes, 31 belgas, 26 franceses, 21 norte-americanos, 19 africanos, 12 ingleses, 15 austríacos, 2 chineses, 1 húngaro, 1 russo e 1 dinamarquês.¹⁸² Neste ano os italianos novamente foram os mais numerosos, já os sírios e libaneses subiram uma posição, deixando o sexto para o quinto lugar, devido a queda do número de franceses, a chegada de 31 belgas, e o aumento de 11 árabes em sete anos.

Quanto aos sírios e libaneses, de onde vieram? Como vieram? Estas questões podem ser respondidas ao trabalharmos com uma série de entrevistas que realizamos com descendentes de sírios e libaneses nesta cidade. Alguns entrevistados vieram tardiamente se compararmos ao nosso recorte cronológico que vai até a segunda metade do século XX. No entanto, eles nos forneceram um rico relato dos seus parentes que chegaram antes e os motivos da saída de sua terra natal. Ao analisarmos os depoimentos, percebemos que existem algumas constantes entre eles. A homogeneidade quando falam sobre o trabalho árduo dos primeiros que chegaram nesta localidade, da convivência totalmente pacífica com os locais, do sucesso daqueles que instalaram-se em Juiz de Fora, da deliciosa comida brasileira – mesmo tendo eles mantido em sua maioria a preferência pela comida árabe em seus lares. Pontos em comum que nos remetem à construção de uma memória coletiva que foi passada de pai para filho, de geração a geração.

A memória tem duas funções: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.¹⁸³ O que nos é contado nunca é o que em detalhes

¹⁸² **O PHAROL**, 05/02/1901, página 01, coluna 04.

¹⁸³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos, Memória**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989. n.º. 03 p. 09

aconteceu, sempre há uma seleção dos fatos, pois o indivíduo está construindo sua história de vida e está ligado aos seus iguais. Ele quer e deve encaixar-se no meio deles, e não está sozinho, antes sim permanece entrelaçado ao contexto familiar, social e nacional que influencia em suas lembranças.¹⁸⁴ O ato de lembrar junto a elaboração da memória são sempre individuais, cada pessoa tem suas próprias recordações, e esta só se torna coletiva quando é abstraída e separada da individual e se compõe daquilo que é comum na cultura e nos mitos, sendo mediada por ideologias, pelo senso comum e por instituições.¹⁸⁵ Ela representa uma imagem que o grupo quer passar de si e quer guardar como sua história, como sua marca. “(...) a construção da memória coletiva, compartilhada por todos os membros do grupo, continua indispensável para a formação de identidades e de orientações de conduta.”¹⁸⁶

Assim, os participantes de um círculo de imigrantes que deixaram sua terra natal, constroem juntos sua identidade no novo lugar que escolheram para viver, e deixam para a posteridade a imagem que gostariam que representasse o papel que exerceram nesta sociedade. Estas identidades que são construídas são uma produção interna ao grupo e nunca se completa efetivamente, ela modifica-se de acordo com as mudanças que ocorrem na história deste, e refletem experiências históricas em comum.¹⁸⁷ Cada personagem pode esboçar a sua história de vida da forma que desejar, mas permanece a tendência de aderirem ao enredo tal como o grupo o reconhece.¹⁸⁸ É devido a estas situações da memória e da construção de identidades, que podemos compreender as homogeneidades que apareceram em nossas entrevistas com os descendentes dos sírios e dos libaneses. Eles nos passam aquilo que foi considerado como memória própria do seu grupo étnico nesta cidade e até mesmo no Brasil.

Através da análise dos relatos percebemos que os que deixaram a localidade onde hoje encontra-se o território libanês chegaram a Juiz de Fora, vindos de várias localidades

¹⁸⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 94.

¹⁸⁵ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 126-127.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 14.

¹⁸⁷ HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 24, 1996, p. 68-75. p. 68.

¹⁸⁸ FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Ordenamento e transmissão da memória social. In: **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editora Teorema, 1992. p. 95.

como Ras Baalbek, Beit Edine, Jbail, Deir El Kamar, Al Hassun, dentre outras.¹⁸⁹ As três primeiras cidades estão localizadas no mapa abaixo. Entre elas, apenas duas são próximas a área costeira. Ras Baalbek localiza-se mais para o interior do território libanês.

Ilustração 1: Mapa do Líbano



Fonte: Mapa do Líbano. Site escolar.com.

Já os sírios, vieram em sua maioria da cidade de Yabroud. Esta cidade localizava-se a 70 quilômetros da capital Damasco (como podemos perceber analisando o mapa abaixo) e vivia da agricultura de subsistência e da produção artesanal de mantas de pele de cabra, para montar tendas que abrigavam os animais.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Dados retirados das entrevistas que realizamos com os descendentes dos primeiros imigrantes em Juiz de Fora.

¹⁹⁰ ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: **Solidariedades e conflitos: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

Ilustração 2: Mapa da Síria



Fonte: Mapa da Síria. Site Destinia.com.

O relato de Dona Mounira Haddad, apesar de ter emigrado para o Brasil na década de 1950, nos ajuda a compreender como eram feitas estas tendas, pois quando ela estava em sua terra natal, tinha como uma de suas atividades financeiras, junto de sua família, a feitura de tendas para animais. Segundo ela:

No tempo do inverno às vezes o frio e a neve vinha abaixo de 20, 30 graus negativos e por causa disso os animais morriam de frio. Então a gente fazia tenda do próprio cabelo das cabras. O meu pai comprava a lã, a gente em casa lavava, arrumava, passava ela num pente pra poder abrir e depois levava para essa tenda onde meu pai fazia fio. Meu avó fazia o fio com dois funcionários e meu pai tecia as tendas, às vezes de encomenda. Chegava alguma pessoa que tem um curral no mato aonde dava 30, 40 graus negativos, e eles queriam guardar os animais deles para não morrerem de frio e para permitirem o cruzamento entre eles no período do inverno. E quando chegava o verão, praticamente todas as fêmeas já tinha ovelhinhas, tinha cabritinhos, entendeu. Então meu pai fazia aquele cabelo, enrolava a peça e entregava pra os que encomendaram, e eles vinham, traziam algum dinheiro com o qual nós sobrevivíamos.¹⁹¹

(Depoimento de Mounira Haddad Rahme)

¹⁹¹ Entrevista com a senhora Mounira Haddad Rahme, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 05 de março de 2007. A Senhora Mounira Haddad Rahme nasceu em Yabroud, Síria, em 13/10/1937, tendo hoje a idade de 70 anos. Filha de Abdalat Petros Haddad e Anna Andraus Haddad. Veio para o Brasil, especificamente para Juiz de Fora, em 1954, depois de ter se casado na Síria com Nadim Youssef Rahme, que tinha emigrado para o Brasil em 1947, retornando a Síria em 1953 a passeio. Seu marido tinha um irmão em Juiz de Fora e uma irmã em Piraju, por isso veio em 1947. Dona Mounira só tem uma irmã que também veio para o Brasil e se instalou em Rezende, estado do Rio de Janeiro. Mas esta só veio dez anos depois que Dona Mounira tinha emigrado. Os outros irmãos, 5 mulheres e um homem, continuaram na Síria. Quando chegou a Juiz de Fora, ajudou na loja da família, *Casa Chic*, que estava instalada à rua Marechal Deodoro, local onde até hoje se encontra em funcionamento. Dona Mounira e o senhor Nadim tiveram dois filhos: Samra Rahme e Munir Rahme. Dona Mounira já voltou muitas vezes a Síria.

O deslocamento dos imigrantes da terra de origem até as Américas era de navio. Os primeiros aportaram aqui depois de mais ou menos 30 dias de viagem no mar.¹⁹² Geralmente partia-se de Beirute com direção à Gênova, na Itália. Ao chegar a esta cidade, permanecia-se nela por alguns dias, dormindo em um hotel que a própria companhia fornecia, até que chegasse o outro navio que os levariam ao Brasil.

Ao aportarem no Brasil estes imigrantes se depararam com um novo mundo. Tiveram que aprender uma nova língua e compreender uma nova cultura, com pessoas diferentes das quais eles conviviam anteriormente. O relato do Senhor José Kassis, embora acontecido em 1953, nos indica uma situação engraçada (e que deve ter acontecido a uma grande maioria daqueles que desembarcaram no Brasil e em outros países) de um imigrante recém chegado a nova pátria. Segundo o senhor José Kassis:

Eu vim de navio. Eu quando cheguei, desci lá do navio, estava carimbando o passaporte, aí eu olhei pela janela e vi um cara de chapéu, parecia meu irmão, porque eu conhecia só o retrato dele. Aí desci. Quando eu desci cumprimentei ele e ele falou: eu não sou seu irmão não [risos]. Eu dormi em Santos. Tudo que eu queria era ficar longe do mar, tanto tempo dentro do navio! Aí de noite meu irmão, [riso] meu irmão me levou pra praia. Aí eu falei: eu não quero ficar vendo praia não. Nessa noite aconteceu uma coisa muito interessante! Fomos jantar em um restaurante eu e ele, a hora que eu cheguei pra comer falei: tudo, menos macarrão [riso], porque o navio era italiano, toda hora macarrão [riso]. Pedi um prato, é... spaghetti. Eu não sabia que spaghetti era macarrão [risos], veio uma travessa de macarrão, uma travessa deste tamanho¹⁹³. [risos] Eu fiz voltar. Aí trouxeram batata frita com filé.¹⁹⁴

(Depoimento de José Miguel Kassis)

A Senhora Mounira Haddad Rahme também nos deixou um relato interessante sobre sua instalação em Juiz de Fora. No início de sua instalação nesta cidade, aconteceram situações engraçadas, que demonstram as dificuldades iniciais da adaptação, principalmente no que se refere ao aprendizado da língua, essencial para estabelecer o processo de comunicação com os locais. Segundo Dona Mounira:

¹⁹² Entrevista com a senhora Maria Hallack, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 17 de janeiro de 2007.

¹⁹³ Indica com os gestos o tamanho da travessa de macarrão.

¹⁹⁴ Entrevista com o senhor José Miguel Kassis, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 16 de janeiro de 2007. O Senhor José Miguel Kassis, teve seu nome traduzido para facilitar a compreensão da população local. Seu nome em árabe é Youssef Mikhaf Kassis. Ele nasceu em Yabroud, na Síria, em 15/08/1930, e hoje está com 77 anos. Filho de Miguel Kassis e Jamile Dahbar, veio para o Brasil em 1953, chamado por seu irmão que já estava estabelecido em São Paulo. Foi para Juiz de Fora em 1957, para visitar uma sobrinha e decidiu ficar na cidade. Trabalhou como mascate, teve fábrica de meias, de blusas e de calcinhas. Casou-se em novembro de 1959, com a senhora Rachel Kassis, de ascendência síria, nascida em Chácara em 13/08/1934, hoje com a idade de 73 anos. Deste matrimônio, nasceram três filhos: Eduardo, Paulo e Maria Teresa (já falecida). Já voltaram seis vezes à Síria.

No dia seguinte eu desci pra trabalhar aqui na loja, na “Casa Chic”. Não falava nada em português, até que aconteceu uma vez um fato. Eu sempre andava com a minha cunhada, a mãe da Leila e a mulher do Wady, aí me perguntavam se a moça conversava e eu não entendia uma palavra, ficava só escutando e não falava nada. Aí virou uma pra outra e falou: Coitadinha, tão bonita e surda e muda. [risos] Aí a minha cunhada falou na hora: Nem surda e nem muda, ela não fala porque ela não entende nada.¹⁹⁵

(Depoimento de Mounira Haddad Rahme)

Para deixar sua terra natal, enfrentar 30 dias no mar e rumar para o desconhecido, há de ter coragem e motivos. Pudemos, através das entrevistas, levantar cinco pontos que influenciaram na emigração. O primeiro deles está intrinsecamente ligado à questão dos problemas sociais, como as poucas oportunidades de trabalhos, os conflitos constantes, a não existência de terras para todos, os estudos caros, dentre outros. Seguido a este temos as guerras, que fizeram com que muitos fugissem por medo de serem mortos, de serem chamados ao exército (como era o caso do exército turco-otomano, que mal esperava os rapazes crescerem e os colocavam na linha de combate e acabavam sendo os primeiros a morrer)¹⁹⁶, e mesmo devido à fome surgida com o fim da Primeira Guerra Mundial. O depoimento do Senhor Luiz Abrahão Sefair, nos indica esta situação. Segundo o senhor Luiz, seus pais:

Vieram por conta da guerra, a guerra provocou miséria e fome, não é. E então, foi a época onde o número de imigrantes aumentou, no mundo todo, mas aqui no Brasil principalmente. E a mamãe veio com todos os irmãos dela, mas o meu pai foi o único da família dele que veio. Ele veio no casco de um navio, quando ele era rapazinho, 16 anos, então ele veio clandestinamente e lamentavelmente nunca pôde voltar não.¹⁹⁷

(Depoimento de Luiz Abrahão Sefair)

Em terceiro lugar, estão as perseguições políticas implementadas pelo poder executivo sírio ou libanês contra aqueles que fizessem oposição à sua forma de governo. Havia também, e esse é um caso específico das mulheres, a vinda ocasionada por casamentos. Muitos imigrantes que vieram para Juiz de Fora, depois de algum tempo tendo acumulado pecúlio, voltaram à terra natal para visitar os parentes, mas também para casar. Contraíam

¹⁹⁵ Entrevista com a senhora Mounira Haddad Rahme, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 05 de março de 2007.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Entrevista com o senhor Luiz Abrahão Sefair, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 05 de março de 2007. O senhor Luiz Abrahão Sefair, é de ascendência libanesa, nascido em Juiz de Fora em 10/07/1940, hoje com 67 anos. Filho de Abraão Nessar Sefair e Brígida Estefan Sefair. Seu pai e sua mãe vieram para o Brasil mais ou menos em 1920, ainda solteiros, e só aqui se conheceram. Emigraram devido aos problemas econômicos trazidos pela Primeira Guerra Mundial, como a miséria e a fome. O Senhor Luiz casou-se com 16 anos, em 22/11/1992, com Rosângela Rodrigues Sefair, que não era de ascendência libanesa. Desta união nasceram dois filhos: Luiz Filipe Rodrigues Sefair, atualmente com treze anos e Laura Rodrigues Sefair, com quinze anos.

matrimônio, e quando retornavam, suas esposas os acompanhavam deixando seus familiares para trás. Algumas delas foram as únicas da família que vieram morar no Brasil, ficando os pais e irmãos na mesma cidade de nascimento. Este foi o caso de Dona Maria Hallack:

A família do meu marido foi para a Síria para passear, para visitar a mãe, uma senhora idosa. Foi a família toda, e lá encontrei com esse senhor. [riso] Casei com ele e vim embora para o Brasil. Fiquei sete anos no Brasil, depois voltei para minha terra. Fiquei um ano e meio, passeei, aproveitei e tudo, voltei de novo. Fiquei aqui uns anos depois voltei de novo para lá. Vinha e voltava. Cinco, seis vezes. Da minha família não veio mais ninguém para o Brasil. Até hoje não tem ninguém da minha família aqui, só eu.¹⁹⁸

(Depoimento de Maria Hallack)

Por fim, como mais um dos motivos que levaram estes povos a deixarem seu país de origem, encontramos o efeito corrente. Os irmãos, primos, pais, tios, que já estavam estabelecidos em Juiz de Fora, enviavam dinheiro para a vinda de outros parentes, e diante das notícias de enriquecimento possíveis nas Américas, não se pensava muito para aproveitar esta oferta. Esse efeito colaborou muito para engrossar o caldo imigratório.¹⁹⁹ O relato do senhor Georges Sabbagh nos ajuda a compreender melhor este processo. Ao falar de sua irmã que emigrou primeiro junto ao seu marido, ele destaca que ela “(...) *chamou o irmão mais velho que veio pra cá. O segundo irmão dela chamou o terceiro, o terceiro chamou o quarto, o quarto chamou o quinto, o quinto chamou o sexto, depois veio o sétimo.*”.²⁰⁰ Esse movimento foi realizado principalmente para unir famílias que estavam separadas pela distância marítima existente entre elas e para a ajuda no trabalho (na loja ou na mascateação) que em sua maioria era feito entre pessoas do mesmo sangue.

¹⁹⁸ Entrevista com a senhora Maria Hallack, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 17 de janeiro de 2007. A Senhora Maria Hallack, que nasceu na cidade de Yabroud, Síria, em 14/06/1916, hoje com 91 anos. Filha de Moysés Hallack e Lúcia Hallack. Deixou seu país de origem e seus cinco irmãos em 1931, com a idade de 15 anos, por ter se casado com um brasileiro descendente de sírios, o senhor Tufic João Hallack, que tinha viajado a Síria a passeio. O pai de Tufic era comerciante de tecidos e mascateou até abrir uma loja em Santos Dumont. O filho seguiu a carreira do pai e abriu um estabelecimento comercial em Juiz de Fora, chamado *Loja André*, que existe até hoje e que foi passado para o filho do casal, André, que estudou até o ginásio. Maria foi a única de sua família que veio para o Brasil. A princípio ficou sete anos sem retornar a Síria, já tendo ido a este país umas cinco ou seis vezes.

¹⁹⁹ Todos estes dados foram retirados da análise que fizemos dos 12 depoimentos que recolhemos.

²⁰⁰ Entrevista com o senhor Georges Sabbagh, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 12 de janeiro de 2007. O Senhor Georges nasceu em Deir El Kamar, no Líbano, em 03/03/1926, tendo hoje a idade de 81 anos. Filho de Nagib Sabbagh e Heneine Sabbagh. Veio para o Brasil em 1949, junto de sua mãe, porque toda a sua família já estava aqui no país. Veio direto para Juiz de Fora encontrar seus irmãos. No total eram sete irmãos e todos no Brasil. A família dedicou-se a atividades comerciais e montaram uma loja, a *Casa Linda*, onde vendia chapéus, sapatos, tecidos, cama, mesa, banho. Ela já existe há 51 anos, mas o senhor Georges desde 2005 não trabalha mais nela. Casou-se com a libanesa Dona Sônia Sabbagh em 1962. Tiveram quatro filhos: Eugénie, Valéria, Georges e Flávia. Ainda trabalham no comércio e tem uma loja de roupas de festa chamada Chaika.

Estes imigrantes que instalaram-se em território juizforano, nem sempre vinham diretamente para esta cidade. Os que vieram para Juiz de Fora diretamente, desembarcavam no porto do Rio de Janeiro, e os que dirigiam-se para São Paulo, chegavam à cidade portuária de Santos.²⁰¹ Mas era mais comum passarem primeiramente pelo estado do Rio de Janeiro (Resende, Cantagalo, Petrópolis), por São Paulo, Paraná, Minas Gerais (Ouro Preto, Raul Soares, Santos Dumont), dentre outros. Wilson de Lima Bastos em seu livro sobre os sírios em Juiz de Fora, destacou que dos seus 66 entrevistados, somente 31 vieram direto para esta cidade, enquanto 37 passaram por outras localidades antes de chegar a território juizforano.²⁰² Isto acontecia devido ao fato de estes estrangeiros encontrarem nestas regiões parentes que lhes ajudavam no começo de sua nova vida, até chegar o momento em que decidia-se partir para outras oportunidades e outras localidades e também por serem estas regiões lugares em crescimento onde teriam chance de ganhar dinheiro. Como exemplo disto temos o pai da Senhora Rachel Kassis. Segundo Dona Rachel, seu pai:

Morou no Paraná primeiro (onde tinha muita serraria), depois não sei como é que ele veio para esses lados, morou aqui em Chapéu D'Uvas. Aí casou aqui mesmo em Chapéu D'Uvas, ficou viúvo, tornou a casar. Aí morou aqui desses lados uns tempos, ele mudou muito! Até Três Ilhas ele morou. Morou Três Ilhas, Santos Dumont, São João Del Rey, Paula Lima, depois foi para Vassouras, no Estado do Rio. Morou em Vassouras. Aí em Vassouras ficou.²⁰³

(Depoimento de Rachel Kassis)

A escolha da cidade de Juiz de Fora por estes imigrantes, mostrou-se ser devido ao fato de ser esta um lugar de clima bom, bem localizada para o comércio e que oferecia bons trabalhos, no entanto muitas vezes era o acaso que decidia a instalação nesta.²⁰⁴ Como é o

²⁰¹ Dados retirados das entrevistas que realizamos com os descendentes dos primeiros imigrantes em Juiz de Fora.

²⁰² BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Op. cit. p. 25.

²⁰³ Entrevista com a senhora Rachel Kassis, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 16 de janeiro de 2007. A senhora Rachel Kassis, de ascendência síria, nasceu em Chácara em 13/08/1934, tendo hoje a idade de 73 anos. Filha de Abdo Ferreira (Ferreira é tradução de Haddad) e Afife Ferreira. Seu pai veio fugido das conseqüências da Primeira Guerra Mundial, e morou em vários lugares do Brasil. Primeiro instalou-se no Paraná, trabalhando em serrarias. Depois foi para Chapéu D'Uvas, Três Ilhas, Santos Dumont, São João Del Rey, Paula Lima, Chácara, até se instalar em Vassouras. Seu pai sempre trabalhou no comércio. Rachel teve onze irmãos. Casou-se com o senhor José Miguel Kassis, também de ascendência síria. Deste matrimônio, nasceram três filhos: Eduardo, Paulo e Maria Teresa (já falecida). Já voltaram seis vezes à Síria.

²⁰⁴ Geralmente esta escolha da localidade para se fixar estava ligada a algum produto que trazia o crescimento da economia desta região ou ao fato de ser uma cidade em expansão territorial, podendo eles serem nesta os primeiros comerciantes estabelecidos e monopolizar a área. Em São Paulo, o café atraiu estes sírios e libaneses, por possibilitar a presença de moeda circulante e de terem compradores para seus objetos. O mesmo aconteceu na Amazônia, com a borracha; no Piauí, com a maniçoba e a carnaúba; em Marabá, no Pará, com a cultura da borracha e da castanha; e na Bahia, com o cacau. O segundo fator de atração destes imigrantes pode ser encontrado em Goiás, por ser esta no período da chegada destes ao país, uma sociedade em vias de se urbanizar, com um bom momento para o desenvolvimento do comércio e com a abertura de

caso do senhor José Kassis, que nos relatou “(...) *Até para Juiz de Fora, eu não tinha a intenção. Eu vim visitar uma sobrinha minha e acabei gostando da cidade. (...)*”.²⁰⁵ Aqueles que vieram diretamente para Juiz de Fora, foi devido ao fato de já possuírem algum parente ou conhecido aqui que lhes indicaram o caminho.

Podemos apontar a parte baixa desta cidade como local de excelência da instalação destes imigrantes, seja para morar ou apenas para abrirem suas lojas.²⁰⁶ A rua Marechal Deodoro foi a mais freqüentada, não só pelos sírios e libaneses, mas também por outros estrangeiros, como os portugueses, italianos, judeus e espanhóis.²⁰⁷ As ruas Floriano Peixoto e Barbosa Lima e a Praça da Estação também foram escolhidas pelos sírios e libaneses e suas famílias. A historiografia local ainda destaca a presença deste grupo nas ruas Halfeld e XV de Novembro (atual Getúlio Vargas).²⁰⁸ Esta região foi escolhida estrategicamente por ser o centro nevrálgico do comércio da cidade e pela proximidade com a estação ferroviária, que lhes possibilitava vender aos passageiros que não podiam ir muito longe, porque geralmente o trem voltava dentro de duas horas para as regiões de onde vieram.²⁰⁹

O depoimento do senhor Wilson Coury Jabour nos permite observar como era o estilo das moradias na rua Marechal Deodoro, que tinham dois andares, no qual o térreo era reservado para o comércio.²¹⁰ Este relato também nos leva a perceber a convivência entre

novas cidades, a partir da construção de linhas de trem; e em Campo Grande, local que estava em desenvolvimento, além de haver em Corumbá um atraente comércio internacional às margens do Rio Paraguai. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Cultura e Imigração Sírios e libaneses: influência na Sociedade Brasileira**; LAMARÃO, Sérgio. **A dimensão nacional do processo migratório dos sírios e libaneses no Brasil**: os patrícios no nordeste; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **O mais importante era a raça**: sírios e libaneses na política em Campo Grande; NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás (1880-1970)**.

²⁰⁵ Entrevista com o senhor José Miguel Kassis, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 16 de janeiro de 2007.

²⁰⁶ Em São Paulo também houve uma região onde estes imigrantes mais se localizavam: a Rua 25 de Março, que tornou-se característica deste grupo. Os motivos de instalação nesta também foi parecido com o de Juiz de Fora: primeiro por causa da presença neste local de uma estação terminal de uma estrada de ferro, onde poderiam vender melhor seus produtos às pessoas que chegavam nos trens; e segundo devido a um processo marcante deste grupo (o que talvez possa ter acontecido com estrangeiros de outras nacionalidades) que foi o apoio aos recém-chegados e o efeito cadeia. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. Mas isto não foi um fenômeno apenas de São Paulo e Juiz de Fora, mas de todo país. Em Belo Horizonte, Minas Gerais, a rua escolhida foi a dos Caetés. Em Porto Alegre fixaram-se entre as ruas General Andrade Neves e Voluntários da Pátria. No Rio de Janeiro decidiram viver nas Ruas da Alfândega, Senhor dos Passos e Buenos Aires. Em Anápolis, Goiás, foi a vez da Rua Sete de Setembro. Em Campo Grande, assentaram-se à Rua 14 de Julho. Em Buenos Aires, na Argentina temos a Rua da Reconquista, conhecida como *”barrio de los turcos”*. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Cultura e Imigração Sírios e libaneses: influência na Sociedade Brasileira**; NUNES, Heliane Prudente. **A imigração árabe em Goiás (1880-1970)**; AKMIR, Abdelwahed. La inserción de los inmigrantes sírios e libaneses em Argentina (1880-1980): implicaciones sociales.

²⁰⁷ Entrevista com a senhora Marie Hallack, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 10 de janeiro de 2007.

²⁰⁸ ALMEIDA, Op. cit. p. 200.

²⁰⁹ Idem, p. 201.

²¹⁰ Em São Paulo este tipo de moradia era comum entre sírios e libaneses. Na rua 25 de Março, a habitação conjugava vida e trabalho. Geralmente era um sobrado de dois andares, no qual morava-se no segundo

diversas nacionalidades nesta rua, onde a atividade comercial predominava. Também é perceptível que o comércio era a profissão por excelência dos sírios e dos libaneses em Juiz de Fora. A mascateação foi a atividade mais exercida pelos integrantes deste grupo nesta cidade, assim como foi para o Brasil como um todo. Segundo Senhor Wilson seu pai estava construindo:

Um prédio na parte baixa na rua Marechal Deodoro, onde ele construiu a loja no térreo e no andar superior a casa de moradia, onde nós moramos durante muitos anos. Eu saí de lá para casar, em 1956. O papai ficou até a morte. (...) A minha infância foi muito boa, foi na parte baixa da rua Marechal Deodoro. (...) Era um grupo grande de pessoas da mesma faixa etária, é... muitos descendentes de italianos, muitos... muitos descendentes de libaneses, de sírios e até de portugueses. Porque já na década de 40, final de 40 e início de 50, começaram a vir os portugueses que arrumaram comércio lá embaixo na Marechal Deodoro, com bar e restaurante, e muitos deles se juntaram à nossa turma, e a gente naquele tempo já rapaz, a gente jogava bola junto, ia para os campos aí da várzea, jogar futebol, ia para os bailes junto, para o carnaval junto. Foi uma convivência muito boa. Até hoje a gente se encontra... São muito poucos, a maioria já morreu.²¹¹

(Depoimento de Wilson Coury Jabour)

O processo de adaptação à Juiz de Fora perpassa cinco âmbitos distintos: a gastronomia, a religião, os filhos, os casamentos e o trabalho. Segundo Boris Fausto: “(...) a comida étnica representou, sobretudo nos primeiros tempos da imigração, uma ponte para a terra de origem, à manutenção de um paladar, assim como uma afirmação da identidade”. (...) “Um dos significados importantes da comida étnica é o de ser a materialidade de um elo afetivo poderoso para as gerações de imigrantes.”.²¹²

Fausto aponta que a comida étnica seria uma forma de manutenção do paladar e de manter uma ligação com a terra natal. Analisando as entrevistas, percebemos que houve uma mescla da comida brasileira (principalmente arroz e feijão) com a árabe. No entanto prevaleceu a última em detrimento da primeira. Como destaca Emma Jabour:

pavimento e no térreo encontrava-se a loja. Em outros casos também a família residia nos fundos do estabelecimento comercial. In: SAFADY, Wadih. **Cenas e cenários dos caminhos de minha vida**. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1966. p. 132.

²¹¹ Entrevista com o senhor Wilson Coury Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 03 de outubro de 2006. O senhor Wilson Coury Jabour é descendente de libaneses. Seu pai, Felipe Coury Jabour, nasceu em Beit Edine, no Líbano, e veio para o Brasil em 1924. Chegando a Juiz de Fora, casou-se com uma filha de libaneses de nome Angelina Antônio Coury. Wilson nasceu nesta cidade, em 24/07/1931, tendo hoje 76 anos. Seu pai sempre dedicou-se a atividade comercial aqui no Brasil. Wilson estudou em vários colégios da cidade: Colégio Santos Anjos, Academia, Granbery, e por fim foi para a Faculdade de Ciências Econômicas, que não foi finalizada. Dedicou-se a carreira política, foi Vereador, Secretário da Fazenda, Diretor do Departamento de Fiscalização Tributária da Prefeitura, trabalhou no Departamento de Fiscalização da Secretaria de Atividades Urbanas, foi da Diretoria de Centros Regionais e três vezes Presidente da Câmara. Casou-se em 1956, com uma brasileira descendente de italianos de nome Maria Conceição. Tem cinco filhos e nenhum deles dedicou-se a carreira comercial. São eles: Angelina, Sandra, Wilson Jr, Ana e Alexandre.

²¹² FAUSTO, Op. cit. p. 56 e 58.

(...) era mais comida árabe que brasileira, no tempo da mamãe era. Assim o quibe era sagrado, uma vez no meio da semana e domingo. Todo domingo tinha quibe, era uma coisa muito engraçada. Não tinha domingo sem quibe. E o charutinho de folha de uva, de repolho, o homus... (...) Fazia lentilha à moda deles lá do Líbano mesmo, aquela lentilha com azeite. Mas um dia da semana era sagrado, tinha feijão preto, com um arrozinho com uma couve, e a gente acostumava não é. Tanto que eu quando eu me casei, era muito engraçado, a minha filha sempre fala isso com os meninos: vocês lembram gente, lá em casa como é que era? A mamãe só fazia feijão preto na segunda-feira, o resto da semana ela só fazia comida árabe. E eu também, eu não sabia quase fazer comida brasileira, eu via lá em casa, eu fazia folha de uva quando tinha, fazia charuto de repolho, abobrinha cheia, quibe, lentilha, o tabule e na segunda-feira eu fazia o feijão preto pra eles. Depois não, depois eu deixei, hoje durante a semana eu quase não faço mais, meu filho todo dia come feijão, todo dia.²¹³

(Depoimento de Emma Jabour)

O relato de Dona Emma nos mostra que a comida árabe era a preferida, mas o tempo trouxe a distância do processo imigratório e as lembranças foram sendo modificadas, e aos poucos a gastronomia brasileira foi abrindo mais espaço no que antes prevalecia o cardápio da terra de origem, e também foi fazendo com que os juizforanos gostassem dos pratos típicos deste grupo. Manter a comida tradicional era uma forma de conservar sua identidade frente a um local com tradições díspares das suas. O depoimento do Senhor Luiz Abrahão Sefair também nos mostra essa presença da comida árabe, mas em conjunto com os pratos brasileiros, já que estavam em um país diferente e com pessoas que não eram originárias de sua terra de origem. Segundo o senhor Luiz, sua mãe fazia:

A salada tradicional, o tabule, mamãe fazia muita berinjela recheada, abóbora recheada, chuchu recheado, charutinho de repolho, charutinho de folha de uva, fazia quibe assado de bandeja não é, e o quibe frito, buchada (que é um arroz com grão de bico, dentro de uma trouxinha de bucho, ela costurava e era uma delícia!). Ela fazia quibe de abóbora, fazia pastel de verdura com acelga, que era também um sucesso danado... Isso aí ela inseria no cardápio do dia, um prato era hoje, variava. Sempre tinha o feijão, o arroz, a couve, a farofa, essas coisas não é, franguinho. Porque é complicado você fazer a comida típica do país de origem quando os outros não são originários de lá não é? E de repente tem uma visita e às

²¹³ Entrevista com a senhora Emma Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 22 de janeiro de 2007. A Senhora Emma Jabour, é descendente de libaneses. Nasceu em Juiz de Fora em 26/05/1933, e hoje está com 74 anos. Filha de Felipe Coury Jabour e de Angelina Antônio Coury. Da sua família, foi seu pai que veio para o Brasil em 1924. Emma Começou a estudar no Instituto Santos Anjos. Era um colégio particular onde ela fez os cinco anos do primário. No colégio Stella Matutina Emma fez o Ginásio e o curso Normal. Não exerceu a profissão porque sua mãe faleceu muito nova, e coube a dona Emma cuidar da casa e dos irmãos. Casou-se em 1956, com 23 anos. Seu marido, Jamyr, era descendente de libaneses, nascido em Juiz de Fora. Jamyr era representante comercial. O casal teve cinco filhos: Soraya Maria, Jamyr Filho, Fernando Tadeu, Marcus Vinícius e Carlos Henrique.

vezes a visita não conhece a comida árabe, então... mas sempre tinha, nunca faltava um quibezinho, o charutinho de repolho.²¹⁴

(Depoimento de Luiz Abrahão Sefair)

A comida feita no lar era uma forma de mostrar a adaptação ao meio. No entanto não era a única a nos indicar como foi essa inserção na nova cidade escolhida para viver. A religião, embora não tratada de forma específica neste trabalho, foi também uma forma de manter a união entre estes imigrantes, trazendo consigo, da mesma maneira, um contato mais próximo com a população juizforana em algumas situações. Por exemplo: muitos libaneses e seus descendentes, em sua maioria católica maronita²¹⁵, freqüentavam, juntamente com a população local, as missas da Igreja São Sebastião. Por sua vez, os católicos melquitas²¹⁶, em sua maioria de ascendência síria, conseguiram, após a doação de um terreno pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, construir um templo próprio, inaugurado em 1965: a Igreja Melquita Católica São Jorge. Embora fora do recorte cronológico da pesquisa, pode-se afirmar que apesar da estreita vinculação com os imigrantes de origem síria, a Igreja Melquita também foi freqüentada, e ainda é, por libaneses e seus descendentes, bem como pela população juizforana em geral.²¹⁷

Os filhos, o trabalho e os casamentos também nos indicam sobre a adaptação destes imigrantes em Juiz de Fora. Os filhos dos sírios e dos libaneses trouxeram uma nova preocupação para os pais. Onde deviam estudar? O que deviam fazer? E o trabalho, era uma forma de conhecimento do outro? Os casamentos se encaixam nesta situação de trocas culturais? Como? Para melhor compreender este processo de instalação e adaptação dos sírios e libaneses em Juiz de Fora, nos centraremos nos próximos capítulos nos três aspectos acima destacados: na escola, nos casamentos e no trabalho.

²¹⁴ Entrevista com o senhor Luiz Abrahão Sefair, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 05 de março de 2007.

²¹⁵ Os maronitas são “uma comunidade de cristãos que se viu engolfada pela invasão muçulmana. Por questões de segurança resolveram se abrigar num vale nas longínquas montanhas do Líbano. E lá continuaram católicos, seguindo seus ritos, mas ficaram isolados uns bons 400 anos... Seus ritos imperceptivelmente foram mudando, ficando defasados em relação ao resto da Igreja”. No século XIII, os cruzados chegaram a região e levaram o patriarca maronita ao Vaticano onde estes foram recolocados no seio da Igreja Cristã. Seu rito é realizado em aramaico. In: AVELINO, Paulo. **O cristianismo e seus ritos**. Disponível em: www.eduquenet.net. Capturado em: 02 de agosto de 2005.

²¹⁶ Os Melquitas são cristãos sírios “... *unidos a Roma, desde o Conc. de Florença de 1439, mais tarde (1833) reorganizados pelo patriarca Maximos III, nomeado pelo Papa. Têm uma liturgia semelhante à bizantina, mas em língua árabe*”. In: ENCICLOPÉDIA POPULAR CATÓLICA. **Melquitas**. Disponível em: www.ecclesia.pt/catolicopedia/. Capturado em: 02 de agosto de 2005.

²¹⁷ DIÁRIO MERCANTIL, **A Igreja em Marcha**. Paróquia Melquita Católica de São Jorge. Juiz de Fora, 23 de abril de 1966, nº 15.889, ano LV, p. 02.

CAPÍTULO 02 – VIVENDO E CONVIVENDO

Quando eu era criança meu pai não falava em árabe, mas a gente ouvia. Na época os libaneses se reuniam muito na casa, cada dia na casa de um libanês, principalmente lá em casa havia muitos encontros, e eles falavam em árabe, jogavam baralho, jogavam gamom, aquele jogo. (...) Então, depois, a medida que eu fui crescendo, que eu fui para o primário, fui para o ginásio, aí o papai já falava bastante em árabe com a gente, e eu aprendi bastante coisa, mas eu ficava com vergonha de falar. Às vezes eu falava, assim longe dele, respondia, mas entender, entendia quase tudo.

(Depoimento de Wilson Coury Jabour)

Numa perspectiva generalizada, percebemos que havia entre os sírios e libaneses a tentativa de manter as tradições e os hábitos culturais a partir da manutenção da língua de origem, da escolha da escola para os filhos, dos casamentos e da religião. Como podemos perceber através do depoimento que escolhemos para abrir esse capítulo, a língua é um poderoso veículo de comunicação, mas também um obstáculo aos contatos pessoais. Ela é uma forma consciente ou inconsciente de resistência à integração. “*Os imigrantes árabes e seus descendentes serviram-se da música e do conto para a manutenção da identidade e a preservação da língua*”.²¹⁸ E essa proteção do idioma natal passou por dois âmbitos distintos: o lar e a escola. Os primeiros professores que as crianças sírias e libanesas tiveram, foram seus próprios pais, pois era no ambiente familiar que estas começavam aprender a falar o árabe desde a mais tenra idade. As aulas particulares, com o tempo, tornaram-se uma forma

²¹⁸ FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. p. 14-61. In: NOVAIS, Fernando (coord.) & SCHWARCZ, Lilia Moritz, (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04, p. 52 e 54.

de educá-las.²¹⁹ Ainda no século XIX começou-se a implantar escolas sírias e libanesas, porém a duração destas foi pequena, devido a falta de recursos e de interesse dos que só vinham para ganhar dinheiro nas Américas.²²⁰ Os pais geralmente procuravam estes estabelecimentos sírios e libaneses para matricular seus filhos, porém com seu rápido fim, foram transformados em ginásios e colégios que adotavam programas oficiais, onde sem escolha, os responsáveis matriculavam seus descendentes.²²¹

As alianças familiares demarcam um outro ponto de tentativa de manutenção da cultura, sendo de preferência estabelecidas dentro do próprio meio. Os casamentos eram em sua maioria endógenos (principalmente na primeira geração dos que chegaram ao Brasil), a fim de que assim se mantivessem os hábitos. Eram os pais que decidiam com quem seus filhos contrairiam matrimônio, geralmente mandando buscar esposas ou maridos na terra de origem²²² (pois até a Primeira Guerra Mundial o número de mulheres sírios e libaneses no Brasil era pequeno, já que vinham mais homens, e só passou a emigrar famílias inteiras com o fim do conflito).²²³ Acreditava-se que casando entre pessoas da mesma cultura, a convivência iria ser mais fácil, diminuir-se-ia a sensação de desenraizamento, e manter-se-ia os costumes sírios e libaneses. Entre as famílias ricas a endogamia foi ainda mais intensa, pois além da preocupação com a preservação das tradições, visava-se a manutenção do patrimônio. Mas houve aqueles que casaram fora da colônia, fato mais comum a partir da segunda geração,²²⁴ que foi facilitado pelo contato que os filhos destes imigrantes mantinham com pessoas de outras nacionalidades na escola de ensino regular, na vida comum, nas fábricas e no trabalho.²²⁵

O presente capítulo discutirá o período inicial da presença árabe na cidade de Juiz de Fora a partir destes dois pontos acima destacados: a inserção dos imigrantes e seus descendentes no cotidiano escolar e as estratégias de formação de famílias, a partir da análise das práticas de casamento. Ao definir esses dois eixos de análise para uma melhor compreensão da inserção destes em Juiz de Fora na virada do século XIX para o século XX,

²¹⁹ SAFADY, Wadih. **Cenas e cenários dos caminhos de minha vida:** depoimentos e contribuição para a história da imigração dos povos árabes para o Brasil. São Paulo: s/e, 1966. p. 202.

²²⁰ SAFADY, Jorge S. **A imigração árabe no Brasil (1880-1971).** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972. São Paulo: USP, 1972. p. 330.

²²¹ SAFADY, Wadih. Loc. Cit.

²²² OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo:** História Oral de vida familiar. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. vol. 01e 02. p. 384-386.

²²³ SAFADY, Wadih, Loc. Cit.

²²⁴ OSMAN, Op. Cit. p. 386-389.

²²⁵ SAFADY, Wadih. Op. Cit. p. 222.

algumas questões nos inquietam. Seus filhos estudaram em escolas com crianças e jovens da localidade? A partir de quando isto tornou-se mais freqüente? Os casamentos eram apenas endógenos ou casava-se também com pessoas de outras ascendências?

Ao tentar buscar respostas para todos estes questionamentos, estaremos traçando como foi o processo de instalação destes imigrantes na cidade e a relação estabelecida com os locais. Através desta análise buscamos perceber o grau de adaptação destes e de seus descendentes ao novo ambiente, observando se estes se adequaram totalmente a esta nova sociedade, perdendo sua cultura original, seus valores e tradições – o que seria uma situação de assimilação – ou se apenas se adaptaram ao meio, mesclando traços de duas culturas, a brasileira e a árabe – no caso, um processo de aculturação.²²⁶

Sabemos, entretanto, que este contato não foi de mão única, e que a população local também se relacionou e em algum grau foi influenciada pela cultura imigrante. Também estamos cientes que o estabelecimento desta relação não ocorreu de forma pacífica (porque toda mudança implica em conflito) e que não foi vivenciado da mesma maneira por todos os sírios e libaneses, tendo alguns destes se aproximado mais e outros menos da sociedade juizforana.²²⁷

2.1 O Mundo da Escola: da saída de casa ao contato com os estudantes locais

A instrução é um dom precioso que Deus concedeu à humanidade para libertá-la (sic) das trevas do obscurantismo e da ignorância (...). É realmente muito triste ser-se ignorante. Não se possuir a melhor preciosidade que podemos almejar na vida, ignorar seos (sic) meios mais próximos de se conquistar a felicidade terrena que, o mais das vezes, consiste na inteligência e no saber aliados ao estudo e à perseverança (...).²²⁸

Em 1907 encontramos nos jornais de Juiz de Fora a defesa da importância da educação como meio para se conquistar a felicidade terrena. Mas quais seriam os ideais desta instrução? Por que ela seria assim tão importante? A partir de quando o educar o povo tornou-se algo desejável?

²²⁶ Estamos trabalhando com o conceito de aculturação e assimilação definidos por Jeffrey Lesser. LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

²²⁷ BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. p.54.

²²⁸ PAIVA, Júlio de. Instrução. In: **O PHAROL**, 20/03/1907, página 01, coluna 05.

Maraliz de Castro Vieira Christo chama nossa atenção para estes fatos. A educação foi também parte do projeto modernizador que a elite estava desenhando para esta localidade, pois a partir do momento em que o desenvolvimento da cidade tornou-se algo real, precisou-se formar os novos dirigentes das fábricas, como também houve a necessidade de reeducar o povo para uma forma de trabalho diferente, introjetando neste, os valores e as normas da sociedade capitalista.²²⁹ “A luz elétrica, os apitos das fábricas, os tijolos vermelhos... trazem embutidos um determinado modelo de sociedade: a sociedade americana, a sociedade inglesa, a sociedade capitalista. (...) É importante educar o trabalhador, é importante educar a cidade toda, mostrando as comodidades da civilização”.²³⁰

Segundo ainda Maraliz Christo, os imigrantes europeus já prontos, ou seja, adaptados a forma de trabalho capitalista, poderiam ser uma saída. Entretanto, muitos destes quando emigravam não pretendiam submeter-se a um patrão, preferiam trabalhar de forma autônoma. Isto também não era o que desejavam os grandes empreendedores da cidade no período, pois precisava-se de pessoas aptas ao trabalho nas fábricas. Dessa forma a escola deveria entrar em vigor a fim de que se educasse a população para as novas normas capitalistas, inculcando na mente das crianças e até mesmo dos jovens adultos como seriam as relações sociais e econômicas daquele momento para frente.²³¹ Resta-nos questionar se os imigrantes sírios e libaneses faziam parte do corpo discente destas. Se averiguarmos que sim, em quais escolas os filhos dos sírios e libaneses foram matriculados?

Juiz de Fora dispôs de vários estabelecimentos de ensino. Albino Esteves em seu *Álbum do Município de Juiz de Fora*, fez um levantamento das escolas da cidade, o que nos leva a perceber a real dimensão do número de instituições educacionais presentes nesta. Partindo da indicação de colégio mais antigo citado por este, em 1890, e considerando que o álbum foi feito em 1915, calculamos que em 25 anos de história foram citadas 31 escolas. O jornal *O Pharol* e os *Almanaques* da cidade nos trazem os nomes de mais nove estabelecimentos de ensino.²³²

A maioria dos colégios encontrados tinham o objetivo de atender a demanda de alunos do sexo masculino e feminino, caracterizando-se como mistos, perfazendo um total de dez estabelecimentos desta categoria, como é o caso do Colégio São José. Tendo sido fundado em janeiro de 1904 pelo Dr. José Eloy de Araújo, oferecia três cursos: o primário, o

²²⁹ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. “**Europa dos pobres**”: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994. p. 01.

²³⁰ Idem, p. 79.

²³¹ Idem, p. 104,105,106.

²³² ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915. p. 258-271.

preparatório e o de comércio (este último podendo ser freqüentado somente por rapazes). Localizava-se à Rua Santo Antônio e deixava claro que em seu recinto não havia castigos físicos.²³³ Dentro destes dez, há aqueles que se apresentam enquanto mistos para externatos e aceitam como internos somente meninos ou meninas, como é o caso do Ginásio de Minas, do Colégio *Granbery*, da Escola Normal Santa Cruz, dentre outros. Em segundo lugar encontram-se nove escolas que dedicam-se a educação feminina. São elas: Colégio Schmidt, Colégio Braga, Colégio Alvarenga, Colégio Irmãs de Sião, Colégio Nossa Senhora do Carmo, Colégio Hungria²³⁴ Colégio Sant'Anna,²³⁵ Colégio N. S. da Piedade e Colégio Stella Matutina. Por fim, temos os grupos escolares, Delfim Moreira, José Rangel, São Matheus e Antônio Carlos, que juntos formam um total de quatro estabelecimentos deste tipo na cidade, com o objetivo de atender a população em geral.²³⁶

Partindo do levantamento realizado, nos ateremos mais profundamente em três estabelecimentos de ensino: a *Academia de Comércio*, o *Colégio Americano Granbery* e o *Grupo Escolar Delfim Moreira*. Escolhemos os dois primeiros por estarem estabelecidos na cidade por muito tempo, por oferecerem ensino comercial, por serem de teor religioso diverso (um metodista e outro católico) e por guardarem seus livros de matrícula e nos permitirem o acesso a estes. O terceiro foi selecionado por ser o mais antigo estabelecimento público, servindo de base de comparação com os dois anteriores, que eram particulares. Temos por objetivo perceber nestes a presença de origem síria ou libanesa, a fim de traçar quais famílias matriculavam seus filhos nestes colégios, a partir de quando isto se tornou mais freqüente, quais cursos eram mais procurados, onde moravam, dentre vários outros aspectos. Para tanto não poderemos deixar de realizar antes um histórico da instalação destas escolas na cidade, procurando mostrar que tipo de ensino propunham à população local e aos alunos vindos de outros lugares do país.

²³³ O PHAROL, Collegio São José. 27/12/1903, p. 01, coluna 02.

²³⁴ Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. **Almanach de Juiz De Fora**. Juiz de Fora, 1891, 1892, 1897, 1898, 1899, 1908, 1914, 1916, 1917 e 1922.

²³⁵ O PHAROL, Colégio Sant'Anna. 31/12/1903, p. 03, anúncio.

²³⁶ Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. **Almanach de Juiz De Fora**. Juiz de Fora, 1922, p. 144.

2.1.1 Colégio Americano Granbery

“Este estabelecimento de educação e de ensino universitário tem por fim fornecer à mocidade os melhores meios para o desenvolvimento das suas faculdades físicas, intelectuais e moraes, debaixo de influencias christãs.”²³⁷ Estas são as palavras presentes no estatuto do *Colégio Granbery* de 1921. Sua fundação data do ano de 1890, realizada pelo Comitê de Educação da Igreja Metodista Episcopal do Sul, a fim de servir de instrumento de evangelização no Brasil. Porém, esta pretensão não carregava em seu bojo a obrigatoriedade de que todos os seus alunos seguissem esta religião, entretanto, havia o desejo de que “(...) todos conheçam o evangelho e sigam a Christo verdadeiramente”²³⁸ Os metodistas acreditavam ser uma educação moral de qualidade aquela baseada nos princípios advindos da Bíblia.

A vinda destes religiosos para o Brasil e sua receptividade estava ligada à visão de mundo trazida por estes de uma sociedade norte-americana, capitalista e com um modelo liberal-democrático, o que definiu a forma de educar em seu estabelecimento, mostrando-se preocupados em conceder um ensino prático e eficiente, que seria destinado às classes médias urbanas ascendentes, que atuavam no comércio, na indústria e na profissão liberal.²³⁹ Com essas características aproximou-se muito do interesse das camadas mais progressistas de Juiz de Fora.²⁴⁰ Tinham por objetivo possuir um colégio de qualidade excelente a fim de que assim fosse visto pelas classes mais importantes da região juizforana. Não era uma escola para atender a massa, mas sim para preparar líderes que atuassem na sociedade.²⁴¹ Foi o primeiro estabelecimento educacional que instalou cursos superiores na região.²⁴²

Levando em consideração as características deste estabelecimento de ensino, nos questionamos: E os alunos sírios ou libaneses? Frequentavam este colégio? Era um número significativo? Que cursos faziam? Eram mais meninos que meninas? A partir da análise dos Livros de Matrícula desta instituição será possível esclarecer todas essas questões.

Os livros de registros de matrículas do Colégio *Granbery* se mostram ricos em informações sobre os alunos que por lá passaram. Eles fornecem nome completo do estudante,

²³⁷ Arquivo Histórico e Museu Granbery. ESTATUTOS E PROGRAMAS DO GRANBERY. **Porque existe o Granbery**. Juiz de Fora: Cia Dias Cardoso, 1921, p. 19.

²³⁸ Arquivo Histórico e Museu Granbery. ESTATUTOS E PROGRAMAS DO GRANBERY. **Porque existe o Granbery**. Loc. Cit.

²³⁹ CHRISTO, Op. Cit. p. 59-60.

²⁴⁰ Idem. p. 57.

²⁴¹ Idem. p. 64.

²⁴² Idem. p. 57.

filiação, naturalidade, data de nascimento, endereço, curso e data de entrada na instituição. A partir da coleta e análise desta fonte podemos saber o percentual de alunos de origem síria ou libanesa matriculados no instituto e fazer comparações com outros documentos, já que temos até mesmo o nome dos pais ou responsáveis. Para estabelecer nossa análise, partimos dos lugares de nascimentos destes alunos, depois buscamos seus nomes e os sobrenomes dos seus pais, sendo possível separar quem era árabe dos que não tinham a ascendência. Para tanto selecionamos somente aqueles que eram de Juiz de Fora – chegando a estes nomes a partir dos endereços – já que estudavam nesta instituição jovens e crianças de toda Minas Gerais (Palmyra, atual Santos Dumont; Bicas; Mathias Barbosa; Passa Quatro, Manhuaçu, Cristina, Caratinga, Visconde do Rio Branco, Carangola, Belo Horizonte) e até mesmo de outros estados (São Paulo; Rio de Janeiro, dentre outros).

Entre os sobrenomes mais encontrados estão empatados três: Assad, Couri e Mansur, contendo cada um frequência de quatro pessoas. O segundo que mais apareceu, com três recorrências, foi o Ahouagi. Depois temos o Haddad, Miana, Saleh, Salim e Simão, com duas presenças cada. E por fim, somente com uma recorrência, encontramos Bichara, Jorge, Pedro e Sabe Musse.

TABELA 4 – Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940

SOBRENOMES	FREQUÊNCIA
ASSAD	04
COURI	04
MANSUR	04
AHOUAGI	03
HADDAD	02
MIANA	02
SALEH	02
SALIM	02
SIMÃO	02
BICHARA	01
JORGE	01
PEDRO	01
SABE MUSSE	01
TOTAL	29

Fonte: Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrículas. 1890-1940.

De 1890 a 1940 temos um total de 29 alunos sírios ou libaneses ou de ascendência síria ou libanesa (com um número de 67 matrículas) que residiam na cidade, e que estavam

inscritos no Colégio. A tabela abaixo nos mostra quantos estudantes dessa ascendência freqüentaram anualmente o estabelecimento.

TABELA 5 – Total de alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940

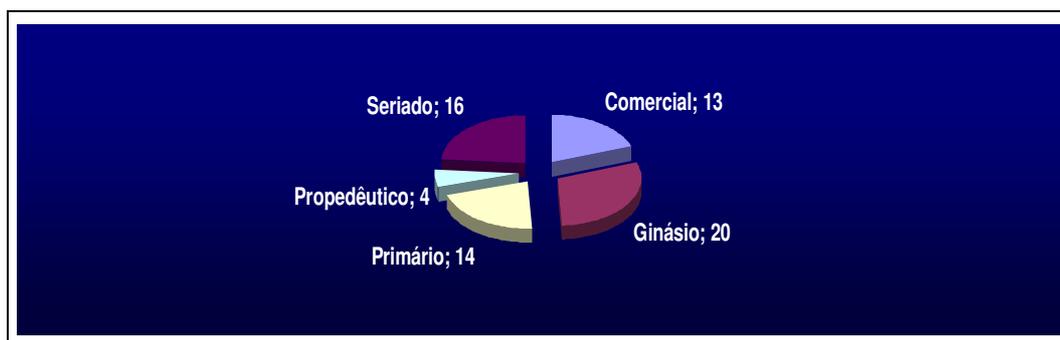
ANO	NÚMERO DE ALUNOS	ANO	NÚMERO DE ALUNOS
1890	00	1916	01
1891	00	1917	00
1892	00	1918	00
1893	00	1919	00
1894	00	1920	03
1895	00	1921	03
1896	00	1922	02
1897	00	1923	02
1898	00	1924	02
1899	01	1925	01
1900	00	1926	01
1901	00	1927	03
1902	00	1928	04
1903	00	1929	03
1904	00	1930	04
1905	00	1931	02
1906	00	1932	05
1907	00	1933	06
1908	00	1934	03
1909	00	1935	04
1910	00	1936	04
1911	00	1937	06
1912	00	1938	06
1913	00	1939	00
1914	00	1940	00
1915	01	TOTAL	67

Fonte: Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrículas. 1890-1940.

Não há uma constante de crescimento do número de alunos sírios, libaneses ou descendentes. Os anos em que mais estes se matricularam foram os de 1933, 1937 e 1938, com um total de seis alunos cada. Ademais somente a partir de 1915 que o fluxo tornou-se mais constante, já que antes deste ano observamos apenas um aluno em 1899. Um dos fatores que deve ter chamado a atenção dos pais destes estudantes para o Colégio *Granbery* foi o tipo de ensino oferecido, que visava ser prático e eficiente, ou seja, era um treinamento para a vida exterior a este, muito mais do que um mero diploma na mão. Um atrativo para os pais sírios e

libaneses da cidade era a dedicação deste estabelecimento ao estudo do comércio (ao qual os integrantes deste grupo e geralmente um de seus filhos dedicavam-se enquanto meio de trabalho) e das profissões liberais (que seriam cursadas pelos outros filhos que não tinham que se responsabilizar pela loja da família). Isto se torna perceptível quando nos atemos ao tipo de cursos feitos pelos filhos dos sírios ou libaneses da cidade.

GRÁFICO 4 - Cursos freqüentados por alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890 a 1940



Fonte: Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

De acordo com o gráfico acima, a modalidade mais procurada foi o ensino ginásial, que totalizou um número de 20 alunos matriculados durante estes 50 anos pesquisados - 29,85% do total destes no colégio. Esse resultado pode ser explicado pelo fato de ter neste nível de ensino um programa curricular mais generalista, o que permitia aos concluintes prosseguirem seus estudos e cursarem uma faculdade. O ensino ginásial foi seguido pelos cursos seriado (16), primário (14) e comercial (13), cuja diferença entre eles foi pequena. Esta análise nos mostra que os pais dos alunos deste colégio estavam interessados na formação dos filhos em geral, por ter sido o ginásial o mais escolhido. Entretanto o curso comercial, o segundo com menos alunos (já que o propedêutico teve apenas quatro), está muito próximo dos outros dois (seriado e primário). Talvez o número menor de alunos nesta modalidade de ensino, seja explicado pelo fato de os jovens deste grupo étnico estudarem comércio em um outro lugar, ou é provável que estes dados indiquem que (como destaca a historiografia sobre o assunto) somente alguns filhos cuidavam da loja do pai enquanto os outros estudavam e se dedicavam a outras profissões, principalmente a partir da segunda geração aqui estabelecida,

quando os responsáveis passam a investir mais na educação dos filhos nas chamadas profissões liberais.²⁴³

Os cursos propedêutico, com quatro matrículas, e o seriado, com dezesseis, ainda não foram devidamente explicados. O primeiro, era uma espécie de preparação para o científico, para a escola de comércio, e era realizado um ano antes de cursar tal escola. Então o propedêutico era uma maneira de fazer os estudantes se lembrarem de seus conhecimentos e de poderem ser aceitos neste programa. O segundo era uma forma de ginásio com seriação, para pessoas que estavam fora do ensino regular.²⁴⁴ Dessa forma, percebe-se que alguns alunos sírios e libaneses entravam no colégio fora de faixa, ou seja, mais velhos, já que este curso esteve entre o segundo com mais matrículas, com um total de 23,88%.

Os alunos de origem síria ou libanesa deste estabelecimento eram em maior número de meninos do que meninas. Os primeiros contabilizavam um total de vinte e seis, com apenas três do sexo oposto, considerando-se os anos de 1890 a 1940. Assim também ocorria no mundo árabe, no qual as mulheres só passaram a estudar a partir das décadas de 40 e 50 do século XX. Nestes anos, com a chegada ao poder de uma elite nacional houve a disseminação da educação, que foi acelerada com as independências dos países deste complexo arábico. Percebeu-se que a proporção de mulheres iletradas era muito maior do que o de homens, e começou-se um processo de educação popular.²⁴⁵ Já no fim da década de 60 e início dos anos 70 do século passado, grande parte das meninas freqüentavam o colégio, alargando-se a gama de trabalhos oferecidos ao sexo feminino. Entretanto, mesmo com estas mudanças, elas estavam em desvantagens com relação às oportunidades lançadas aos homens pelo mercado de trabalho.²⁴⁶

A naturalidade destes estudantes de origem síria ou libanesa que freqüentavam o colégio *Granbery* eram várias. Infelizmente, o livro de matrículas nos dá apenas uma indicação genérica. A maioria dos registros, isto é 68,96%, consta como local da naturalidade o estado de Minas Gerais. Em seguida, encontramos três ocorrências para a cidade de Juiz de Fora; duas para o Rio de Janeiro; duas para a Síria e uma para São Paulo. O único aluno que

²⁴³ Historiografia que defende esta questão. TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo e De mascates a doutores: Sírios e libaneses em São Paulo.** OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes.** ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora.** BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora.** OSMAN, Samira A. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: história oral de vida familiar (dissertação).**

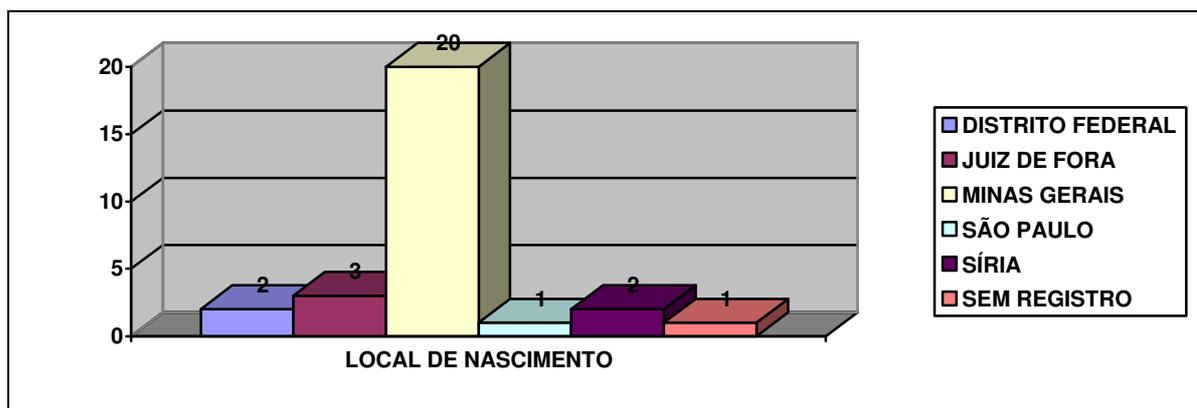
²⁴⁴ Como nos prospectos do Colégio não apareceram estes cursos, quem nos forneceu a explicação foi o arquivista do Arquivo do Colégio Granbery, Ernesto Guidice Filho.

²⁴⁵ HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes.** São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 390-391.

²⁴⁶ Idem. p. 437.

não deixou seu local de nascimento foi Felipe Pedro, que entrou no colégio em 1899, então com treze anos, (nosso primeiro estudante árabe encontrado), nascido em 1886, filho de Pedro José e morador da Rua Halfeld, número 65. Esta foi sua primeira e última aparição nos livros de matrícula deste estabelecimento.

GRÁFICO 5 - Naturalidade dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890 a 1940



Fonte: Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

Partiremos agora para a análise de onde moravam suas famílias em Juiz de Fora. Os registros de matrícula nos permitem selecionar doze ruas da cidade, das quais a Rua Halfeld foi a que possuiu o maior número de sírios ou libaneses, perfazendo um total de nove, ou seja, 31% destes. Depois temos a Avenida Rio Branco e a Rua Fonseca Hermes com três cada uma; logo em seguida vêm a Rua Antônio Dias, Barbosa Lima, Eduardo de Menezes, Marechal Deodoro e Quinze de Novembro, com duas famílias cada; e por fim, com apenas uma, temos a Rua Batista de Oliveira, Doutor Romualdo, Sampaio e Santa Rita. Ludmila Almeida que trabalhou este tema na cidade cita que as ruas Halfeld, Marechal Deodoro e 15 de Novembro (atual Getúlio Vargas), eram onde estes imigrantes e seus descendentes mais moravam e destacou que eles se encontravam localizados no centro urbano de Juiz de Fora onde se desenvolvia o comércio.²⁴⁷

²⁴⁷ ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e Libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000. p. 200.

TABELA 6 – Endereços dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Granbery, Juiz de Fora, 1890-1940

ENDEREÇOS	FREQUÊNCIA
RUA HALFELD	09
AV. RIO BRANCO	03
RUA FONSECA HERMES	03
RUA ANTÔNIO DIAS	02
RUA BARBOSA LIMA	02
RUA EDUARDO DE MENEZES	02
RUA MARECHAL DEODORO	02
RUA QUINZE DE NOVEMBRO	02
RUA BAPTISTA DE OLIVEIRA	01
RUA DR. ROMUALDO	01
RUA SAMPAIO	01
RUA SANTA RITA	01
TOTAL	29

Fonte: Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

A quantificação dos dados já foi apresentada. Descobrimos então que os filhos dos sírios ou dos libaneses estudaram no Colégio *Granbery*, sabemos quantos eram, onde nasceram, onde moravam, quais cursos mais freqüentavam, dentre outros aspectos. Mas nos resta perguntar: quem eram eles? Estes garotos e garotas moravam na cidade, tinham pais que trabalhavam nesta, irmãos que estudavam, ou seja, tinham uma história própria. A partir do cruzamento de dados de várias espécies de fontes buscaremos perceber como estavam formadas estas famílias durante os anos de 1890 a 1940.

O primeiro que nos foi possível buscar um pouco de sua trajetória foi Francisco Couri, que era sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora,²⁴⁸ tinha matriculado quatro filhos neste colégio: os estudantes Pedro, Waldemir, Waldemar e Wilson Couri. Moravam na rua Halfeld, números 706 e 712, sinal de que um destes poderia ser de alguma loja que possuía. O filho que mais permaneceu no instituto foi Pedro Couri que entrou neste em 1930 só se retirando em 1933, ou seja, por um período de quatro anos. Nascido em Minas Gerais em 20 de agosto de 1916, entrou no *Granbery* com 13 anos, para cursar a escola de Comércio. Era o segundo filho de Francisco, já que antes dele, nascido no ano de 1914, havia Antônio Couri (que cursou adaptação no Colégio Academia, e não está presente no registro de matrícula do colégio *Granbery*). Pedro entrou com a idade de 13 anos neste curso, o que estava fora das regras, já que somente se aceitava estudantes com mais de 15 anos.

²⁴⁸ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Qualificação de sócios**. 1893-1940. p. 11.

Freqüentou os quatro anos de curso e se formou. Waldemir e Waldemar eram gêmeos nascidos em 14 de agosto de 1918, em Minas Gerais, e ambos entraram no colégio com 13 anos no ano de 1932, neste permanecendo até 1934. Em 1932 fizeram o primeiro ano do curso de comércio e nos dois anos seguintes matricularam-se no propedêutico, que era uma espécie de preparação para o científico, para a escola de comércio, e era realizado um ano antes de cursar tal modalidade de ensino. É possível eles terem entrado no curso de comércio e terem visto que seus conhecimentos eram pequenos, já que também eram novos para cursarem este, e voltaram para preparar-se no programa curricular propedêutico. Depois de 1934 não mais apareceram no registro de matrícula desta escola – pelo menos até 1940, quando termina nosso recorte cronológico. O último filho, Wilson, nascido em 08 de novembro de 1920, em Minas Gerais, entrou no *Granbery* com 13 anos para cursar o Seriado, que era uma forma de ginásio com seriação, para pessoas mais velhas ou que estavam fora do ensino regular.²⁴⁹ Dos seus filhos o único que se formou no período por nós estudado foi Pedro Couri, que recebeu o diploma de Comércio.

Partindo do corpo discente deste colégio temos a trajetória de dois de seus alunos: Adipe Sabe Musse e Antônio Alexandre Ahouagi. O primeiro nascido em Minas Gerais, em 25 de setembro de 1917, filho de José Sabe Musse, sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora,²⁵⁰ entrou no colégio no ano de 1931, com 13 anos, para cursar comércio, quando ainda morava em Mathias Barbosa. Ficou durante três anos no estabelecimento e se formou em 1933, já que quando entrou neste havia feito um ano do curso em outro local, dessa forma foi matriculado adiantado. Depois que se mudou para Juiz de Fora, em 1932, passou a morar no centro comercial da cidade, à Rua Marechal Deodoro, número 280.²⁵¹ Cinco anos após ter se formado, Adipe faz o testamento do seu pai que havia falecido em 02 de março de 1938. José Sabe, nascido em 1884, natural da Síria, profissão comerciante, era casado com Nagla Musse, e desta relação nasceram sete filhos: Reneè Musse Diuana (casada), Violleta Musse de Araújo (casada com Edval Cortes de Araújo, não descendente de árabe, em 30 de setembro de 1937²⁵²), Adipe Sabe Musse (21 anos), Nazira Sabe Musse (18 anos), Nahim Sabe Musse (17 anos), Linda Sabe Musse (14 anos) e Laura Sabe Musse (13 anos). Adipe, assim como seu pai, tornou-se comerciante. A família possuía um prédio (sobrado) à rua Marechal Deodoro sob os números 268, 272, 274, 280, dividido em

²⁴⁹ Arquivo Histórico e Museu Granbery. **Livros de Matrícula**. Livro 3, 1926-1933 e livro 4, 1933-138.

²⁵⁰ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Qualificação de sócios**. Op. Cit. p. 13.

²⁵¹ Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. **Livro 3**, 1926-1933 e **livro 4**, 1933-138. Op. Cit.

²⁵² Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 06, 1935-1943**. p. 76 verso.

sete moradias e onde vendia-se fazendas e armarinhos. Era uma família estabilizada, com um número grande de filhos e bens no valor total de 300:000\$000. Adipe era o terceiro filho do casal, e o primeiro filho homem, o que pode explicar a importância deste ter cursado comércio, a fim de que ajudasse o pai na loja. Posteriormente Adipe realmente tornou-se comerciante e foi quem tomou as decisões de fazer o testamento do pai e com quem possivelmente ficou o controle da loja.²⁵³

Por fim, Antônio Alexandre Ahouagi, foi nosso segundo registro encontrado de aluno árabe no *Granbery*. Estudou neste colégio durante os anos de 1915 e 1916, matriculado no ginásio, o qual fez até o segundo ano. Filho de Alexandre Ahouagi, participante das reuniões da Associação Comercial,²⁵⁴ Antônio nasceu em 31 de dezembro de 1889, natural de Monte Líbano (Síria) e residia à rua Batista de Oliveira, número 101.²⁵⁵ Seu irmão Michel Ahouagi, nascido em 1912, estudou o ginásio no Colégio Academia, na década de 20.²⁵⁶ Ainda tinha mais um irmão, Miguel Alexandre Ahouagi, que não achamos nada sobre. Em 1946, trinta anos após deixar o colégio, então com 57 anos, encontramos Antônio Ahouagi fazendo o testamento de José Stephen Bartha. O documento destaca que Antônio está casado e exerce a profissão de comerciante. Ao que tudo indica ele é apenas amigo de José Bartha. Este era comerciante, libanês, da cidade de Ijdeid-Razir, Kissuruan, com 73 anos de idade. Foi casado duas vezes, não deixando herdeiros, o único filho que teve já havia falecido. Nomeia como seu testamenteiro Antônio Alexandre Ahouagi e seu irmão Miguel Alexandre Ahouagi, além de José Teixeira da Silva Sobrinho.²⁵⁷ Embora este inventário esteja fora de nosso período cronológico, é interessante no fato de indicar-nos o que aconteceu com Antônio anos depois deste ter deixado o colégio *Granbery*, mostrando-nos qual carreira seguiu, se contraiu matrimônio, etc. É claro que alguns documentos nos permitem chegar mais perto de nossos sujeitos do que outros, mas todos nos deixam rastros.

Mas e a *Academia* de Comércio? Os alunos sírios e libaneses também apareciam estudando nesta? Qual era o seu perfil? E suas trajetórias individuais, são possíveis de ser refeitas? Partiremos para estes esclarecimentos.

²⁵³ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. MUSSE, Adipe Sabe (Inventariante). José Sabe Musse (Inventariado), 1938. ID: 4739, CAIXA 456-B.

²⁵⁴ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Registro de Presença das Reuniões da Diretoria, 24/08/1912 a 10/01/1991**. 1936. p. 60.

²⁵⁵ Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. **Livro 1**, 1911 a 1925.

²⁵⁶ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. **Matrícula dos alumnos do 1º ano do curso preparatório**, 1895-1927.

²⁵⁷ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. AHOUAGI, Antônio Alexandre (testamenteiro). José Stephen Bartha (testador), 1946. ID: 1192, CAIXA 59-A.

2.1.2 Academia de Comércio

A *Academia de Comércio* de Juiz de Fora teve sua fundação ligada à segunda fase da industrialização da cidade, com a criação de estabelecimentos de médio e grande porte.²⁵⁸ Seu idealizador, Francisco Baptista de Oliveira, era comerciante renomado na sociedade juizforana. Em suas viagens ao exterior conheceu várias escolas de comércio, e foi buscar na França, na Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris, a base para a construção de uma *Academia* de Comércio em Juiz de Fora, espelhando-se na forma do prédio daquela e em seus materiais escolares. Esta instituição tinha por finalidade formar negociantes, administradores, diretores, empregados de estabelecimentos industriais e de comércio.²⁵⁹ Como destaca o manifesto transcrito abaixo, feito por sua direção em 1893:

(...) espera a Academia fornecer aos seus alunos os conhecimentos teóricos e práticos necessários, desenvolvendo-lhes ao mesmo tempo as qualidades morais que reclamam a carreira a que se destinam.

A Academia de Comércio pode, pois, marchar junto das demais escolas de ensino superior, e os seus laureados serão colocados ao lado dos médicos, dos engenheiros e dos advogados. Serão homens aptos para exercer os cargos de direção em importantes casas ou escritórios comerciais, em bancos ou companhias industriais; de chefes de repartições públicas; de inspetores de alfândegas, de cônsules; para ocupar, enfim, as mais altas posições, no comércio e na administração pública.²⁶⁰

Levando em consideração o modelo de ensino seguido pelo colégio *Academia*, devemos nos questionar se os filhos dos sírios ou dos libaneses estudaram também neste recinto. Um local que se destinava primeiramente ao ensino do comércio, primeiro estabelecimento deste teor na cidade, teria chamado a atenção dos pais destes alunos?

Conseguimos chegar a informações sobre os estudantes de origem síria ou libanesa que freqüentavam este colégio a partir dos sobrenomes destes e de seus pais, além da presença da naturalidade dos alunos nos registros de matrícula.

²⁵⁸ CHRISTO, Op. Cit. P. 69.

²⁵⁹ Idem, p. 80 e 81.

²⁶⁰ MANIFESTO DO COLÉGIO ACADEMIA. Correio de Minas, 04/02/1983. Apud: BASTOS, Wilson de Lima. **Academia de Comércio de Juiz de Fora: o primeiro instituto superior de comércio do Brasil, subsídios para a História e a Historiografia.** Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1982. p.44.

TABELA 7 – Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940

SOBRENOMES	FREQ.	SOBRENOMES	FREQ.
ARBEX	09	BARA	01
ASSAD	05	BICHARA	01
HALLACK	04	CALIL	01
JORGE	04	CURY	01
AHOUAGI	03	ELIAS	01
FERES	03	ESTEFAN	01
NASSER	03	ESTEFEN	01
SFFEIR	03	FARHAT	01
STEFAN	03	JOSÉ	01
COURI	02	MASSUD	01
CURI	02	MIGUEL	01
MERHI	02	MIRANDA	01
NAGEM	02	NAGIB	01
RÁGIL	02	NEMAN	01
SALOMÃO	02	RAAD	01
SIMÃO	02	RESEK	01
ABI-SAMARA	01	SALIM	01
ABOUD	01	TOTAL	70

Fonte: Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

Os dois sobrenomes que mais sobressaem são Arbex e Assad (que também esteve entre os mais freqüentes no Colégio *Granbery*), o primeiro com 09 recorrências e o segundo com 05. Depois temos com quatro aparições Hallack e Jorge. Com três, estão presentes Ahouagi, Feres, Nasser, Sffeir e Stefan. Os sobrenomes Couri, Curi, Merhi, Nagem, Rágil, Salomão e Simão são citados duas vezes. E por fim, com apenas uma aparição, porém com a maior diversidade de sobrenomes, contando com o número de 19, temos Abi-Samara, Aboud, Bara, Bichara, Calil, Cury, Elias, Estefan, Estefen, Farhat, José, Massud, Miguel, Miranda, Nagib, Salim, Neman, Raad e Resek.

A tabela abaixo nos mostra quantos alunos sírios ou libaneses freqüentaram anualmente o Colégio *Academia* no período entre 1890 a 1940. Percebemos que os anos com maior freqüência de alunos foram os de 1923, 1925, 1926 e 1928. O fluxo de entrada de estudantes deste grupo étnico tornou-se presente somente a partir de 1916, não existindo matrículas anteriores a este ano.

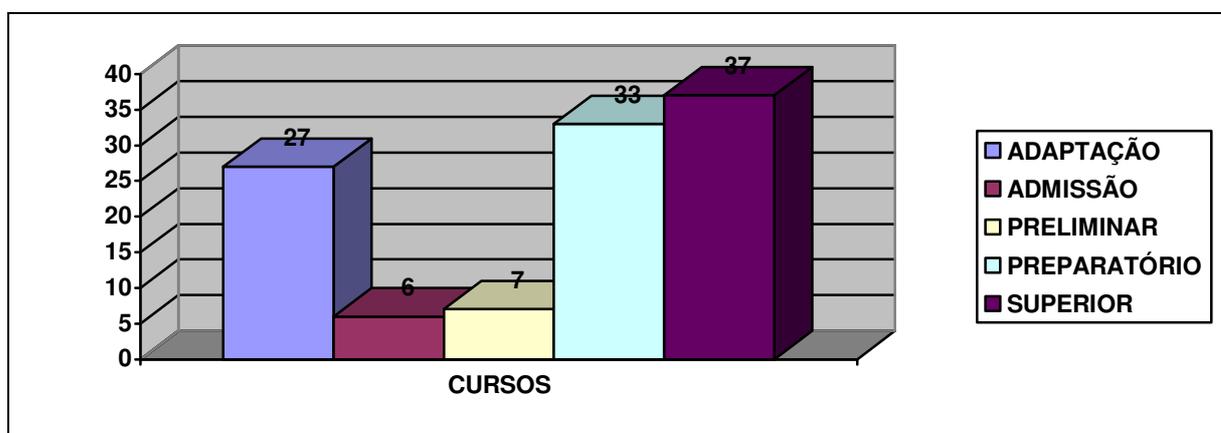
TABELA 8 – Total de alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940

ANO	NÚMERO DE ALUNOS	ANO	NÚMERO DE ALUNOS
1890	00	1915	00
1891	00	1916	01
1892	00	1917	01
1893	00	1918	01
1894	00	1919	01
1895	00	1920	03
1896	00	1921	04
1897	00	1922	04
1898	00	1923	12
1899	00	1924	07
1900	00	1925	11
1901	00	1926	11
1902	00	1927	06
1903	00	1928	10
1904	00	1929	03
1905	00	1930	03
1906	00	1931	07
1907	00	1932	01
1908	00	1935	04
1909	00	1936	05
1910	00	1937	04
1911	00	1938	05
1912	00	1939	02
1913	00	1940	04
1914	00	TOTAL	110

Fonte: Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. 1890-1940.

Ao observarmos a tabela, constatamos que temos um número maior de alunos do que aquele que apresentamos para os que estudaram no Colégio *Granbery* no mesmo período, já que os dados dos livros de matrícula do colégio *Academia* não nos fornecem os endereços dos alunos, não sendo possível separar internos de externos, ou seja, saber quem realmente morava em Juiz de Fora. Neste colégio temos um total de 110 alunos matriculados nestes 50 anos que analisamos, considerando o número de matrículas feitas anualmente. Porém alguns destes permaneceram no estabelecimento por vários anos, tendo seus nomes repetidos em cada matrícula. Portanto, analisando os registros, separamos os nomes dos alunos, tirando suas repetições, chegamos a um total de 70 estudantes diferentes.

GRÁFICO 6 – Cursos com freqüência de alunos sírios, libaneses e seus descendentes no Colégio Academia, Juiz de Fora, 1890 – 1940



Fonte: Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

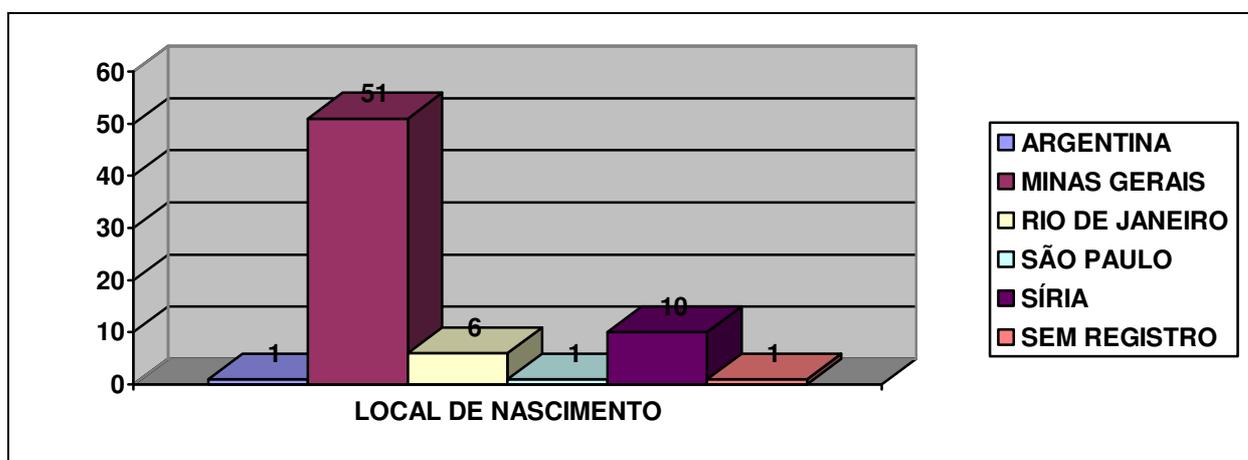
Os dados do gráfico 6 nos possibilita observar em quais cursos os sírios ou libaneses e seus descendentes mais se matricularam na *Academia*. Aquele que teve um maior número de alunos deste grupo étnico foi o superior de comércio, que tinha o teor duplo em seu terceiro ano: o aluno poderia escolher fazer um curso comercial livre, que era noturno, ou seguir o programa de ciências comerciais. Em segundo lugar temos o preparatório, que equivalia ao ginasial,²⁶¹ com um estudo regular de todas as matérias, com uma formação geral, a fim de preparar-se para um curso superior, ou mesmo para adquirir conhecimentos amplos. O terceiro curso mais procurado foi o de adaptação, que teria o objetivo de fazer com que o aluno nivelasse seus conhecimentos com os que eram passados na nova escola e nas matérias, talvez por terem vindo de outras regiões ou por estarem há um tempo sem estudar. Por fim temos duas modalidades quase empatadas. O Preliminar (primário)²⁶² com sete alunos e o de admissão, que era uma preparação para ser aceito no colégio, com seis estudantes.²⁶³ A preferência maior esteve na formação em comércio, o que não foi perceptível na análise que realizamos no *Colégio Granbery*. Porém, embora não houvesse no Granbery a escolha em maior número do curso de comércio, para os alunos que tiveram suas trajetória traçadas, mostrou-se uma constante a escolha desta modalidade de ensino, seguindo posteriormente esta profissão.

²⁶¹ Período de ensino de quatro anos que sucedia ao curso primário. Atualmente corresponde aproximadamente as séries quinta, sexta, sétima e oitava, do ensino fundamental.

²⁶² Corresponde aos quatro ou cinco anos da educação inicial de uma criança, ou seja, do pré-escolar até a quarta série.

²⁶³ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. 1890-1940.

GRÁFICO 7 – Naturalidade dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Colégio Academia de Comércio, Juiz de Fora, 1890-1940



Fonte: Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. 1890 a 1940.

Assim como foi presente no *Colégio Granbery*, os maiores registros de nascimento estão em Minas Gerais, perfazendo um total de 51, ou seja, 72,85% destes. Falar em Minas Gerais é genérico, porém foi dessa forma que as fontes nos forneceram seus dados. Depois, com um número de 10 nascimentos, temos a Síria²⁶⁴, seis no Rio de Janeiro e por fim, empatados com uma recorrência cada uma, temos São Paulo, Argentina e um sem registro. Juiz de Fora não está presente no gráfico, mas na verdade ela aparece duas vezes, assim como também o Brasil. Porém estas referências advem de um mesmo aluno, Antônio Stefen, que ao longo dos anos foi mudando seu local de natalidade, de Brasil, para Juiz de Fora e por fim Minas Gerais, o qual foi colocado neste gráfico. O único estudante que não deixou seu registro foi Michel Arbex, no ano de 1940, que havia entrado para o colégio matriculado no curso de admissão, não deixando nem mesmo o nome do pai ou tutor ou a data de nascimento.

Neste colégio também o número de meninos (66 alunos) era maior do que o de meninas (apenas 5 estudantes do sexo feminino), pelos mesmos motivos apresentados para o *Colégio Granbery*. Ou seja, 94,28% dos estudantes de origem árabe do *Colégio Academia* eram meninos, enquanto que 5,71% eram meninas. Era comum nesta época as filhas não estudarem, o que também foi freqüente nos lares sírios e libaneses, não só no Brasil, como também em seus países de origem. Este resultado vai de encontro com a preferência do curso comercial pelos pais destes alunos, podendo os meninos se especializarem para continuar o negócio dos pais, ou montar o seu próprio, a fim de sustentar a família. E se as filhas

²⁶⁴ Síria aí pode estar se referindo à Grande Síria, que englobava também o Líbano, pois até este momento estes países não eram independentes. Para maiores informações ver Albert Hourani. **Uma história dos povos árabes.**

estudassem era apenas para ter conhecimento prático, pois era mais freqüente elas cuidarem dos afazeres domésticos.

Depois desta análise do perfil dos alunos árabes no *Colégio Academia*, procuraremos reconstruir a história de vida de alguns deles após deixarem o colégio. Temos como fio condutor de nossa primeira trajetória o pai do estudante Farid Calil Estefen, de nome Sejen Calil Estefen. Este era libanês e industrial na cidade de Juiz de Fora, dono da Malharia Santa Cecília ²⁶⁵ e sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora. ²⁶⁶ Casado com Rachel Calil Estefan, teve deste matrimônio cinco filhos: Júlia Segen Calil Estefen (esposa de Zacharias Nacle Estefen, casados em 21 de junho de 1928 ²⁶⁷), Odette Segen Calil Estefan (solteira, maior, doméstica e brasileira), Farid Segen Calil Estefan (solteiro, maior, brasileiro e industrial), Virginy Segen Calil Estefan (solteira, maior, doméstica e brasileira) e Eduardo Segen Calil Estefan (menor). ²⁶⁸ Farid era então o terceiro filho do casal e o primeiro filho homem, o que nos leva a constatar novamente que eram eles que estudavam nestas famílias, já que mesmo suas irmãs sendo maiores de idade e não casadas, tinham como profissão os cuidados com o lar. Farid fez o Curso Comercial Livre em 1926, doze anos antes de seu pai elaborar seu testamento e dezoito anos antes do falecimento deste. ²⁶⁹ Deveria estar cursando comércio a fim de ajudar seu pai na Malharia, já que depois dele o outro filho homem era o último do casal, e ainda menor quando da feitura do testamento.

Calil Ahouagi é outro pai que colocou um de seus filhos no colégio *Academia* e também aparece enquanto sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora, o que de pronto nos indica que este tinha negócios comerciais. ²⁷⁰ José Calil Ahouagi foi matriculado neste estabelecimento em 02 de março de 1920, através de seu pai já referido. José nasceu em 13 de fevereiro de 1903, em Minas Gerais, e estava então com 17 anos, quando cursava ginásio no colégio *Academia*. Porém depois deste ano, não foi mais encontrado seu nome nos registros de matrícula. ²⁷¹ Dez anos depois, nos inventários do

²⁶⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal. República Velha. LISBÔA, Octacílio. **Boletim de estatística do município de Juiz de Fora referente ao ano de 1928** – Indicador Industrial. Série 164. Caixa 120.

²⁶⁶ **Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. Atas da Reunião da Diretoria. 1927-1942. p. 11.**

²⁶⁷ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05, 1926-1934.** p. 58 verso.

²⁶⁸ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. ESTEFEN, Segen Calil (Testador), 1945. ID 1188, CAIXA: 59-A.

²⁶⁹ Arquivo do Colégio *Academia*. Livros de Matrícula. **Matrícula dos alunos do 3º ano do curso superior. 1897-1932.** 1926, p. 60.

²⁷⁰ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Registro de Presença das Reuniões da Diretoria, 24/08/1912 a 10/01/1991.** 1918. p. 14.

²⁷¹ Arquivo do Colégio *Academia*. Livros de Matrícula. **Matrícula dos alunos do 1º ano do curso preparatório, 1895-1927.** p. 40.

primeiro ofício encontramos referência à sua família. Sua mãe Amélia Ahouagi, síria, ficando viúva, abre o testamento deixado pelo marido e pede seu cumprimento. Segundo este documento o casal teria seis filhos: Meghe Ahouagi (30 anos, casada com Mário José Assad, no dia 06 de maio de 1916 ²⁷²), José Calil Ahouagi (27 anos, solteiro), Olga Ahouagi Jacob (casada com Miguel Jacob Antônio), Adélia Ahouagi (24 anos, solteira), Ângela Ahouagi (21 anos) e Edmundo Ahouagi (18 anos, solteiro). Assim como Farid Segen Calil Estefan (citado anteriormente), José Calil Ahouagi também era o segundo filho, e o primeiro filho homem do casal. ²⁷³ Quando o pai falece em 1930, José já tem 27 anos, ou seja, a ele coube a tarefa de controlar seus negócios. A família possuía uma casa comercial à rua Marechal Deodoro de número 260, em um sobrado. Eram donos também de uma outra casa à rua São Mateus, número 734 e algumas dívidas, que não ultrapassavam o valor que possuíam em mãos. Ele casou-se em 25 de maio de 1933, com a senhora Maria Ernestina Policeni, que não era descendente de sírios ou libaneses. ²⁷⁴ No ano de 1937, José Calil fez o inventário da família e dividiu os bens quando da morte de sua mãe. Já neste ano, o ex-estudante da *Academia de Comércio*, estava casado e tinha como profissão declarada a de comerciante. Os outros irmãos também estavam de vida mudada. Eduardo, o mais novo, então com 25 anos, era contador, ainda mantendo-se solteiro, só vindo a casar-se em 07 de dezembro de 1939 com Geralda Aquino Affonso, não descendente de sírio ou libanês; ²⁷⁵ Ângela ainda estava solteira e tinha como profissão as prendas domésticas; e Adélia Ahouagi, encontrava-se neste momento casada com um libanês comerciante de Rio Branco, Wady Chamhun. Ainda possuíam parte da casa na Marechal Deodoro e uma loja instalada neste local de nome *A Primavera*. ²⁷⁶

Uma outra questão interessante, que se torna perceptível a partir destes cruzamentos, é o fato do casamento entre famílias sírias e libanesas. A filha mais velha do casal Ahouagi, Meghe Ahouagi, aparece em 1930 casada com Mário José Assad. Este era também sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora, ²⁷⁷ de ascendência libanesa e comerciante de profissão. Quando nos atemos ao seu nome, descobrimos que ele e Meghe já tinham dois filhos: Alberto José Assad, nascido em 14 de fevereiro de 1917; e José Mário

²⁷² Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03, 1890-1923**. p. 137.

²⁷³ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. AHOUAGI, Amélia (inventariante). Calil Ahouagi (inventariado), 1930. ID 3851, Caixa: 411-B.

²⁷⁴ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05, 1926-1934**. Op. Cit. p. 167 verso.

²⁷⁵ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 06, 1935-1943**. p. 128-129.

²⁷⁶ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. AHOUAGI, José Calil (inventariante). Amélia Ahouagi (inventariada), 1946. ID 4631, Caixa: 450-B.

²⁷⁷ **Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. Qualificação de sócios. Op. Cit. p. 15.**

Assad, nascido em 11 de maio de 1918. Ambos estudavam no Colégio Academia, fazendo o curso de adaptação.²⁷⁸

Outra trajetória que nos é possível reconstruir é a do Senhor Bichara Calil Estefan, libanês, também sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora,²⁷⁹ tinha dois filhos matriculados no colégio *Academia*: Pedro Calil Estefan, que cursava comércio livre noturno e Miguel Calil Estefan, que fez o curso de adaptação e o preliminar. O primeiro nasceu em 28 de fevereiro de 1907 e o segundo no dia 25 de setembro de 1927. Pedro é de naturalidade síria e Miguel é brasileiro, nascido em Minas Gerais.²⁸⁰ Através do testamento feito por Bichara de sua falecida mulher, Salime Calil Estefan em 1937, que havia falecido no ano anterior com 49 anos, podemos descobrir mais dados sobre esta família. O casal possuía oito filhos: Nabiha Calil Ahouagi, com 32 anos e casada com Elias Antônio, residente no Espírito Santo; Pedro Calil Estefan, solteiro com 29 anos; Nazira Calil Tabet, casada com Camil S. Tabet, no dia 27 de julho de 1926;²⁸¹ Alice Calil Estefan, solteira com 23 anos de idade; Julieta Calil Estefan, solteira com 21 anos, Miguel Calil Estefan com 09 anos e Ciléa Calil Estefan com 04 anos. Pedro era seu filho homem mais velho e cursava comércio no colégio *Academia* em 1925, quando tinha 17 anos. Seu pai era comerciante e possuía uma casa e um terreno na Avenida Rio Branco, número 1846, na qual tinha nos fundos uma pequena fábrica de meias.²⁸²

Temos agora um aluno do colégio *Academia* que teve seu inventário feito pelo pai devido ao seu precoce falecimento. Estamos falando de Antônio Estefan, que cursou o ginásio e Ciências Comerciais neste colégio, durante os anos de 1916 a 1921, dos seus treze aos seus dezoito anos, pois havia nascido em 22 de abril de 1902, em Minas Gerais.²⁸³ José Estefan, libanês, casado com Catharina Estefan, proprietário, faz o inventário de seu filho que morreu aos 28 anos, em 27 de janeiro de 1931. Antônio seguiu a carreira que se dedicou a estudar, já que deixou em funcionamento uma fábrica de meias, que valia seis contos de réis, situada à Avenida Rio Branco, 1716, local onde residia com seus pais. Sendo o único filho homem do

²⁷⁸ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. **Matrícula do curso de adaptação, 1926-1943**. p. 04.

²⁷⁹ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Qualificação de sócios**. Op. Cit. p. 09.

²⁸⁰ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. **Matrículas do curso de adaptação - 1895-1927, e matrículas dos alunos do 3º ano do curso superior**.

²⁸¹ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05, 1926-1934**. Op. Cit. p. 12 verso.

²⁸² Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. ESTEFAN, Bichara Calil. (inventariante). Salime Calil Estefan (inventariada), 1937. ID 4592, Caixa: 448-B.

²⁸³ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. **Matrículas do curso preparatório e matrículas dos alunos do 3º ano do curso superior**.

casal, competia a este ajudar o pai nos negócios e ainda começou seu próprio investimento, deixando-o de herança para a família já que não havia casado e não tinha filhos.²⁸⁴

Francisco Coury era outro responsável que investia na educação de seus herdeiros e também era sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora.²⁸⁵ Havia matriculado dois filhos no colégio *Academia*: Antônio Couri e Pedro Couri. O primeiro nasceu em 09 de julho de 1914, em Minas Gerais e cursou adaptação e posteriormente, em 1929, passou a ser estudante do curso comercial livre noturno. O segundo, nascido em 20 de agosto de 1916, no mesmo estado, cursou adaptação neste mesmo colégio. Pedro também estudou no colégio *Granbery*, a partir de 1930, durante quatro anos, fazendo o curso de comércio e formando-se neste. Os outros filhos de Francisco também estudaram no *Granbery*: Waldemar, Waldemir e Wilson Couri.²⁸⁶

Havia vários outros pais que educaram seus filhos no Colégio *Academia* e eram sócios da Associação Comercial de Juiz de Fora. Entretanto não temos dados mais precisos sobre estes, já que não encontramos seus inventários ou seus testamentos. Buscaremos reconstruir suas histórias de vida, a partir do que nos foi fornecido. Começaremos por Simão Gabriel Sffeir, por termos conseguido informações mais diversas sobre sua trajetória. Ele era dono da Malharia Santa Rosa,²⁸⁷ e tinha três filhos matriculados no colégio *Academia*: Camilo Simão Sffeir, nascido em 23 de julho de 1908, em Minas Gerais, que havia cursado o ginásio e ciências comerciais, entrando no colégio no ano de 1920; Mário Simão Sffeir, nascido em 21 de junho de 1912, em Minas Gerais, que estudou o ginásio e parte do curso superior, entrando no colégio no mesmo ano de seu irmão; e Munir Simão Sffeir, nascido em 10 de maio de 1921, em Minas Gerais, que fez apenas um ano de adaptação.²⁸⁸ Seu filho mais velho, Camilo tinha um presença constante na Associação Comercial, demonstrando que seguiu a carreira que dedicou em seus estudos, pois aparece enquanto secretário deste estabelecimento, na Assembléia presidida por Dr. José Procópio Teixeira Filho em 28 de junho de 1933,²⁸⁹ dez anos depois de ter deixado o *Academia*, contando com 25 anos de idade.

²⁸⁴ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. ESTEFEN, José. (inventariante). Antônio Estefen (inventariado), 1931. ID 3920, Caixa: 414-B.

²⁸⁵ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. Qualificação de sócios. Op. Cit. 1893-1940. p. 11.

²⁸⁶ Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. Livro 3, 1926-1933 e livro 4, 1933-138.

²⁸⁷ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal. República Velha. LISBÔA, Octacílio. **Boletim de estatística do município de Juiz de Fora referente ao ano de 1928** – Indicador Industrial. Op. Cit.

²⁸⁸ Arquivo do Colégio *Academia*. Livros de Matrícula. **Matrículas do curso preparatório, matrículas dos alunos do curso superior e do curso de adaptação.**

²⁸⁹ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Atas da diretoria**, 28/06/1933, Op. Cit. p.67.

Jorge Miguel também sócio da Associação ²⁹⁰ manteve três filhos no colégio: José Jorge Miguel, nascido em 03 de julho de 1905, em Minas Gerais que cursou ginásial e posteriormente comércio livre noturno; Adib Jorge, nascido em 09 de novembro de 1910, no mesmo estado, que estudou o ginásio; e por fim, Felipe Jorge, que fez o ginásio, mas não deixou sua data de nascimento no registro de matrícula. ²⁹¹ Nagem José Assad, foi outro pai com dois filhos matriculados: Olavo Nagem Assad, nascido a 25 de abril de 1926, em Minas Gerais, que fez o preliminar; e José Nagem Assad, nascido em 18 de fevereiro de 1925, em Minas Gerais, que cursou adaptação. ²⁹²

Por fim temos Alexandre Ahouagi que tinha apenas um filho matriculado nesta escola: Michel Ahouagi, que era nascido em 11 de setembro de 1912, em Minas Gerais, e que estudou durante três anos neste, fazendo o ginásio e dois anos do superior. ²⁹³ Todos estes pais eram sócios contribuintes da Associação Comercial de Juiz de Fora, e tinham uma ligação com o comércio da cidade. Chegamos a esta constatação, pois nas suas atas, a direção da Associação deixou claro que não aceitava comerciantes falidos e não estabelecidos entre seus membros ²⁹⁴. Deduz-se então que se estes não tivessem pelo menos uma pequena projeção, ou ao menos um estabelecimento estável, não seriam aceitos como integrantes.

Até agora nos centramos em escolas particulares. E nos grupos públicos da cidade, os sírios e libaneses e seus descendentes também estudavam? É o que analisaremos a partir deste momento.

2.1.3 Grupo Escolar -Delfim Moreira

Em 04 de fevereiro de 1907 foi fundado em Juiz de Fora o primeiro estabelecimento público de ensino da cidade e do Estado de Minas Gerais, o *Grupo Escolar Delfim Moreira*, tendo como diretor o Professor José Rangel. As dependências desta instituição escolar encontravam-se divididas em oito classes, sendo quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. Já na inauguração, o número de matrículas chegou a 470. O jornal *O Pharol*, fez a

²⁹⁰ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Atas da diretoria**, 1915-1919, p.05.

²⁹¹ Arquivo do Colégio Academia. Livros de Matrícula. **Matrículas do curso preparatório e do curso superior.**

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Atas de Reunião da diretoria, 12/06/1896 – 12/09/1897.** 13/07/1897. p.17.

cobertura do evento de abertura do Grupo e em seu texto destacou a salubridade do local, fato este comum às instituições de ensino analisadas anteriormente. A notícia veiculada no jornal consta que: “*Em todas as dependências do vasto edifício, observa-se a mais rigorosa hygiene*”.²⁹⁵ A qualidade do ensino deste recinto escolar foi ressaltada no Álbum do Município de Juiz de Fora, elaborado por Albino Esteves. Quando o autor fala dos Grupos Escolares *Delfim Moreira* e *José Rangel*, destaca que: “*O ensino nelles é ministrado por processos modernos e (...) methodo intuitivo, hoje adoptado nos paízes mais civilizados*”.²⁹⁶ Dessa forma, a boa educação dos alunos e a preservação da saúde destes, era a prioridade para direção do estabelecimento. Já no primeiro semestre de 1914 o número de matrículas aumentou para 563.

Mas quais alunos estudavam neste Grupo? Os filhos dos sírios e dos libaneses também foram direcionados a ele? Segundo os dados que encontramos neste colégio, só houve Livros de Matrícula de 1939 em diante, ou seja, dentro de nosso recorte cronológico, que vai de 1890 até 1940, só pudemos ter acesso a 1939 e 1940. Antes deste período, nas escolas públicas em geral, havia registros de matrículas simples, no qual constava apenas o nome do aluno. Só a partir de 1939, começou a haver a presença de Livros de Matrícula em detalhes, onde aparecia o nome completo do aluno, dos pais, data de nascimento, local de nascimento, dentre outros. Dessa forma, temos poucos dados sobre os sírios e libaneses e descendentes que estudaram no *Grupo Escolar Delfim Moreira*. No entanto analisaremos estes dois anos para compreendermos quem são estes alunos, onde moravam, de onde vieram seus pais, se tinham condição financeira estável, a fim de podermos fazer comparações com os dados que conseguimos nos colégios *Academia do Comércio* e *Granbery*.

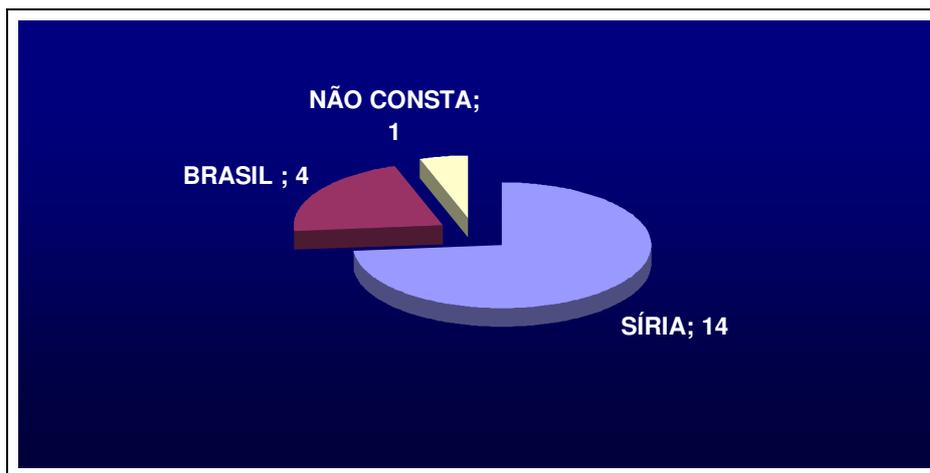
Na documentação do *Grupo Escolar Delfim Moreira*, assim como fizemos para os outros estabelecimentos de ensino, adotou-se como critérios para a identificação do universo de análise dos alunos sírios ou libaneses e descendentes: o sobrenome familiar e a naturalidade dos responsáveis. Os estudantes deste grupo étnico faziam o curso primário e tinham entre 07 e 12 anos, sendo todos naturais do Brasil. Isso é compreensível, pois estamos analisando dados dos anos de 1939 e 1940, quarenta e sete anos depois da chegada dos primeiros imigrantes deste grupo em Juiz de Fora. Pelos dados apresentados no gráfico abaixo, observa-se que 73,68% dos pais de alunos de origem síria ou libanesa no *Grupo Escolar Delfim Moreira* são naturais da Síria, enquanto somente 21,05% dizem ser

²⁹⁵ O PHAROL. Grupo Escolar. 04 e 05/02/1907. Número 30. p. 01, coluna 06 e 07.

²⁹⁶ ESTEVES, Op. Cit. p. 261.

brasileiros. Apenas a Senhora Maria Cristina da Conceição, que matriculou o aluno Jorge Elias, não deixou seus dados completos.

GRÁFICO 8 – Naturalidade paterna dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940



Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira. Livros de Matrícula. 1939 a 1940.

Durante os dois anos analisados houve um total de 25 matrículas neste Grupo Escolar, sendo que seis delas foram feitas pela mesma pessoa em 1940, ou seja, sem considerar as repetições tivemos 19 alunos de origem síria ou libanesa diferentes inscritos neste estabelecimento. Foram 11 matrículas em 1939 e 14 em 1940, no curso primário, de 1ª à 4ª séries. Para conhecermos melhor quais famílias inscreviam seus filhos nesta escola, fizemos uma análise dos sobrenomes presentes nos Registros de Matrícula.

TABELA 9 – Sobrenomes sírios ou libaneses encontrados nos livros de matrículas do Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940

SOBRENOMES	FREQUÊNCIA
HALLACK	03
JORGE	03
ABDO	02
MIANA	02
ABUD	01
ARBEX	01
ELIAS	01
HABER	01
HADDAD	01
HALLAH	01
MARON	01
MOCHEDESSI	01
SABER	01
TOTAL	19

Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira. Livros de Matrícula. 1939 a 1940.

Os sobrenomes sírios ou libaneses mais frequentes foram Hallack e Jorge, tendo cada um três repetições. Depois deles temos, com apenas duas manifestações, Abdo e Miana. E por fim, com uma única presença foram encontrados Arbex, Abud, Elias, Haber, Haddad, Hallah, Maron, Mochedessi e Saber. Esses sobrenomes nos ajudarão no posterior cruzamento das fontes.

Os alunos de origem síria ou libanesa que estudavam neste estabelecimento moravam no que chamamos de “centro nevrálgico”²⁹⁷ de Juiz de Fora. Observando a tabela abaixo o lugar onde houve a maior presença destes alunos e suas famílias foi a Rua Marechal Deodoro, local de grande instalação de comerciantes sírios e libaneses, o que nos indica que a grande maioria dos pais se dedicava ao comércio. Depois temos a Rua Santos Dumont, com três famílias, seguida pela Avenida Berlim, a Rua Francisco Bernardino e a Rua Dr. Paleta com duas. E com somente uma aparição estão a Rua Batista de Oliveira, Rua Getúlio Vargas, Rua Halfeld e Rua Santa Rita. O único aluno que não deixou seu endereço foi Jorge Elias, já citado acima.

²⁹⁷ Esta expressão foi retirada do texto de Ludmilla Savry Almeida. ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e Libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

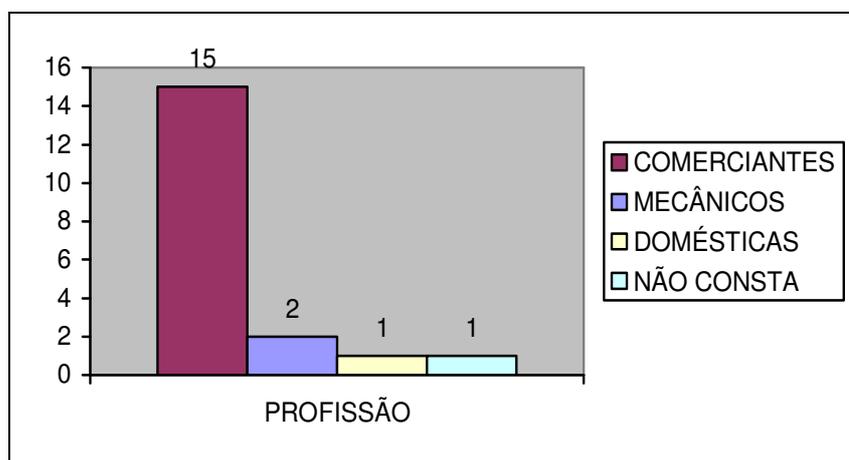
TABELA 10 – Endereços dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940

ENDEREÇOS	FREQUÊNCIA
RUA MARECHAL DEODORO	05
RUA SANTOS DUMONT	03
AV. BERLIM	02
RUA DR. PALETA	02
RUA FRANCISCO BERNARDINO	02
RUA BATISTA DE OLIVEIRA	01
RUA GETÚLIO VARGAS	01
RUA HALFELD	01
RUA SANTA RITA	01
NÃO CONSTA	01
TOTAL	19

Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira. Livros de Matrícula. 1939 a 1940.

A partir do momento que tomamos contato com as fontes que nos informam sobre a profissão dos pais destes alunos, entendemos o porquê da predominância destes no centro da cidade. O gráfico abaixo nos ajuda a esclarecer esta situação.

GRÁFICO 9 – Profissão paterna dos alunos de origem síria ou libanesa matriculados no Grupo Escolar Delfim Moreira, Juiz de Fora, 1939-1940



Fonte: Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira. Livros de Matrícula. 1939 -1940.

Segundo os dados do gráfico 9, 78,94% dos pais destes alunos eram comerciantes, o que nos ajuda a compreender que a concentração no centro urbano da cidade é resultado da profissão escolhida pelos sírios e libaneses, porque a Rua Marechal Deodoro foi a mais freqüentada por estes, já que era nesta que desenvolvia-se melhor o comércio por estar próximo a linha férrea. No entanto, aparecem nas fontes desta escola, pais com profissões

antes não citadas, como os mecânicos e as domésticas. Para os que chegaram a Juiz de Fora tardiamente (já que estamos tratando de 1939 e 1940) é provável que o comércio não fosse tão lucrativo como era para os iniciantes, devido à concorrência grande dos já estabelecidos.

Ao cruzarmos os dados desta escola com os da Associação Comercial e com os Inventários do Primeiro Ofício, conseguimos reconstituir a trajetória de vida de apenas uma família: a de Ivete Alexandre Saber. Descobrimos mais sobre este núcleo familiar através de um inventário feito por Dona Nair Saber (mãe de Ivete), devido ao falecimento de seu marido, Alexandre Saber, em 26 de agosto de 1940. O pai de Ivete era da Síria (assim como sua esposa) e se dedicava ao comércio em Juiz de Fora. Ao morrer deixou como herdeiros, além da mulher, seis filhos, e Ivete era a quinta filha. São eles: Odette Saber (brasileira, solteira e maior), Salim Saber (brasileiro, solteiro, 19 anos), Linda Saber (brasileira, solteira, 16 anos), Ivete Saber (brasileira, solteira, 12 anos) e José Saber (brasileiro, solteiro, 11 anos). A família possuía uma casa de oito cômodos situada à Rua Américo Luz, 134; um estabelecimento comercial à Avenida Berlim, 417, onde vendia vários produtos como pó de café, toucinho, fumo, linhas, lenços, doces, ou seja, trabalhava com a comercialização de alimentos em geral e utilidades do dia-a-dia. Além desses bens, havia também depósitos no Banco Comércio e Indústria e no Banco de Crédito Real de Minas Gerais no valor de 5:000\$000 cada um. A herança foi avaliada em 10:000\$000 de réis.²⁹⁸ Porém mesmo o pai de Ivete possuindo estes bens, não encontramos o nome dele na Associação Comercial de Juiz de Fora como seu sócio contribuinte.

A partir dos dados dos três colégios levantados, percebemos que os alunos de origem síria ou libanesa mantiveram um contato com as crianças e os jovens locais por estudarem na mesma escola que estes, já que não havia estabelecimentos árabes em Juiz de Fora. Esta afirmação também é confirmada pelo depoimento do senhor Wilson Coury Jabour, descendente de libaneses e nascido em Juiz de Fora. O senhor Wilson foi aluno em várias escolas da região, junto aos estudantes locais. Segundo senhor Wilson: “(...) *estudei no colégio Santos Anjos, depois eu fui para o Academia, depois eu fui para o Granbery. Comecei a estudar, era um curso clássico, não sei, um curso para pré-vestibular. Eu comecei a estudar, depois eu interrompi e fui fazer o curso de técnico em contabilidade. Depois fiz vestibular para a Faculdade de Ciências Econômicas, fui aprovado e não conclui*”.²⁹⁹

²⁹⁸ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. SABER, Nair. (inventariante). Alexandre Saber (inventariado), 1940. ID 4956, Caixa: 470-B.

²⁹⁹ Entrevista com o senhor Wilson Coury Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no 03 de outubro de 2006.

Este contato próximo com indivíduos que possuíam tradições diferentes das suas, provavelmente levou a uma troca cultural entre jovens e crianças juizforanas e aquelas sírias e libanesas. Mas não era só os estudantes que estabeleciam laços com os juizforanos. Os pais destes alunos também se relacionavam com a população da cidade por serem em sua maioria sócios contribuintes da Associação Comercial, por terem os locais como fregueses em suas lojas, por terem vizinhos de outros grupos étnicos, enfim, por conviver cotidianamente em espaços onde os juizforanos e até mesmo imigrantes de outras etnias freqüentavam.

As fontes dos recintos educacionais nos indicaram uma relação mantida entre sírios e libaneses e juizforanos no meio escolar, havendo possíveis trocas culturais entre os dois grupos. Mas e com relação aos casamentos? Estes também eram uma forma de estabelecer vínculos com a população de Juiz de Fora? Eram exógenos? Se a resposta for afirmativa, a partir de quando se tornaram mais freqüentes? Analisando os registros de casamento podemos chegar a algumas conclusões.

2.2 Casamentos realizados na Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora

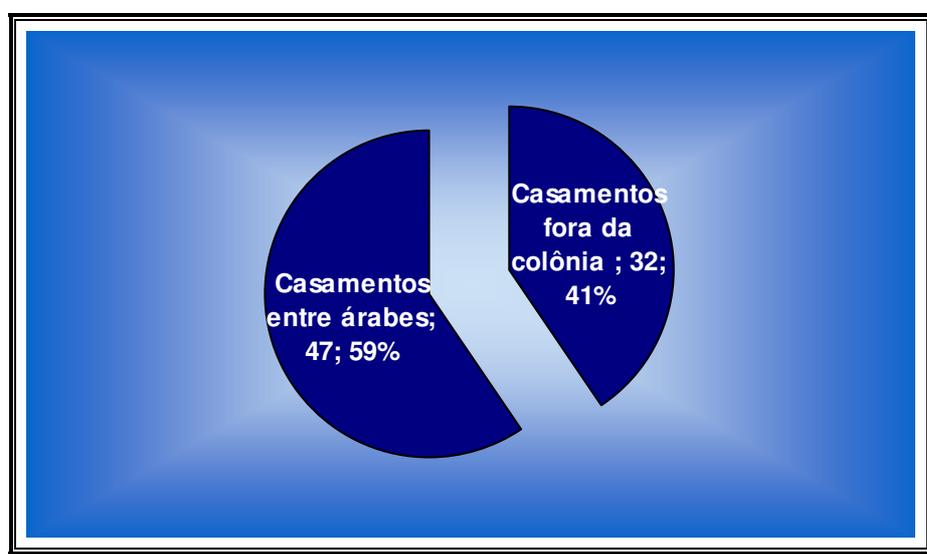
No final do século XIX e início do XX, Juiz de Fora contava com religiões diversas e vários templos, com a presença de católicos, metodistas, espíritas.³⁰⁰ Através dos Livros de Registros de Casamentos realizados na Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora, situados entre os anos de 1890 a 1940, tivemos contato com os casais que firmaram matrimônio nas datas que se inserem dentro de nosso recorte cronológico, e nossa atenção centrou-se nos enlances matrimoniais realizados pelos sírios, libaneses e seus descendentes. Para tanto, observamos o sobrenome do casal, dos pais dos noivos e o local de nascimento destes. Além disto, também nos atemos ao nome dos padrinhos, a fim de saber se os sírios, libaneses ou seus descendentes faziam parte das testemunhas de casamentos entre brasileiros ou entre outras nacionalidades, o que atestaria um bom relacionamento com os locais.

Seguindo esta metodologia de análise encontramos um total de 102 casamentos que envolviam alguma relação com pessoas de origem síria ou libanesa. Em 23 deles houve o matrimônio entre cônjuges brasileiros ou de outras ascendências que não a árabe, mas tinham

³⁰⁰ CHRISTO, Op. Cit. p. 65-66.

como padrinhos um ou mais integrantes deste grupo étnico. Em 32 casos temos a presença de sírios e libaneses ou descendentes com enlacs exógenos;³⁰¹ e em 47 situações, encontramos sírios e libaneses em matrimônios endógenos.³⁰² Como podemos observar no gráfico abaixo, foram 79 casamentos tendo como cônjuge pelo menos um árabe ou um descendente deles, ou seja, 59% dos casamentos aconteceram entre sírios e libaneses e 41% fora do grupo étnico. Durante este momento que analisamos, foi mais comum os casamentos internos ao grupo, principalmente no início do período imigratório.

GRÁFICO 10 – Casamentos entre pessoas de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940



Fonte: Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. 1890-1940.

Mesmo com o passar dos anos, os enlacs matrimoniais com pessoas de fora do grupo tornaram-se mais presentes, embora não o suficiente para ultrapassar aqueles realizados no interior do grupo. Os depoimentos que colhemos com pessoas do grupo étnico em questão nos ajudam a compreender esta situação. Este foi o caso de Dona Emma Jabour, descendente de libaneses. Seu pai, senhor Felipe Coury Jabour, não aceitava casamento com pessoa de outra ascendência que não a libanesa.

Como seria se você quisesse casar com alguém que não fosse descendente?

Ah, isso o papai criava o maior problema não é. Criava porque a minha irmã caçula, que faleceu muito moça, ela começou a namorar um rapazinho. E o papai um dia me chamou e falou: Você é responsável pelos irmãos, não admito que

³⁰¹ Um casamento exógeno seria aquele realizado com uma pessoa que não era árabe, ou seja, que não fazia parte deste grupo étnico.

³⁰² Um matrimônio endógeno é aquele realizado entre sírios e libaneses, dentro do próprio grupo étnico.

vocês namorem um rapaz que não seja da nossa raça. Pra ele só libanês que era bom, bom marido. Só libanês ou filho de libanês. Tanto que ele mandou vir um sobrinho dele do Líbano para casar comigo. Quando esse sobrinho dele veio eu já estava noiva. Quando eu falei com o papai que eu estava namorando ele falou: Ah fico muito triste porque eu mandei buscar o Nacif pra casar com você. [riso] Ele falou comigo. Mas quando meu primo chegou aqui graças a deus eu já estava noiva. [risos].³⁰³

(Depoimento de Emma Jabour)

No entanto, embora os casamentos realizados entre pessoas da mesma ascendência fossem preferidos, havia aqueles que buscavam seus cônjuges fora do grupo. A tabela abaixo nos indica isto.

TABELA 11 – Casamentos realizados com pessoas de outra ascendência, Juiz de Fora 1890-1940

CASAMENTOS FORA DO GRUPO ÉTNICO – 1901 A 1940			
1901-1910 02 (6,25%)	1911-1920 04 (12,5%)	1921-1930 05 (15,62%)	1931-1940 21 (65,62%)

Fonte: Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. 1890-1940.

Através dos dados analisados percebemos uma constante para todos os anos em destaque: foi mais freqüente os homens casarem-se fora do seu grupo étnico do que as mulheres. Esses matrimônios exógenos acontecerem em maior número a partir da década de 1930, onde 65,62% dos enlaces realizaram-se com pessoas de outras nacionalidades e onde houve o maior índice de mulheres casando fora da colônia, em um total de nove das onze que contraíram matrimônios externos ao meio nestes quarenta anos, ou seja, 81,8% delas. Talvez isso se explique pelo fato de já nesta década os primeiros imigrantes estarem estabelecidos e terem filhos que começam a escolher esposas de outras nacionalidades, por serem brasileiros e manterem contato direto com essas pessoas nas ruas, na escola, no trabalho e etc. É a adaptação ao meio acontecendo.

A década de 1920 teve o segundo maior percentual, 15,62%, embora muito abaixo do anterior, e conta com apenas uma mulher casando fora, em um total de 9,1%. Os anos de 1910 chegaram a 12,5% de casamentos externos e também com apenas um casamento feminino com esposo de outra ascendência, sendo igual ao do período anterior, com 9,1%. O primeiro registro de mulher árabe encontrada nos livros da Catedral que deu início ao

³⁰³ Entrevista com a senhora Emma Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 22 de janeiro de 2007.

processo de deixar o grupo e procurar um marido de outra nacionalidade foi Judith Sebastiana Miguel, que casou-se com Daniel Francisco Alves, no dia 13 de maio de 1910. Judith era filha de pai árabe (Simão Miguel) e mãe brasileira (Sebastiana Conceição Miguel), o que deve ter facilitado a aceitação de seu casamento com pessoa de outra ascendência.³⁰⁴ E por fim os primeiros anos do século XX foram os que deram início ao processo de casamentos com pessoas de outros grupos étnicos, tendo seu primeiro acontecimento em 09 de março de 1905, com o enlace matrimonial de Elias Miguel Seyde e Isabel Guerreiro.³⁰⁵ Conta com somente 6,25% do total desta modalidade de matrimônio e não possui mulheres casando fora, por estar ainda muito próximo ao início do processo imigratório. Foi mais presente neste período os casamentos endógenos,³⁰⁶ sendo que o primeiro deles aconteceu no dia 04 de março de 1905, entre Jorge José Schueri e Saline Miguel.³⁰⁷

A escolha dos padrinhos nos trazem outros indícios da adaptação, como podemos perceber nos dados das duas tabelas abaixo. Observa-se que nos casamentos entre sírios ou libaneses e descendentes, houve uma preferência por testemunhas também do mesmo grupo. Isso nos mostra que havia ainda a tentativa de manutenção das tradições – embora ao longo dos anos a inserção ao meio seja visível, com a presença dos casamentos exógenos³⁰⁸ e com o apadrinhamento de brasileiros – não só na preferência de casar-se entre os iguais, mas também na escolha dos padrinhos. Dos 47 casamentos endógenos ao grupo, 78,7% continham apenas padrinhos de origem síria ou libanesa; e 19,14%, possuíam testemunhas de origem síria ou libanesa e de outras nacionalidades. Apenas o primeiro casal deste grupo, Jorge José Schueri e Saline Miguel, que contraiu matrimônio no dia 04 de março de 1905, não deixou o nome das testemunhas e nem mesmo dos pais.³⁰⁹

³⁰⁴ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03, 1890-1923**. Op. Cit. p. 85 verso.

³⁰⁵ Idem, p. 54 verso.

³⁰⁶ Uso a palavra endógeno para me referir aos casamentos realizados entre pessoas do mesmo grupo étnico.

³⁰⁷ Idem, p. 54.

³⁰⁸ Quando uso a palavra exógeno quero dizer que seria um casamento realizado fora do grupo étnico, com pessoa de outra ascendência, que não a síria ou libanesa.

³⁰⁹ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. Loc. Cit.

TABELA 12 – Padrinhos dos casamentos entre pessoas de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940

Casamento endógenos ao grupo		Casamento exógeno ao grupo	
Com Padrinhos de origem síria ou libanesa e de outras nacionalidades	Somente com Padrinhos de origem síria ou libanesa	Com Padrinhos de origem síria ou libanesa e de outras nacionalidades	Somente com Padrinhos de origem síria ou libanesa
09 (19,14%)	37 (78,7%)	20 (62,5%)	11 (34,3%)

Fonte: Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. 1890-1940.

Entre os que casaram fora do grupo somam um total de 32 (como já apontamos anteriormente). Apenas os noivos Elias Miguel Seyde e Isabel Guerreiro, que tiveram a cerimônia realizada em 09 de março de 1905, não informaram o nome dos pais e dos padrinhos.³¹⁰ Nestes casamentos exógenos temos o inverso do que constatamos para os que foram realizados dentro do grupo, pois 62,5% dos padrinhos eram de origem síria ou libanesa acompanhados de pessoas de outras nacionalidades e somente 34,3% das testemunhas eram formadas apenas por pessoas de origem árabe. É provável que isto aconteça devido ao fato de que quando o casamento era realizado com cônjuges de outra nacionalidade (que não a árabe), este envolvia pessoas externas ao grupo em questão, como a família do noivo ou da noiva de outra ascendência e dos amigos do casal que circulavam em dois ambientes diferentes: o árabe e o brasileiro. Por isso foi mais comum haver duas testemunhas de grupos distintos no mesmo altar.

TABELA 13 – Casamentos entre brasileiros com padrinhos de origem síria ou libanesa, Juiz de Fora, 1890-1940

CASAMENTOS ENTRE BRASILEIROS – 1890 A 1940	
Com Padrinhos de origem síria ou libanesa e de outras nacionalidades	Somente com Padrinhos de origem síria ou libanesa
22 (95,66%)	01 (4,34%)

Fonte: Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. 1890-1940.

A tabela 13 nos mostra casamentos entre brasileiros e cônjuges de outras ascendências (que não a árabe), e que tiveram pessoas de origem síria ou libanesa como padrinhos. Como podemos perceber, foi mais comum a presença de duas ou mais testemunhas, onde uma delas era síria ou libanesa e a outra era brasileira ou estrangeira, o que

³¹⁰ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03, 1890-1923**. Op. Cit. p. 54 verso.

perfaz um total de 95,6%. O único caso que encontramos onde só houve a presença de padrinhos de origem síria ou libanesa foi o casamento de Manoel Alves de Carvalho e Angelina Manzotti, realizado no dia 17 de setembro de 1927, e que teve como testemunhas Abdo Name e Bichara Kalil Estefan.³¹¹ A presença de sírios, libaneses ou seus descendentes apadrinhando brasileiros nos indica que havia uma relação próxima entre estes grupos, pois o padrinho torna-se uma pessoa da família, com intensa participação na vida do casal. Esses apadrinhamentos foram comuns desde o início do século XX, pouco tempo depois destes imigrantes terem chegado à cidade (levando em consideração nosso primeiro indício encontrado, no censo de 1893), pois já em 1903, temos o senhor Nagem José Assad (sócio contribuinte da Associação Comercial e possuía um comércio)³¹² sendo testemunha do casamento entre Joaquim Mota e Sebastiana da Fonseca. Além deste matrimônio o senhor Assad foi testemunha de mais três. Mas Antônio Couri foi o que mais apadrinhou brasileiros, com a presença em cinco casamentos. Este era filho de Francisco Couri, também sócio contribuinte da Associação Comercial,³¹³ mas não temos indícios de que ele seguiu a carreira do pai, embora tenha cursado Comércio Livre Noturno no *Colégio Academia de Comércio*, em 1929.³¹⁴ Isto mostra que estes dois senhores tinham uma boa relação com os locais e eram conhecidos e considerados como amigos por estes.

Seguindo os sobrenomes dos noivos conseguimos fazer o cruzamento de dados e saber um pouco mais sobre a trajetória de vida deles. Para tanto, centramos nossa atenção apenas no casal, e não nos atemos aos pais destes, pois muitos já tiveram sua história relatada anteriormente (quando analisamos as escolas) e o que nos interessa particularmente aqui é descobrir a trajetória da nova família que se formou. Partindo deste objetivo traçado, encontramos informações sobre cinco cônjuges. Iniciemos com o casal Jorge José Schueri e Saline Miguel, primeiro que contraiu matrimônio endógeno, no dia 04 de maio de 1905.³¹⁵ Sete anos depois do casamento, temos um inventário feito por Jorge José, quando da morte de sua esposa, falecida em 07 de maio de 1912. No decorrer do documento descobrimos que o casal tinha um comércio à rua Halfeld, número 98, onde vendia-se tecidos, linhas, calças, paletós, perfumaria, batons, sapatos, dentre outros, e seus bens somavam uma quantia apreciável de 13:000\$000. Eram pais de quatro filhos, sendo eles: Benjamin Jorge José

³¹¹ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05, 1926-1934**. Op. Cit. p. 41 verso.

³¹² Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Atas da Reunião da Diretoria**, 1927-1942, p. 27-28.

³¹³ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Qualificação de sócios**. Op. Cit. 1893-1940. p. 11.

³¹⁴ Arquivo Histórico e Museu Granbery. Livros de Matrícula. Livro 3, 1926-1933 e livro 4, 1933-138.

³¹⁵ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03, 1890-1923**. op. cit. p. 54 verso.

Schueri (06 anos), Geny Jorge José Schueri (05 anos), Felipe Jorge José Schueri (02 anos) e José Jorge Schueri (01 ano).³¹⁶ Ou seja, era uma família grande, com crianças novas, mas com certa estabilidade.

Em segundo lugar temos os noivos João Gabriel Antônio e Rosa Couri Gabriel, que casaram no dia 23 de junho de 1915, e como analisamos acima, por serem sírios ou libaneses, os padrinhos também foram escolhidos dentro do mesmo grupo étnico. São eles: Malet Ahouagi e Helena Cury.³¹⁷ Dezesesseis anos depois, a Senhora Rosa Couri Gabriel, fez o inventário do marido, que faleceu em 19 de março de 1931. A família possuía bens no valor de 9:000\$000, que incluíam sete e meio alqueire de terras em Chácara e três casas no mesmo distrito. O casal tinha apenas um filho pequeno de 04 anos, Antônio João Gabriel.³¹⁸ Depois deste testamento não conseguimos mais informações sobre os integrantes deste núcleo familiar.

Felipe José é nosso terceiro cônjuge. Encontramos dados sobre seu segundo casamento, realizado com uma brasileira chamada Rosa Garcia de Figueiredo, no dia 09 de junho de 1921, e que teve como padrinhos um brasileiro (José Carvalho) e um árabe (Américo Abi-Saber), fato comum a este tipo de casamento, como constatamos acima.³¹⁹ Ele contraiu segundas núpcias com a senhora Rosa, dois anos depois do falecimento de sua primeira esposa, Fátima Maria, no dia 25 de maio de 1919. No entanto, só em 04 de maio de 1921, a fim de casar-se novamente, fez o inventário negativo de Fátima Maria, que não deixou bens. Felipe e Fátima tinham uma filha de 10 anos, chamada Aziza.³²⁰

Do quarto casal conseguimos poucas informações. Os cônjuges são Sejen Gabriel Sffeir e Zakie Mafuz Sffeir, que casaram no dia 01 de maio de 1932, e tiveram como padrinhos os senhores Simão Gabriel Sffeir e Sejen Calil Estefan.³²¹ Sabemos que Sejen era sócio contribuinte da Associação Comercial de Juiz de Fora,³²² e que tinha um comércio

³¹⁶ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. SCHUERI, Jorge José. (inventariante). Saline Miguel Said Schueri (inventariada), 1912. ID 2331, Caixa: 293-B.

³¹⁷ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03**. Op. Cit. p. 129.

³¹⁸ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. GABRIEL, Rosa Couri. (inventariante). João Gabriel Antônio (inventariado), 1931. ID 4000, Caixa: 418-B.

³¹⁹ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 03**. Op. Cit. p. 182 verso.

³²⁰ Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora. Inventários do Primeiro Ofício. JOSÉ, Felipe. (inventariante). Fátima Maria (inventariada), 1921. ID 2903, Caixa: 364-B.

³²¹ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05**. Op. Cit. p. 144.

³²² Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Qualificação de sócios**. Op. Cit. 1893-1940. p. 18.

junto ao seu irmão, chamado *Malharia Oriente*.³²³ Não conseguimos mais nenhuma informação que nos fornecesse meios para estabelecer um cruzamento de dados.

E por fim, encontramos mais um sócio da Associação Comercial, o senhor Felipe Coury Jabour.³²⁴ Ele casou-se com Angelina José Antônio, ambos libaneses, no dia 27 de fevereiro de 1930 e foram padrinhos: Miguel Jacob Antônio, Elias Jabour e Olga Jacob.³²⁵ Tiveram cinco filhos: Wilson, Emma, Leila, Nazira e Willian.³²⁶ O senhor Felipe nasceu na cidade de Beit Edine, no Líbano e veio para o Brasil em 1924, chegando ao Rio de Janeiro onde tinha um tio, porém permaneceu lá apenas alguns meses, onde mascateou na cidade de Cantagalo. Ao fazer uma visita aos pais de quem viria a ser sua futura esposa em Juiz de Fora, acabou gostando da cidade e decidiu se instalar nesta. Primeiro tentou montar um negócio em Valadares, ficando lá por um ano mais ou menos. Em seguida decidiu abrir uma loja em Juiz de Fora, na Praça da Estação, no local onde até hoje encontra-se a Associação Comercial. A sua loja era de número 48 e era chamada Casa Coury. Nos fundos de seu estabelecimento, o senhor Felipe morava junto a sua família. Em seu comércio vendia aviamentos, perfumaria, tecidos, etc. Permaneceu neste local até 1938, quando começou a construir uma casa de dois andares situada à rua Marechal Deodoro, onde no térreo seria a loja e no segundo piso a casa da família. Morou na Marechal até seu falecimento, em 1992. Sua primeira esposa faleceu precocemente, aos 39 anos, em 1952. Contraiu segundas núpcias no ano de 1956, com uma filha de libaneses da família Alcar, de Além Paraíba. Tinha boa relação com os locais, e como sabia muito bem falar e escrever o português e o árabe acabava sendo procurado por patrícios para redigir cartas para a terra natal e para traduzi-las também.³²⁷

A partir deste trabalho de análise das fontes, constatamos que durante os anos de 1890 a 1940 foi mais comum o casamento endógeno entre os sírios, libaneses e seus descendentes que viviam em Juiz de Fora. Com o passar dos anos, principalmente a partir da década de 30 do século XX, os enlaces matrimoniais externos ao grupo tornaram-se mais frequentes, porém não foram em maior número que os matrimônios realizados entre pessoas da mesma ascendência. A preferência por um noivo ou noiva de origem árabe recai na busca de manutenção das tradições do grupo e no relacionamento entre aqueles de igual cultura, pois

³²³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. LISBÔA, Octacílio. **Boletim de estatística do município de Juiz de Fora referente ao ano de 1928** – Indicador Industrial. Op. Cit.

³²⁴ Associação Comercial de Juiz de Fora. Atas da Diretoria. **Atas da Reunião da Diretoria**. Op. Cit. p. 26.

³²⁵ Arquivo da Igreja Catedral Metropolitana de Juiz de Fora. Registros e Casamento. **Livro 05**. Op. Cit. p. 98.

³²⁶ Arquivo Pessoal de Felipe Coury Jabour. Homenagem da Câmara Municipal de Juiz de Fora. p. 03.

³²⁷ Entrevista com o Senhor Wilson Coury Jabour, realizada em sua casa, na cidade de Juiz de Fora, no dia 03/10/2006. passim.

acreditava-se que assim iria haver menos conflitos.³²⁸ Dentro deste panorama, constatamos também que homens de origem síria ou libanesa eram os que mais escolhiam parceiras brasileiras ou estrangeiras, pois como apontamos anteriormente, dos 32 enlaces acontecidos fora da colônia, só 11 foram de mulheres sírias e libanesas, enquanto 21 foram de homens do grupo. O depoimento do senhor Wilson Coury Jabour, descendente de libaneses, nos esclarece como foi casar-se com uma noiva de outra nacionalidade. Ele e seu irmão Willian escolheram cônjuges que não eram filhas de libaneses. Segundo o relato do senhor Wilson, seu pai não aceitava muito o casamento com pessoas de outras nacionalidades e sua esposa era descendente de italianos.

Eu já namorava há nove anos, eu já estava com 25 anos, e o papai não queria de jeito nenhum que eu me casasse. Ele não era como os outros libaneses que queriam a todo custo, a ferro e fogo, que casassem com pessoas da mesma raça, aquilo era muito... muito levado a sério, mas com o tempo ele aceitou e, ela começou a vir a minha casa, a Maria, e se dava muito bem com as minhas irmãs, a minha mãe ainda era viva quando nós nos conhecemos então ele acabou concordando.

Interessante, o meu irmão que casou anos depois, ele casou-se também com uma moça que era de família italiana lá de Além Paraíba, Ragone, Denise Ragone. O Willian não teve este problema, mas aí já foi muitos anos depois, não é.³²⁹

(Depoimento de Wilson Coury Jabour)

Assim como acontecia no espaço escolar, os enlaces matrimoniais com pessoas de outras nacionalidades são reveladores das trocas de tradições entre os casais, firmando contato direto com uma cultura diferente daquela trazida da terra natal. Isto também é perceptível para os apadrinhamentos de casais brasileiros ou de outras ascendências. O fato de que um árabe fosse testemunha de uma pessoa fora de seu grupo, mostra que havia um grau de relacionamento muito próximo entre as duas etnias para que este convite pudesse ser feito pelos noivos. E com essas ligações firmadas, estavam estabelecidas as trocas culturais e o respeito mútuo entre duas tradições distintas.

A adaptação foi se tornando mais intensa, a partir dos contatos estabelecidos entre locais, sírios e libaneses, através dos enlaces matrimoniais (embora os casamentos endógenos fossem em maior número até 1940), dos apadrinhamentos de casais brasileiros, do contato na

³²⁸ Entrevista com a Senhora Amália Arbache Cury, realizada em sua casa, na cidade de Juiz de Fora, no dia 11/01/2007. & Entrevista com o casal Georges Sabbagh e Sônia Sabbagh, realizada em sua casa, na cidade de Juiz de Fora, no dia 12/01/2007.

³²⁹ Entrevista com o Senhor Wilson Coury Jabour, realizada em sua casa, na cidade de Juiz de Fora, no dia 03/10/2006.

Associação Comercial e na relação estabelecida pelas crianças e pelos jovens na escola. Mas e no trabalho? Esta aproximação foi também estabelecida? Houve conflitos, ou tudo foi adequando-se de forma pacífica? Será sobre estas questões que centraremos nossa atenção no próximo capítulo.

CAPÍTULO 03 – A SOCIALIZAÇÃO PELO TRABALHO

Quando eu comecei a viajar, o meu tio foi lá me dar uma força pra ver se eu ia me acostumar. Na verdade, levei seis meses até começar a entender o português. Quando chegava na casa do freguês, muitas vezes não sabia o que falar com ele, misturava o francês com o árabe e com o português. Era interessante! Tinha alguns que me compravam porque achavam graça me vendo falar. Aprendi o português no trabalho. Levei para começar a falar mais ou menos um ano.

(Depoimento de Nicolas Youssef Nakhle)³³⁰

O senhor Nicolas, filho de uma libanesa e de um sírio, nascido em Maalula, Síria, chegou ao Rio de Janeiro em 1958, motivado por problemas políticos em sua terra natal. Mesmo chegando tardiamente em relação ao nosso período de análise (1890-1940), seu relato nos ajuda a compreender uma dimensão do processo de adaptação do imigrante ao novo local escolhido para viver. Refiro-me, particularmente nesse capítulo, ao mundo do trabalho como espaço propício para a realização de trocas culturais. Foi mascateando que ele aprendeu o português, que conheceu pessoas e teve um contato mais direto com elas.

A mascateação foi a principal responsável por um contato mais próximo dos imigrantes sírios e libaneses com a população brasileira. Ao vender seus produtos de porta em porta, eles acabavam por integrar-se ao meio e conhecer as características culturais deste

³³⁰ O Senhor Nicolas Youssef Nakhle, nasceu em Maalula, na Síria, em 12/07/1937, filho de Youssef e Raja Arbache Nakhle. Hoje ele tem 70 anos. Veio para o Brasil em 1958, sozinho, por motivos políticos. Aqui no país, tinha tios e tias em São Paulo, Resende e Juiz de Fora. Dirigiu-se a esta última cidade e nela trabalhou junto a seus tios, proprietários da fábrica *Confecções Silver Ltda*, à rua Marechal Deodoro. Formou-se em advocacia, mas exerce a profissão de representante comercial. Da sua família, ele foi o único que veio para o Brasil. Tem três irmãos e uma irmã na França: três médicos (inclusive a irmã) e um engenheiro. No Líbano estão três irmãs, professoras de universidade. E na Síria tem mais uma irmã. Nicolas casou-se em Juiz de Fora com uma noiva de ascendência libanesa no ano de 1976. Desta união, nasceu Bárbara Chahar Nakhle. Nicolas já voltou à Síria e ao Líbano, e sua filha também.

país. Integração que não foi feita sem obstáculos, na medida em que a atividade de mascateação também poderia entrar em conflito com os interesses dos comerciantes já estabelecidos.³³¹

Analisar os mecanismos de adaptação e de “resistência” dos imigrantes sírios e libaneses, será o objetivo principal desse capítulo. Ao dar continuidade ao discutido no capítulo anterior, buscaremos analisar uma outra dimensão do processo de inserção deste grupo de imigrantes em Juiz de Fora ao focar, sobretudo, as relações de trabalho: Como foram recebidos? Em que trabalhavam? Como foi a relação com os comerciantes locais? Além disso, tentaremos observar as estratégias de mobilidade social, buscando discutir o mito do mascate empreendedor.

3.1 O trabalho de mascate: início de vida de muitos imigrantes sírios e libaneses

Como já constatado pela historiografia, grande parte dos imigrantes sírios e libaneses que aqui se estabeleceram acabaram por se dedicar à atividade de mascateação. Entretanto é preciso ressaltar que eles não foram os únicos e nem os primeiros. Antes deles, pessoas de outros grupos étnicos já a utilizavam como forma de trabalho. Como foi o caso dos judeus e dos portugueses. Com a abertura do processo imigratório, sobretudo a partir do final do século XIX, muitos outros estrangeiros também praticavam este ofício: italianos, alemães, russos, ingleses, dentre outros. Entretanto o que nos chama a atenção foi que para os sírios e libaneses a mascateação demarcou sua identidade, e estes ficaram gravados na memória coletiva enquanto “turcos mascates”.³³²

Embora os integrantes do grupo imigrante em questão fossem em sua maioria pequenos agricultores em sua terra de origem, no Brasil eles se dedicaram, sobretudo, ao comércio e à venda ambulante. Esta escolha foi feita devido ao fato de que quando aportaram no Brasil a realidade do meio rural era marcada por uma estrutura fundiária, na qual predominavam os latifúndios, o que tornava o acesso a terra difícil e bastante oneroso.

³³¹ OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: História Oral de vida familiar.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. p. 357.

³³² Idem, p. 356-357.

Desta forma, a opção pela mascateação mostrava-se vantajosa na medida em que, dentre outros motivos, possibilitava a liberdade para poder decidir aonde ir e quando voltar à sua terra natal (pois a venda ambulante era encarada enquanto provisória, exercida somente até a acumulação de algum pecúlio para investir em algo mais). Além disso, ser mascate não exigia grande quantidade de capital inicial (já que muitas vezes pegavam as mercadorias no crédito, por ter um fornecedor que era conterrâneo, e depois que vendessem o pagava), não demandava saber muito o idioma (aprendiam enquanto vendiam) e permitia um acúmulo mais rápido de dinheiro, já que dependia do esforço do imigrante para vender seus produtos.³³³ A presença dos pioneiros nesta atividade também favoreceu a escolha desta pelos que chegaram posteriormente.³³⁴

Entretanto, mesmo sendo esta uma profissão urbana, os sírios e libaneses mascates não ficaram presos só neste ambiente, pois muitos deles buscaram o meio rural como local de mascateação. Na virada do século XIX para o século XX, a maioria da população brasileira vivia nas áreas rurais. Situação esta que só se alterará a partir da segunda metade do século XX. De forma específica, na região de Juiz de Fora, a produção cafeeira mobilizava muitos trabalhadores, e estes passaram a preferir comprar dos ambulantes em vez de adquirir produtos, em grande parte, da venda do fazendeiro que saíam mais caros. Assim os mascates sírios e libaneses conseguiram transformar as fazendas em seu meio de ação e de boas vendas.³³⁵ Como fez o senhor José Kassis que³³⁶:

Saía com a mala para uma fazenda chamada Floresta. Atravessava a linha de trem, entrava no meio do cafezal, num caminho assim³³⁷, andava quase uma hora. Não encontrava ninguém não, só café. Aí chegava nas fazendas, vendia para os colonos e marcava. Dava cartãozinho para eles, cartãozinho comigo. Quando voltava lá eles pagavam. Raramente fintavam.³³⁸

(Depoimento do José Kassis)

A atividade de mascateação não era uma atividade isolada. Normalmente, os mascates nunca estavam completamente sozinhos em suas empreitadas. Sempre havia alguém

³³³ TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 43-47.

³³⁴ OSMAN, op. cit. p. 362-363.

³³⁵ SAFADY, Jamil. **O café e o mascate**. São Paulo: Editora Comercial Safady Ltda, 1972. p. 90.

³³⁶ Ele mascateou de 1953 até 1966. Embora esteja fora de nosso período cronológico, que tem seu limite em 1940, seu relato é muito rico no que condiz à venda ambulante. Também consideramos este relato devido ao fato de a mascateação ser algo presente na vida tanto dos primeiros emigrantes, quanto dos que chegaram posteriormente.

³³⁷ O entrevistado indicou com as mãos que o caminho era estreito.

³³⁸ Entrevista com o senhor José Kassis, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 16 de janeiro de 2007.

ajudando os primeiros que chegavam, arrumando um emprego, ensinando como vender, mostrando de quem comprar. Os amigos e os parentes eram fundamentais para o aprendizado e para o crescimento pessoal, já que quando aportavam em um novo país estes imigrantes enfrentavam toda sorte de dificuldades e os poucos recursos que podiam obter eram originários da comunidade a qual pertenciam, ou seja, de seu grupo étnico. Isto é o que podemos chamar de *capital social*, entendido aqui como uma rede de relacionamentos onde prevalece a confiança e a reciprocidade, na qual amigos e parentes ajudam-se mutuamente. É através deste *capital social*, desta ajuda mútua, que advém o sucesso desses imigrantes, pois ao firmar-se estes laços evitava-se possíveis riscos. Este *capital social* está ligado intrinsecamente ao *capital financeiro*. Era a partir destas relações de amizade e confiança dentro de um mesmo grupo étnico, que conseguia-se empréstimos em dinheiro e em mercadorias para o início da vida dos recém imigrados.³³⁹

O trecho abaixo, relato de Salim Miguel contando sobre a vida de seu pai, Yussef, que depois de ter permanecido um tempo na região do Rio de Janeiro, preferiu dirigir-se para o sul do Brasil, nos mostra exatamente a importância deste capital social para os imigrantes que haviam chegado ao país há pouco tempo. Estes recém chegados precisavam de um lugar onde pudessem comprar mercadorias a prazo, o que feito entre pessoas de mesmo grupo étnico, que se conheciam e que confiavam uns nos outros. Além disso, era imprescindível que houvesse alguém para lhes ensinar as regras da labuta diária. E só mesmo um amigo ou parente experiente para fazê-lo.

... As compras são feitas no empório dos patrícios, em consignação, para pagamento posterior, quando fosse possível (...). A primeira investida foi para Petrópolis, perto, acompanhado de um parente, que dominava os segredos da profissão (...). Explicou como o pai deveria agir. Cada país de origem pedia um modo, bom perguntar logo a nacionalidade, indagar dos primeiros tempos deles ou dos antepassados, dos problemas de adaptação; ensinava, nunca dê o preço certo da mercadoria, para realizar a venda precisa por um preço sempre mais alto, depois ir cedendo, pechinchar se chama, faz parte de um jogo milenar (...).³⁴⁰

Foi este *capital social* que possibilitou a organização da vida de muitos sírios e libaneses que chegaram a Juiz de Fora no período por nós analisado, de 1890 a 1940. Assim como para o resto do Brasil, os primeiros imigrantes que chegaram a esta cidade e até mesmo aqueles que seguiram os pioneiros dedicaram-se a mascateação. Como muitos não possuíam

³³⁹ ARAÚJO, José Renato de Campos & PAIVA, Odair da Cruz & RODRIGUEZ, Carlos L. **Imigrantes e empreendedores em São Paulo, Brasil:** desenvolvimento econômico no “melting pot” brasileiro. No prelo. 40 p. passim.

³⁴⁰ MIGUEL, Salim. **Nur na escuridão.** 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2004. p. 83, 85 e 86.

recursos para investir em uma loja comercial, saíam para vender ambulante até conseguir acumular pecúlio, o que permitiria montar posteriormente um estabelecimento.³⁴¹

Mascateavam primeiramente a pé, depois buscavam outras formas de locomoção como o trem, a bicicleta, o caminhão, além de aproveitarem as feiras existentes na cidade (nas quais expunham suas mercadorias nas bancas, geralmente aos domingos), as festas de natal e carnaval (quando abriam pequenas lojinhas temporárias), as fazendas (quando vendiam aos colonos), e também os períodos de festividades religiosas em outras cidades.³⁴²

José Kassis, em seu depoimento, nos ajuda a compreender como era o trabalho de mascate. Ele nasceu em Yabroud, Síria, e veio para São Paulo a chamado de seu irmão já estabelecido. Em 1957 veio para Juiz de Fora visitar uma sobrinha e resolveu ficar. Segundo José quando ia mascatear:

Enchia a mala com corte de calça, corte de vestido, algumas toalhas de mesa, com roupa de cama, essas coisas. E saía... Às vezes saía na cidade, o domingo e sábado entrava nas fazendas, porque nas fazendas durante a semana, não podia entrar. Proibido. Sábado trabalhava de tarde, domingo trabalhava de manhã. Nem almoçar não ia mais não. Era duas, três fazendas. Aí trabalhava, ganhava dinheiro. (...) Vendia a prazo. Naquela época o comércio não vendia a prazo, agora vende. (...) Eu dava um cartãozinho para clientes, e ficava um cartãozinho comigo. Quando chegava lá de volta, eles pagavam.

Em época de natal, de carnaval, essas coisas, eu abria uma loja onde hoje é a Farmácia Dia e Noite, na esquina da Halfeld. Lá tinha ótica, tinha loja, tudo era coisa velha. Abria lá para vender. Aí fazia feira domingo, era feira aqui na esquina Benjamin Constant, perto da Embratel mais ou menos, para aquele lado, sabe? E durante a semana mascateava. Aí no tempo de festa, por exemplo, em Congonhas do Campo, em Água Suja, em Trindade (Goiás), tinha festa religiosa da Igreja, aí eu vendia muita coisa. (...) Eu levava a mercadoria de caminhão. Alugava um cômodo, e vendia. Passava dez, quinze dias, e vinha aqui. O que sobrava vinha de volta para cá.³⁴³

(Depoimento de José Kassis)

Pela fala transcrita acima percebemos que fazia-se de tudo um pouco para comercialização dos produtos. Era comum comprar a mercadoria de algum atacadista e sair vendendo miudezas, corte de tecidos, toalhas de mesa, roupas de cama, lenços, sempre à

³⁴¹ BASTOS, Wilson de Lima. Presença do elemento estrangeiro em Juiz de Fora (Alemães, Italianos, Sírios e Libaneses). **Anais do VI Simpósio de História do Vale do Paraíba**. Juiz de Fora, s/e, 1984. p. 214.

³⁴² Conforme entrevistas realizadas com os senhores Wilson Coury Jabour (no dia 03 de outubro de 2006) e José Kassis (no dia 16 de janeiro de 2007).

³⁴³ Entrevista com o senhor José Kassis, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 16 de janeiro de 2007.

prazo.³⁴⁴ Normalmente, aqueles imigrantes que trabalhavam em lojas, logo depois da chegada ao país, pulando a etapa de mascate, eram por terem algum parente já estabelecido que lhes oferecia emprego.³⁴⁵

O tipo de moradia e as ruas onde se concentravam em Juiz de Fora também estavam relacionadas ao trabalho que exerciam. Eles se estabeleciam em sobrados, nos quais definiam que o primeiro andar seria ocupado pelo comércio, e o segundo pela residência. Havia outros que tinham sua casa nos fundos da loja.

Como já destacamos no primeiro capítulo e como indicado no relato acima, embora tenham residido em quase todos os recantos da cidade, os sírios e libaneses concentraram seus estabelecimentos comerciais na Rua Marechal Deodoro, rua sitiada no centro da cidade, próxima à estação de embarque e desembarque da linha férrea. Essa localização era privilegiada, pois possibilitava acesso fácil aos produtos comercializados por parte daqueles compradores, que tinham pouco tempo em função dos horários de chegada e partida dos trens. Além da rua Marechal Deodoro, fixaram-se também na Praça da Estação, na XV de Novembro (hoje Getúlio Vargas) e na Rua Halfeld.³⁴⁶ A instalação em ruas específicas como neste caso foi um fenômeno comum em todo o país.³⁴⁷

Um outro fator característico das relações de trabalho neste grupo étnico é a ajuda familiar. Era comum esta se dividir para ajudar os parentes no exercício da profissão. Enquanto alguns mascateavam, outros ajudavam na loja. Também tornou-se freqüente o ato de trazer conterrâneos para auxiliar no comércio próprio. Depois de já estabelecidos, muitos precisavam de mão-de-obra para auxiliá-los. Então, amigos e parentes tinham mais segurança e esperança de virem para as Américas, pois trabalhariam ao lado dos pioneiros que já sabiam como agir, o que fazer, alimentando a corrente imigratória para a região.³⁴⁸ Dona Wadya Arbex,³⁴⁹ nascida em Yabroud, Síria, veio para o Brasil em 1937, acompanhando o marido.

³⁴⁴ Idem, p. 04.

³⁴⁵ BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1988. p. 07. E dados retirados das entrevistas que realizamos com os descendentes dos primeiros imigrantes em Juiz de Fora.

³⁴⁶ ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e Libaneses: redes familiares e negócios, In: BORGES, Célia Maia. **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000, p. 200.

³⁴⁷ Para melhor compreensão deste ponto, ver capítulo 01.

³⁴⁸ ARBEX, Alberto Ibrahim. A colônia síria em Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, 49-54, janeiro de 1965. p. 49-50.

³⁴⁹ Dona Wadya Arbex, nascida em 01/11/1914, hoje com 93 anos, filha de Iskandar Arbex (em português, Alexandre) e de Maria Arbex. Ela casou-se ainda em sua terra natal. Depois do casamento vieram para o Brasil. Wadya deixou cinco irmãos na Síria. Mas com o tempo muitos deles emigraram, só permanecendo dois neste país. Um de seus irmãos veio com sua família para o Brasil, depois dela, instalando-se definitivamente em Volta Redonda. Uma foi para um convento e outro foi para a França, ser professor. Wadya teve cinco filhos: Tufic (contador), Nadime (fez curso de Máquinas e Motores), Samir (Contador), Chafic (não terminou nenhum curso) e Maria Helena (formada em Letras). Nenhum dedicou-se ao comércio, atividade do pai.

Ao falar de seu cônjuge e da família dele, ela destaca que: *“Ele primeiro trabalhou em Rezende, ele com os pais dele com uma loja de tecidos. Em Juiz de Fora, a família montou a loja “Casa Vitória”, também de tecidos. Como o pai dele era mais de idade, os filhos ajudavam. O irmão dele mascateava, os dois mascateavam, e o outro irmão ficava na loja com o pai dele, pra poder ajudar”*.³⁵⁰

No entanto os laços de ajuda não vinham somente da família, mas também, das associações entre patrícios (conterrâneos) em algum empreendimento. Este ponto pode ser observado em um documento do ano de 1918, que pede a transferência de uma firma para outro nome, devido a uma recente associação.

Amigo e Snr:

Temos a honra de levar ao seu conhecimento que em 6 de Setembro do corrente anno e em substituição a firma “Nagem José Assad”, constituímos uma sociedade comercial sob a razão de “N. Assad & Irmão”, à Rua Halfeld, n. 558, para a exploração do commercio por atacado e a varejo, em fazendas, armarinhos, chapéos, modas, enchovaes, alfaiataria, e outros artigos, etc, da qual fazem parte como sócios solidários os srs. Nagem José Assad e Mario José Assad, e como interessado o sr. Abrahão José Assad, conforme contrato registrado na Junta Comercial, sob o número 3825, de antemão rogamos tomar nota de nossas assignaturas abaixo e nos firmamos.

N. Assad & Irmão.³⁵¹

Além da mascateação propriamente dita e da criação de lojas comerciais, sozinhos ou em sociedade com parentes e amigos, muitos imigrantes recorriam a uma outra forma para comercializar suas mercadorias. Refiro-me às feiras semanais que ocorriam na cidade de Juiz de Fora, que também podem ser percebidas como um desdobramento da atividade de mascateação. Acima, no relato de senhor José Kassis, este nos informa que era mascate, porém procurava vender suas mercadorias em outros locais também, como nas festas religiosas, em pequenas lojas na cidade (quando estava próximo o natal e carnaval), e nas feiras. Nestas, sírios e libaneses expunham seus produtos em bancas, em um local organizado, geralmente em uma rua específica, como na que era freqüentada pelo senhor José Kassis, que ficava na esquina da rua Benjamim Constant. Para participar destas feiras livres, era necessário fazer um requerimento e enviar a Prefeitura, pedindo licença e avisando o que iria ser vendido pelo requerente. Abaixo podemos ver como era este pedido.

³⁵⁰ Entrevista com a senhora Wadya Arbex, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 03 de janeiro de 2007.

³⁵¹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. N.ASSAD & Irmão. [Circular da firma N. Assad & Irmão, pedindo a substituição do nome de sua firma]. Juiz de Fora 08 de fevereiro de 1918. Série 84/03. Caixa 88.

O abaixo assignado, residente à rua Marechal Deodoro, nº 24, de conformidade com o art. 8 do Regulamento de Feiras Livres, respeitosamente requer a V. Ex. permissão para concorrer a Feira Livre do próximo dia 27 de julho corrente, para expor a venda os seguintes artigos: meias de seda e algodão, tecidos de malha, fazendas, armarinhos, etc.

Por ser de justiça, espera ser atendido.

Juiz de Fora, 26 de julho de 1924.

Antônio Jorge³⁵²

Eram expostas nestas feiras livres mercadorias diversas, como fazendas, tecidos, meias, armarinhos, gravatas, colarinhos, roupas feitas, brinquedos, artigos de barro, gêneros alimentícios, ou seja, tudo aquilo que eles comercializavam como mascates ou enquanto pequenos lojistas. Era uma forma a mais de conseguir comercializar seus produtos, já que durante a semana trabalhavam em seus estabelecimentos comerciais ou em suas vendas ambulantes, e no final de semana buscavam um dinheiro extra nas feiras.

Mas a entrada dos sírios e libaneses no ramo comercial foi marcada apenas pela tranqüilidade e boas vendas? Eles podiam comercializar seus produtos onde bem desejassem, sem ter conflitos com ninguém? Como os locais, principalmente os comerciantes estabelecidos, viam o trabalho destes mascates e lojistas sírios e libaneses?

3.2 A alteridade e seus conflitos: das reclamações escritas aos crimes de lesão corporal

As questões acima apresentadas, no geral, podem ser respondidas de forma negativa. Isto é, os conflitos faziam parte da vida cotidiana de muitos sírios e libaneses que procuravam inserir-se na sociedade juizforana. Estes eram em maior número de caráter sócio-econômico do que étnico-cultural. Isto porque havia brigas estabelecidas não só com os locais, como também dentro do próprio grupo, devido a dívidas em geral.

Em nossa análise, classificamos os conflitos como sendo de dois tipos: em primeiro lugar, temos as reclamações escritas principalmente feitas por comerciantes estabelecidos e fiscais da receita municipal contra os mercadores ambulantes. Estas eram veiculadas em

³⁵² Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. JORGE, Antônio. **Requerimento para concorrer à feira livre**. 26/07/1924. Série 104. Caixa 100.

jornais, nas atas da Associação Comercial de Juiz de Fora, em documentos feitos por chefes de polícia e petições/correspondências enviadas à Câmara Municipal, as quais contribuíram para a implantação de resoluções por parte do poder público no sentido de dificultar o trabalho destes mascates. Em segundo lugar, temos os conflitos que tinham como marca a mudança da queixa escrita para a agressão corporal de fato ou para o insulto pessoal, perceptíveis através da análise dos processos crime e dos processos de calúnia e injúria.

3.2.1 Mercadores ambulantes: problema para o comércio local

As queixas escritas contra os vendedores ambulantes em Juiz de Fora foram várias. Muitas delas ajudaram na elaboração de leis mais severas contra o trabalho destes. Se essa legislação não atingia somente os mascates sírios ou libaneses, é interessante observar que o crescimento do seu rigor coincidiu com o período de uma maior presença desses imigrantes na sociedade juizforana. Como exemplo disto, temos a Resolução da Câmara Municipal de número 119 de 19 de dezembro de 1892, que regulava o imposto predial e o imposto sobre indústrias e profissões e determinava o pagamento de 500\$000 anuais pelos “*mascates de jóias, ou de fazendas, ou de roupas feitas, ou de calçados, ou de objetos de armarinho, ou de outros tipos de mascateação*”. Esta atribuía à profissão de mascate uma tarifa especial, no mesmo nível do que era cobrado para os agentes ou mercadores de bilhetes sem estabelecimento, e maior do que o imposto cobrado aos diretores ou gerentes de banco, que tinham que pagar 200\$000, por exemplo.³⁵³ Isto dificultava aqueles que escolheram esta profissão a fim de acumular pecúlio de maneira mais rápida e fácil.

Se a Resolução 119 procurava dificultar a atividade de mascateação através do alto valor do imposto cobrado, as dificuldades para o comércio ambulante aumentaram em 1894 com a aprovação pela Câmara Municipal da Resolução 318, que estabelecia:

... Art. 1º. É proibido aos mercadores ambulantes negociarem aos domingos no perímetro da cidade sob as mesmas penas cominadas na Resolução n. 290 de 16 de agosto do corrente anno aos seus infractores.

Art. 2º. Aos mercadores ambulantes que em qualquer dia do anno forem encontrados sem a competente licença, quer na cidade, quer no município, serão apreendidas as mercadorias pelo respectivo funcionário municipal e para somente

³⁵³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **Regula o imposto predial e o imposto sobre indústrias e profissões.** Resolução nº. 119 de 19 de dezembro de 1892.

serem restituídas depois de paga licença devida e as multas em que houverem incorrido...³⁵⁴

Apesar das tentativas de regular e conter a atividade de mascateação, os delegados de polícia continuavam reclamando destes mercadores ambulantes, pois muitos conseguiam uma forma de driblar esta série de restrições, e os fiscais da receita tinham dificuldade de lidar com eles e de exercer seu trabalho de forma plena. Percebemos isto claramente no Relatório apresentado pelo Diretor de Polícia Municipal (em 17 de outubro de 1895) ao Vereador Padre João Emílio Ferreira da Silva, onde reclama que os mercadores ambulantes mentiam para os fiscais apresentando licença de outra pessoa afirmando ser a sua. Como até este momento a Polícia e mesmo a Câmara não tinham um controle destes, não podiam saber se o documento apresentado era mesmo da pessoa. Segundo o chefe de Polícia:

Grande número de mascates percorre todos os districtos do município, offerece suas mercadorias sem pagar o imposto, prejudicando assim a municipalidade, aos que pagam e ao comércio fixo.

Por várias vezes tenho expedido circular aos Agentes Municipais, recomendando-lhes severa vigilância sobre os mascates e mandando apreender as mercadorias dos que forem encontrados sem licença.

Essa providência raras vezes tem produzido resultado satisfatório porque apreendida a mercadoria, allega o dono haver deixado nesta cidade a licença respectiva, pelo receio de perdê-la, áqui comparece e leva alguma das licenças pagas pelos patrões (...), a vista da qual o agente municipal restitui a mercadoria apreendida.

E isto dá-se repetidas vezes, porquanto os referidos mercadores arditosamente trocam os nomes ou retiram-se de um para outro districto ou para o município vizinho e ali continua da mesma forma a iludir os fiscais.

Julgo, portanto inadiável a decretação da lei mandando matricular e numerar os ditos vehiculos bem como determinando a obrigatoriedade de trazerem os alludidos mercadores o Talão da licença collado na parte interna da tampa das respectivas ambulâncias.³⁵⁵

A Resolução 372, de 20 de Maio de 1896 veio transformar em lei o que foi pedido pelo chefe da Polícia. Esta estabelecia que todas as ambulâncias dos mascates fossem matriculadas anualmente, no mês de janeiro, recebendo um número que corresponderia a ordem da respectiva matrícula que seria inscrita em um livro onde constariam o nome de seus donos. O talão de pagamento seria colado na parte interna da tampa da “ambulância”, para

³⁵⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **Dispõe sobre mercadores ambulantes.** Resolução nº. 318 de 31 de dezembro de 1894.

³⁵⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. GAMA, Cornélio. (Diretor de Polícia Municipal). **[Relatório apresentado ao Vereador Padre João Emílio Ferreira da Silva, sobre o controle dos mascates]**. Juiz de Fora, 17 de outubro de 1895. Série 44/7. Caixa 71. O Padre João Emílio exigiu ao diretor de polícia a apresentação deste relatório.

quando os fiscais encontrassem com o mascate, soubessem se eles estavam em dia com os impostos ou não.³⁵⁶

Acrescenta-se às tentativas de controle sobre a mascateação o previsto na Resolução da Câmara Municipal de número 385 de 10 de outubro de 1896, que obrigava os mercadores ambulantes a pagar a licença referida anteriormente tantas vezes quantos fossem os distritos nos quais viessem a exercer sua profissão.³⁵⁷ Essa nova resolução servia como um desestímulo para a comercialização das mercadorias em várias regiões, na medida em que era próprio da atividade de mascateação o deslocamento de localidade a localidade, muitas vezes ultrapassando os limites da região, sem mesmo terem programado isto.

Mas os vendedores ambulantes não eram problema somente para os fiscais da receita municipal. Estes eram também muito mal vistos pelos comerciantes fixos, por não pagarem os impostos por não precisarem de empregados, por não pagarem aluguel, por apresentarem produtos mais baratos e mais acessíveis à população. Vários protestos foram feitos pelos comerciantes locais e mesmo pela Associação Comercial. Estes apelos se tornaram mais freqüentes a partir de 1909, quando a Resolução de número 645, de 02 de Outubro, passou a taxar em 3ª classe da Tabela A, os mercadores ambulantes de fazendas em pequena escala em 50\$000 ao ano.³⁵⁸ A Associação Comercial apela contra este fato:

(...) abusivo, que se dá na cidade e no município, da invasão de mascates ambulantes, que, acobertados por taxas favoráveis de impostos, vêm fazendo enorme mal e entervando até certo ponto, a acção do comércio legítimo e localisado.

Assim também os denominados agentes comerciais, por outro lado, falseiam a classificação por que são taxados, visto como, subtende-se agente commercial aquelle que vende por amostras e não quem dispõe de mercadorias stockadas para venda como aqui acontece.³⁵⁹

O descontentamento dos comerciantes locais frente ao problema da mascateação resultou em várias reclamações dirigidas ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal.

³⁵⁶ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **Que ordena a matrícula annual das ambulâncias de mascates e mercadores ambulantes, tanto na cidade quanto no município de Juiz de Fora.** Resolução nº. 372 de 20 de maio de 1896.

³⁵⁷ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **Obriga os mercadores ambulantes a pagarem a licença devida a Câmara Municipal tantas vezes quantas forem os districtos em que exercerem profissão.** Resolução nº. 385 de 10 de outubro de 1896.

³⁵⁸ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **Contém o orçamento do Município para o exercício de 1910 e outras disposições.** Resolução nº. 645 de 02 de outubro de 1909.

³⁵⁹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. **[Reclamação contra as taxas favoráveis reservadas aos mercadores ambulantes].** Juiz de Fora, 7 de abril de 1914. Série 202.Caixa 128.

Nessas reclamações ressaltam que a diminuição do imposto sobre o comércio ambulante de fazendas em pequena escala para 50\$000:

... veio abrir a porta a mascates de fazendas finas, sedas, linhos, casemiras, rendas, etc, etc, que trazendo para esta cidade grandes stocks os depositam em quarto de hotel e fazem pequena e diária mascateação, offerecendo de porta em porta e oppondo seria concorrência aos abaixo assignados que com eles não podem competir, pelas múltiplas despesas a que estão sujeitos, de aluguéis, licenças, luz, empregados, etc. Os supplicantes, assim lesados em seus interesses, vêm reclamar de V. Ex^a, a revogação daquelle artigo, restabelecendo a primeira taxação de 500\$000 annuaes, para os mascates, sem excepção.³⁶⁰

Percebemos que o comércio local sentia-se ameaçado pelos mercadores ambulantes, e protestava exigindo da polícia um maior controle dos mascates que não estavam em dia com seus impostos, e reclamando à Câmara Municipal providências urgentes para inibir a expansão destes na região. A solução para o comércio local seria o retorno à taxação anterior de 500\$000 para este tipo de profissão, determinada na Resolução de número 119, de 19 de dezembro de 1892.³⁶¹ Isso demonstra que a inserção dos mascates (sírios e libaneses, mas também de outros grupos étnicos) na localidade juizforana não foi tranqüila, antes sim cheia de conflitos e problemas.

Os jornais também nos oferecem dados que indicam este desentendimento entre mascates, delegados de polícia e comerciantes estabelecidos. O *Jornal do Comércio* exalta-se por ter sido o primeiro a alertar todo o povo sobre os problemas trazidos pelos mercadores ambulantes. No dia 08 de abril de 1914, esse jornal publicou uma notícia sobre os abusos cometidos por estes trabalhadores, que atrapalhavam a classe comercial juizforana, “*elemento estável e definitivo*” de que dispunha a sociedade para chegar ao progresso.³⁶²

Como se sabe, o negociante ambulante, munido de um simples alvará, de uma licença, póde sahir para a rua negociando em todo ou qualquer gênero, quando os comerciantes são averbados e pagam impostos distintos, conforme as mercadorias que formam o seu gênero de mercancia. Ora, ahi esta uma excepção odiosa e monstruosa; a licença ou alvará é adquirida por uma quantia muito inferior aos impostos pagos pelos commerciantes fixos, mas os ambulantes podem vender os mesmos gêneros que estes, prejudicando-os enormemente com a escandalosa ‘chantage’ das vendas em prestações.³⁶³

³⁶⁰ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. [Reclamação contra a menor taxação reservada aos mascates ambulantes]. Juiz de Fora, 31 de maio de 1911. Série 123/01. Caixa 115.

³⁶¹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Resolução nº 119 de 19 de dezembro de 1892. op. cit.

³⁶² JORNAL DO COMÉRCIO. Notas e Notícias. 08/04/1914. p. 01, coluna 01 e 02.

³⁶³ Idem. Loc. Cit.

Ainda nesta mesma notícia, há a comparação destes mascates às tanajuras, devido ao seu grande número na localidade: “*os vendedores ambulantes estão aparecendo em chusmas assustadoras, como as tanajuras*”.³⁶⁴ Aponta também que estes têm um só desejo: “*enganar o fisco, pregar calote ao erário público*”.³⁶⁵

Entretanto a matéria veiculada no *Jornal do Comércio* nos apresenta uma outra dimensão desse conflito. Chama-nos à atenção a acusação de que estes mascates não estavam só furtando os cofres públicos e o comércio local, como também estavam enganando o povo, pois ao vender a prestações estariam tendo lucros abusivos. E se o comprador não pagasse na hora marcada o produto era pego de volta, sem nenhuma tolerância. Podemos perceber isto a partir do trecho abaixo retirado do *Jornal do Comércio* de 12 de junho de 1914.

Adoptando o sistema da venda em prestações, o mascate, o bufarinheiro colhe bons resultados em seus negócios, agindo invariavelmente do seguinte modo (...) Vendem suas mercadorias a praso, mas por um preço que é, muitas vezes, o triplo do valor real, sujeitando-se ao pagamento em prestações semanais cobráveis todos os sabbados. Muitas vezes, porem, o comprador não tem, na hora da chegada de tão **perigosos credores**, o dinheiro suficiente para a prestação e pede para que eles venham mais tarde, no mesmo dia, a fim de ser effectuado o pagamento. A isso, porem, não se sujeitam os **espertalhões**; exigem prompta prestação **sob ameaça**, que executam apressadamente, de levar o objecto vendido, sem voltar o dinheiro que receberam. Tem acontecido que por uma ou duas prestações, pessoas de classe mais baixa, se vêem privadas dos objetos comprados, enquanto os **traficantes**, serenamente, dentro do indifferentismo da lei, engordam e prosperam com escândalo. Trata-se de um **furto** claríssimo de um crime a que é preciso por cobro.
³⁶⁶ (negritos meus)

A matéria acima tem o claro objetivo de construir uma imagem negativa dos vendedores ambulantes, a fim de que diminuíssem em número e não atrapalhassem o comércio local. Neste trecho percebemos a intenção de mostrar aos mais interessados, no caso, os compradores, o perigo que corriam ao negociar com estes *bufarinheiros*.³⁶⁷ Além de roubarem do comércio local e dos cofres municipais, também furtavam a população. As palavras utilizadas para qualificar estes mascates são taxativas e diretas: perigosos credores, espertalhões, traficantes. Ao colocar todos os mercadores ambulantes no mesmo patamar, a matéria não reconhecia a possibilidade de que nem todos os ambulantes se comportavam dessa maneira.

³⁶⁴ **JORNAL DO COMÉRCIO**. Os problemas da vida. 15/10/1914. p. 02, coluna 01.

³⁶⁵ *Idem*.

³⁶⁶ **JORNAL DO COMÉRCIO**. Vendedores ambulantes. 12/06/1914. p. 01, coluna 03 e 04.

³⁶⁷ Bufarinheiros são vendedores ambulantes de quinquilharias e bugigangas.

Para completar a campanha contra “mascates desonestos”, o mesmo jornal lançou em 18 de junho de 1914, uma matéria com uma situação real de uma compradora que foi lesada em seus direitos por um ambulante.

Uma senhora, residente á rua Fernando Lobo, comprou de um destes mascates, por preço razoavel, uma peça de fazenda, mediante a garantia que lhe deu o vendedor de ter a peça um certo numero de metros. Comprada a fazenda, retirou-se o homem e foi offerecer as mercadorias a uma familia das immediacoes, a dez ou vinte passos de distancia, quando foi de novo procurado pela compradora, que pretendia devolver a fazenda, visto não encontrar o numero de metros ajustados. Foi um escandalo. O formidavel comerciante não quis por cousa alguma deste mundo restituir o dinheiro e carregar a fazenda, allegando que si tivesse realmente os metros que si affirmou ter, a peça valeria o dobro. E desceu a rua, cheio de pompa...³⁶⁸

O objetivo principal desta notícia foi de mostrar a população que o que estava sendo dito pelos jornais, pelos comerciantes e pelos delegados de polícia era verdade. O impacto deve ter sido muito maior, na medida em que o fato teria acontecido com uma moradora local, possivelmente conhecida de muitos dos leitores.

Estas reclamações e estes julgamentos não eram apenas creditados aos sírios e libaneses que exerciam a mascateação. Mas também era um rótulo imposto a todos estrangeiros que fossem mercadores ambulantes ou pequenos comerciantes. Prova disto são as queixas feitas contra a presença de mascates alemães e italianos no centro desta mesma cidade, pois atrapalhavam a tranqüilidade pública, já que estavam trabalhando no meio comercial.³⁶⁹ Pode-se inferir que todos aqueles grupos de imigrantes que trouxessem algum “perigo” para os comerciantes mais antigos eram considerados inconvenientes.

Esta atitude por parte dos comerciantes locais era defensiva. Os julgamentos de valor e as reclamações expressavam a visão de uma camada social ameaçada.³⁷⁰ É um quadro característico das relações entre *estabelecidos* e *outsiders*.³⁷¹ Os comerciantes, que fazem parte do primeiro grupo, já vivendo há mais tempo naquele local e sendo conhecedores das regras deste, se assumiam enquanto superiores; e os mascates, particularmente os sírios ou os libaneses, seriam os *outsiders*, chegados recentemente, não se enquadrando e nem mesmo

³⁶⁸ **JORNAL DO COMÉRCIO**. Vendedores ambulantes. 18/06/1914. p. 01, coluna 01 e 02.

³⁶⁹ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1991. p. 67, 116.

³⁷⁰ FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04.p. 24.

³⁷¹ Estes dois conceitos são a base de um estudo de Nobert Elias sobre as relações estabelecidas em uma determinada comunidade. NORBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

conhecendo a tradição local, faziam frente a este grupo mais antigo, esforçando-se por melhorar sua situação, mas não desejando perturbar ninguém. Os *estabelecidos*, sentindo-se incomodados com a presença deste novo grupo, utilizavam-se do preconceito, da segregação e da provocação, para ir contra aos recém ingressos que ameaçavam seu estilo de vida.³⁷²

As notícias veiculadas no *Jornal do Comércio*, com seu caráter de julgamento, de desaprovação, de ataque, eram uma forma de enfrentar o desconhecido que os estava atrapalhando e de fazer com que o povo (que era quem comprava) desconfiasse destes mercadores. Assim não tendo para quem vender, não conseguiriam permanecer nesta profissão e de forma simplista o problema estaria solucionado.

3.2.2 Lesões corporais e ofensas pessoais: outra forma de expressão dos conflitos

A turca Anna Pedro, mascateadora, dirigiu-se hontem á casa de uma sua devedora, de nome Ambrosina, á rua de Santa Rita, afim de cobrar-lhe a quantia de 14\$000.

Como Ambrosina dissesse não ter o dinheiro naquelle momento a turca esbofeteou-a e arrancou da parede um relógio pertencente á sua devedora, pretendendo pagar-se por esse meio.

Anna Pedro foi presa pelo agente Costa, á ordem do sr. Delegado, e vae ser multada, visto ter-se verificado estar ela mascateando sem a competente licença.

As fazendas que estavam em seu poder foram apprheendidas pelo agente municipal do primeiro districto.³⁷³

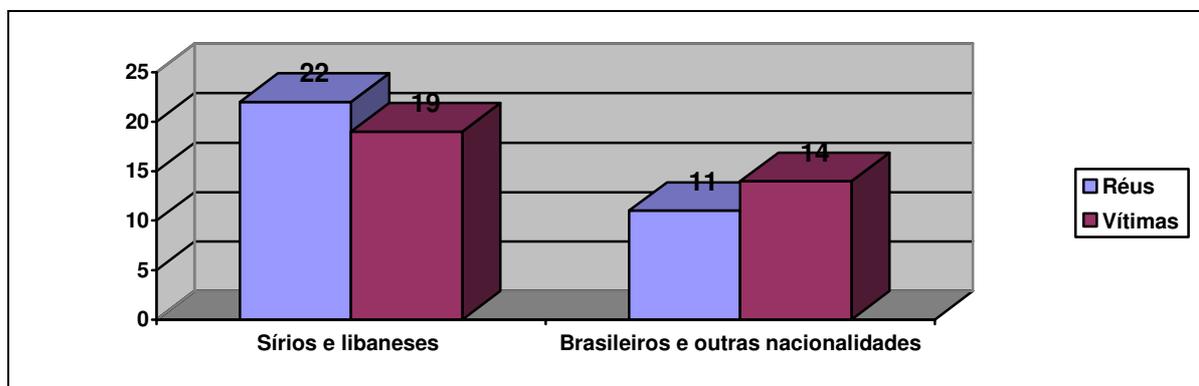
Esta notícia foi veiculada no *Jornal do Comércio* do mês de agosto de 1897. Ela nos impressiona por dois motivos. O primeiro, pela data de sua ocorrência, 1897, bem próximo ao início de nosso período de análise. Segundo, por ser uma mulher mascateando. Este fato é único em todas as fontes que pesquisamos. Mas o que não é incomum é o conflito relatado nesta matéria. Houve muitos casos de lesão corporal ocorridos no exercício da profissão, movidos em grande parte por dívidas.

Analisando os processos crime entre os anos de 1890 a 1940, encontramos 26 casos de lesão corporal envolvendo sírios e libaneses e a população local, incluindo os nacionais e imigrantes de outras nacionalidades. O gráfico abaixo nos indica a quantidade de vítimas e réus durante estes anos e quem mais cometia este tipo de crime.

³⁷² Idem, passim.

³⁷³ JORNAL DO COMÉRCIO. 11/08/1897. p. 01, coluna 01.

GRÁFICO 11 – Vítimas e Réus nos Processos crime de Lesão corporal, Juiz de Fora, 1890 a 1940



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processos Crime de Lesão corporal. 1890-1940.

O gráfico nos apresenta um total de 33 réus e o mesmo número de vítimas. No entanto, em nosso trabalho de pesquisa, encontramos apenas 26 processos. Esta diferença numérica entre a quantidade de processos encontrados e o total de réus e vítimas, aconteceu devido às características de alguns crimes. Em sete processos os envolvidos foram citados, ao mesmo tempo, como agredidos e agressores. Dessa forma, os envolvidos destes processos crime foram contabilizados tanto como vítimas quanto como réus. Isso explica o aumento destacado acima, de sete agressores e sete agredidos, quando só tínhamos em mãos 26 processos.

Percebe-se que os sírios ou libaneses aparecem nos processos mais como réus (22 processos) do que como vítimas (19 processos). Já os brasileiros e pessoas de outras nacionalidades, quando se envolviam em confusões com integrantes do grupo étnico em questão, apareciam mais como agredidos (14 processos) do que como agressores (11 casos). Ao iniciarmos este estudo, partilhávamos da hipótese de que os sírios, os libaneses e seus descendentes seriam mais vítimas que réus, já que estes estariam passando por um processo de adaptação a uma cidade e a uma cultura diferentes, podendo incomodar quem já estava “estabelecido” nesta. No entanto após a análise destes dados, constatamos que aconteceu o contrário, tendo os integrantes deste grupo étnico praticado mais agressões do que as recebidas. Talvez isto possa ser explicado pela dificuldade encontrada pelos sírios e libaneses para abrir um processo contra seu agressor, por vários motivos: por problemas lingüísticos, por própria falta de documentação, por receio de perseguição, dentre outros. Além disso, temos que considerar que muitos conflitos que aconteceram não tornaram-se processos.

Mas essa situação foi comum a outros imigrantes. Deivy Carneiro, ao estudar os conflitos envolvendo alemães na cidade de Juiz de Fora no período entre 1858-1921, também perseguiu a hipótese de que estes seriam os mais ofendidos. Mesmo que o historiador esteja tratando de crimes de ofensas verbais e não de lesão corporal (como é o nosso caso), a conclusão a que chegou Deivy Carneiro nos serve como base de comparação. Segundo Carneiro, ao analisar os documentos, constatou que este grupo étnico era o que mais praticava agressões, pois num total de 26 processos analisados, em 18 deles alemães eram os réus.³⁷⁴

A maioria dos sírios ou libaneses acusados de praticarem lesões corporais era composta por comerciantes ou mercadores ambulantes. Um caso é exceção: a briga entre a doméstica síria, Helena Elias Arbex e o comerciante Abdo Felipe, que foram réus e agressores ao mesmo tempo. No dia 30 de agosto de 1937, dona Helena, ao saber que a filha do senhor Abdo agrediu a sua, pegou uma régua de madeira e bateu na mulher de Abdo, dona Affifa, e na filha dela, Violleta. Ao ouvir a gritaria Abdo acordou, segurou Dona Helena e deu pancadas nela.³⁷⁵

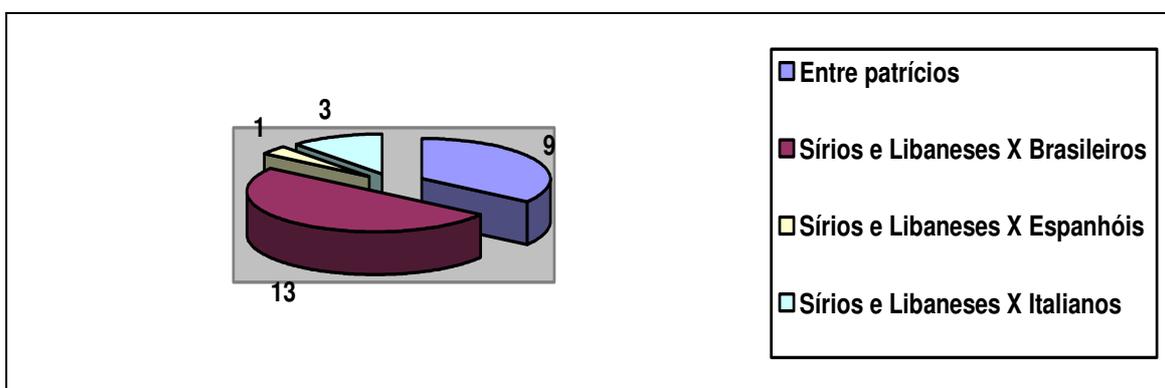
Como podemos ver no gráfico abaixo, os conflitos envolvendo sírios ou libaneses ocorriam em maior número com brasileiros, contabilizando 50% das situações. Em segundo lugar, temos aquelas lutas corporais que aconteciam entre patrícios (total de 34,61%), estas foram seguidas pelas brigas com italianos (11,53%) e por fim, com apenas uma ocorrência, temos um conflito de um “turco” Felipe Antônio, comerciante, com um espanhol, chamado Vicente Ramiro Servante, de apenas oito anos de idade. No dia 17 de janeiro de 1894, Vicente entrou escondido na casa de Felipe, e este descobrindo o menino, feriu-o com um canivete.³⁷⁶

³⁷⁴ CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (JF – 1858-1921). Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. p. 133.

³⁷⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 30/08/1937. Caixa 162, série 28.

³⁷⁶ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 17/01/1894. Caixa 101, série 28.

GRÁFICO 12 – Conflitos entre pessoas de origem síria ou libanesa e outras nacionalidades, Juiz de Fora, 1890-1940



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processos Crime de Lesão corporal. 1890-1940.

Apesar dos conflitos, os processos criminais são indicadores importantes para observarmos o grau de inserção desses imigrantes no seio da sociedade juizforana. Um dos mecanismos para perceber isso foi a análise das testemunhas favoráveis as vítimas que constavam dos processos crime encontrados. Quando o agredido era brasileiro, italiano ou espanhol, não encontramos nos depoentes favoráveis a estes nenhum sírio ou libanês, mas somente pessoas de outras nacionalidades, como brasileiros, italianos, espanhóis e portugueses. Trocando em miúdos, quando os réus eram sírios ou libaneses, não havia nenhuma testemunha de acusação que fosse patrício.

Por sua vez, quando analisamos os dezenove processos nos quais os sírios ou libaneses aparecem na condição de agredidos/vítimas, encontramos testemunhas solidárias com as vítimas de diferentes nacionalidades: os próprios “patrícios” (sírios ou libaneses), italianos, portugueses e brasileiros. Isto demonstra uma boa relação entre sírios, libaneses e a população local. Mesmo que um italiano tenha feito parte das testemunhas por apenas ter visto a confusão e não por ser amigo da vítima, ele deu seu depoimento de boa vontade, o que nos indica que mesmo que não houvesse uma relação de amizade entre eles, também não havia uma rixa, já que aceitou depor a favor do agredido.

Para exemplificar a situação acima delineada, temos dois casos. O primeiro aconteceu no dia 14 de setembro de 1896, entre Domingos de Souza, trabalhador rural e brasileiro (agressor) e Acite Francisco, mascate e “árabe”. Acite estava mascateando próximo a fazenda *Passo da Pátria*, quando foi atacado por uma bando de trabalhadores liderado por Domingos de Souza. O crime foi realizado a mando de Ernesto Marcelino, comerciante local, que queria espantar Acite dali para este não mais atrapalhar as vendas em sua casa comercial.

Os réus bateram em Acite, roubaram suas fazendas, seu animal e seu dinheiro.³⁷⁷ Neste caso, as testemunhas solidárias à vítima eram de nacionalidade brasileira e italiana.

O segundo processo crime que citaremos teve como testemunhas favoráveis ao agredido tanto brasileiros quanto árabes. O crime aconteceu no dia 11 de agosto de 1932, entre Joaquim Corrêa Netto (comerciante, agressor) e Emílio Ahouagi (comerciante, vítima), em um bar durante um jogo de pocker. Após ter perdido a aposta feita com Emílio Ahouagi, Joaquim Netto levantou-se da mesa revoltado e atirou uma cadeira contra Emílio, alegando ter este o roubado no jogo.³⁷⁸

Em quatro dos dezenove processos, percebemos que todas as testemunhas favoráveis às vítimas sírias ou libanesas eram de nacionalidade brasileira. Notamos que isto acontecia quando os agredidos eram descendentes dos primeiros imigrantes sírios e libaneses. Isso também demonstra uma boa relação com os locais, um respeito mútuo.

Por fim, temos um único processo no qual as testemunhas favoráveis à vítima eram todas árabes. Trata-se do conflito ocorrido no dia 25 de outubro de 1895, tendo como agressores Miguel Anelli, Sabi Anelli e Nagib Anelli, comerciantes, de nacionalidade “turca”; e como vítima Phelipe Antônio, comerciante, “turco”. Neste dia, Miguel dirigiu-se à loja de Phelipe desejando levar algumas fazendas para vender ambulante. No entanto, devido a um débito que Miguel tinha na loja, Phelipe não o deixou levar novas mercadorias, enquanto não quitasse sua dívida. Por este motivo, Miguel chamou seus irmãos e desferiram facadas no agredido.³⁷⁹

Mas quais seriam as causas geradoras destas agressões? A tabela abaixo nos indica que eram várias.

³⁷⁷ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 14/09/1896. Caixa 107, série 28.

³⁷⁸ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 11/08/1932. Caixa 156, série 28.

³⁷⁹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 25/10/1895. Caixa 105, série 28.

TABELA 14 - Motivos dos conflitos que envolveram sírios, libaneses ou seus descendentes, Juiz de Fora, 1890-1940

Motivos dos conflitos	Frequência
Motivos frívolos	09
Cobrança de dívidas contraídas por “patrícios”	06
Problemas gerados no exercício da atividade profissional	05
Cobrança de dívidas contraídas por pessoas de outras nacionalidades em estabelecimentos comerciais de sírios ou libaneses	03
Concorrência comercial considerada como desleal	01
Invasão de estabelecimento comercial	01
Problemas de convívio entre vizinhos	01
TOTAL	26

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processos Crime de Lesão corporal. 1890-1940.

O motivo que mais levou a formação destes processos de lesão corporal foram aqueles que denominamos como frívolos, ou seja, ocorridos devido a fatos sem muita importância. Os mais frequentes eram as provocações em bares, rixas pessoais, perda em jogos de azar, briga por mulher de bordel, dentre outros. Estes desencadearam-se primordialmente entre sírios ou libaneses e pessoas de outras nacionalidades, como podemos observar no caso a seguir. O conflito ocorreu entre Paulo Jabour (empregado no comércio e descendente de árabes) e Mário Ramos da Silva (estudante e brasileiro), no dia 24 de janeiro de 1938. Neste processo, os envolvidos foram indiciados como réus e vítimas ao mesmo tempo, por terem se agredido mutuamente. Na noite do dia 24 de janeiro de 1938, Mário estava passando pela rua quando Paulo começou a provocá-lo, jogando sua barata (carro) na direção de Mário. Este questionou Paulo o motivo de estar fazendo aquilo já que nem se conheciam. Ao responder que faria isso sempre que Mário passasse por ali, teve início a briga. Durante a confusão, Paulo feriu Mário com um canivete. O processo ainda destaca que Paulo Jabour já tinha passagem pela polícia devido a provocações que teria feito a outras pessoas.

380

A segunda causa mais significativa de agressões foram as cobranças de dívidas contraídas por “patrícios”. São conflitos decorrentes de dívidas contraídas por mascates com “patrícios” já estabelecidos, que lhes adiantavam mercadorias mediante pagamento a prazo. No entanto, em vários casos, estes devedores não honraram seus compromissos. Como podemos observar no conflito que aconteceu no dia 22 de novembro de 1892, entre Phelippe

³⁸⁰ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 24/01/1938.Caixa 163, série 28.

Antônio (comerciante, árabe, réu) e João José Mandus (mascate, árabe, vítima). Pelo fato de João ter dívida de fazendas com Philippe e por não pagá-lo, este chamou João para o interior de sua casa, na rua Halfeld. Dentro deste recinto Phelippe chamou João de ladrão e o espancou com um “pau”, causando várias lesões no agredido.³⁸¹

Em terceiro lugar temos os problemas gerados no exercício da atividade profissional. Elas aconteciam por vários motivos, dentre eles: furto de mercadorias por parte de empregados do estabelecimento comercial; discussões em função do preço de mercadorias e não concessão de descontos; confusões geradas pela ocupação do lugar na feira livre. Um exemplo deste motivo acima delineado, foi o conflito que aconteceu no dia 30 de março de 1892, entre o negro Valentim (brasileiro, réu) e o “turco” Jorge João (árabe, mascate, vítima). Estava Jorge João mascateando fazendas no Distrito de Juiz de Fora, em Jaboticabeiras, quando chegou Valentim querendo comprar uma colcha dele por um valor inferior ao que Jorge pedia. Valentim ofereceu 5 mil e 500 réis, quando na verdade esta custava 6 mil réis. Jorge João não vendeu, resistiu e acabou recebendo uma facada.³⁸²

Um outro exemplo de processo crime que envolve o motivo acima citado, foi o de uma confusão ocorrida em uma feira livre. Nos parágrafos anteriores, já comentamos sobre estas feiras. Nestas, a ocupação dos espaços era autorizada e concedida pela Câmara Municipal. No dia 14 de julho de 1930, Elias Abdomassih, comerciante e sírio, agrediu com socos o patrício e também comerciante, Abrahão Salomão Abdalla, porque este, chegando mais cedo ao local da feira livre, tomou o lugar de Elias. Quando Elias disse que aquele era seu espaço, Abrahão retrucou que não sairia porque chegou primeiro. Sendo assim, no calor da confusão, Elias deu vários socos no rosto de Abrahão.³⁸³

O quarto maior motivo que levou a elaboração de processos crime, foram aqueles que denominamos como cobrança de dívidas contraídas por pessoas de outras nacionalidades em estabelecimentos comerciais de sírios ou libaneses. Isto acontecia quando os imigrantes do grupo étnico em questão já estabelecidos com lojas comerciais, vendiam para pessoas de outras ascendências e estas não pagavam o que deviam ou pediam revisão das contas, desconfiando que o dono da loja tivesse colocado um valor muito alto na dívida. Como o conflito que aconteceu no dia 17 de julho de 1904, entre Jorge Nicolau (negociante, árabe, réu) e Paschoal Vassalo (desenhista da Estação Leopoldina, italiano, vítima). Paschoal tinha

³⁸¹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 30/03/1892. Caixa 96, série 28.

³⁸² Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 22/11/1892. Caixa 97, série 28.

³⁸³ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 14/07/1930. Caixa 152, série 28.

uma dívida na loja de Jorge, mas achou que ela estava muito alta. Pediu então que Jorge refizesse as contas, pois achava que estas tinham sido adulteradas. Sentindo-se ofendido e por ter ficado muito nervoso, Jorge xingou Paschoal e desferiu vários socos na vítima.³⁸⁴

Por fim, com apenas uma ocorrência cada um, temos três conflitos diferentes. O teor de todos eles já foi mencionado anteriormente. O primeiro deles foi gerado por um comerciante local que sentindo-se ameaçado em seus negócios por um mascate, mandou dar-lhe uma lição; o segundo, foi devido a uma invasão de um menor espanhol em uma loja de um “turco”; e o último, trata-se de um conflito entre famílias vizinhas.

Ao analisarmos os lugares onde aconteciam os conflitos percebemos que a maioria deles, 57,69% (15 casos), tiveram como local o ambiente de trabalho. Os outros 10 processos movidos, 38,46%, aconteceram nos momentos de lazer, aqui compreendido como sendo aqueles em que os sírios ou os libaneses saíam para passeios na rua, para bares e casas de jogos. Por fim com apenas um caso, perfazendo um total de 3,84%, temos um conflito que sucedeu-se no lar, que teve como réu e vítima, Dona Helena Elias Arbex e Abdo Felipe, já relatado acima.

Tendo como base os dados apresentados acima, outra constatação é o envolvimento maior dos homens do que das mulheres nesses conflitos. Dos 26 processos criminais encontrados, 25 aconteceram entre homens, ou seja, 96,15% do total. Uma explicação para essa preponderância relaciona-se ao local dos acontecimentos. Isto é, a maioria dos conflitos que resultaram na abertura de processos tinham acontecido nos locais de trabalho e nos espaços de lazer. Espaços que na época eram mais restritos às mulheres. Mas é importante salientar que estamos nos referindo apenas aqueles conflitos que resultaram em abertura de processos, seja pela gravidade dos atos, seja pela publicidade que tomaram ou por qualquer outro motivo. É bem possível que muitos conflitos dessa natureza (lesões corporais) envolvendo mulheres sequer tenham sido notificados às autoridades policiais.

Enfim chegamos ao nosso último ponto a ser destacado, tendo como fonte estes processos de lesão corporal: as brigas. Grande parte delas resultaram no ferimento dos envolvidos. Perguntamo-nos: quais eram as armas ou golpes mais utilizados nestes conflitos? Analisando os 26 casos, pudemos fazer uma tabela com os instrumentos mais utilizados para cometer a agressão física.

³⁸⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 17/07/1904. Caixa 118, série 28.

TABELA 15 – Instrumentos e golpes empregados nos conflitos de lesão corporal, Juiz de Fora, 1890-1940

Instrumentos e golpes	Frequência
Socos	09
Pedaço de pau	07
Faca	05
Canivete	03
Armas de fogo	02
Pedras	01
Cadeira	01
Bengala	01
Medida métrica de madeira	01
TOTAL	30

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processos Crime de Lesão corporal. 1890-1940.

Como podemos observar na tabela acima, o golpe mais utilizado para cometer a agressão foi o soco, pois no calor da briga, provavelmente era o meio mais fácil e rápido de revide. Ele foi seguido, em maior número, pelos pedaços de paus, facas, canivetes e armas de fogo. Outros foram menos comuns, como o uso da pedra, da cadeira, da bengala e da medida métrica, todos estes com apenas uma ocorrência, o que nos indica que eram os objetos que estavam mais próximos dos réus e vítimas e que estes não premeditaram nada, só tentaram se defender e atacar com algo que estivesse dentro do seu campo de visão e fácil de pegar.

Diferente do número considerável de crimes de lesão corporal por nós encontrados, os processos de calúnia e injúria foram apenas três durante os 50 anos analisados. Percebemos que os insultos verbais foram em maior número cometidos por sírios ou libaneses (como também aconteceu nos crimes de lesão corporal). Compreendemos esta situação da mesma forma como fizemos nos processos de lesão corporal. Os sírios e os libaneses podem ter tido receio de serem perseguidos, terem dificuldades com a língua e com a documentação, e talvez por isso não abrissem mais processos contra seus agressores. Devido a esta situação, acabamos encontrando mais processos crimes que acusavam estes imigrantes do que aqueles que os tinham como vítimas. Dos três casos por nós encontrados, dois tiveram como réus sírios ou libaneses e em somente um deles temos um italiano. Os brasileiros foram apenas vítimas deste tipo de crime, no total de dois processos. E em apenas uma situação, encontramos um ofendido que era sírio. Observam-se estes dados na tabela abaixo.

TABELA 16 – Vítimas e réus nos processos de Calúnia e Injúria, Juiz de Fora, 1890-1940

Réus	Quantidade	Vítimas	Quantidade
Sírios ou libaneses	02	Sírios ou libaneses	01
Italianos	01	Italianos	00
Brasileiros	00	Brasileiros	02
TOTAL	03	TOTAL	03

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processos Crime de Calúnia e Injúria. 1890-1940.

Igualmente ao que aconteceu aos crimes de lesão corporal, era o trabalho o local de excelência para a ocorrência das calúnias e injúrias. Nos três casos analisados, todos os envolvidos eram homens. As motivações são próximas daquelas encontradas nos processos de lesão corporal: as dívidas foram impulsionadoras de dois casos deste tipo. O terceiro foi causado pela apreensão da mercadoria de um árabe que estava mascateando sem licença. Este aconteceu no dia 19 de abril de 1897, entre Jorge Nicolau, “árabe” e mascate, e José Henrique de Oliveira, agente municipal e brasileiro. Estava Jorge mascateando, quando José Henrique o encontrou e pediu sua licença para exercer tal profissão. Como não a encontrou, José Henrique apreendeu as mercadorias e foi injuriado por Jorge, que o xingou de “filho da puta” e o ameaçou.³⁸⁵

A diferença destes crimes para os de lesão corporal, reside no fato de que neste último, ocorre uma luta que acaba ferindo alguém fisicamente. Já no caso de uma calúnia ou injúria, as ofensas não são físicas e sim verbais; não se utilizam de uma arma cortante, mas sim de uma palavra ofensiva, de ameaças, de xingamentos. Os palavrões mais usados nestes três casos foram dois: filho da puta e ladrão. Esta situação também foi verificada por Deivy Carneiro em sua dissertação sobre os alemães na cidade de Juiz de Fora. Ao analisar os conflitos que envolviam este grupo étnico, destacou que as ofensas verbais mais utilizadas eram aquelas que difamavam a mãe do ofendido (filho da puta) e as que rebaixavam a vítima, ao usar palavrões que desacreditavam o poder de sua palavra (ladrão).³⁸⁶

As testemunhas favoráveis à vítima também neste tipo de crime nos indicam algo que já percebemos para os processos de lesão corporal acima analisados. Nos conflitos envolvendo sírios ou libaneses com pessoas de outras nacionalidades era comum a presença de depoentes em favor do agredido não só do grupo étnico em questão, mas também de

³⁸⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Calúnia e Injúria. 19/04/1897. Caixa 167, série 29.

³⁸⁶ CARNEIRO, op. cit. p. 140.

brasileiros. Isso nos indica um bom relacionamento entre este sírios, libaneses e os locais, nos dando indícios de que havia uma tolerância com o diferente e até mesmo uma troca de tradições através do aprendizado do dia-a-dia.

3.3 Fracassos escondidos, mitos criados

Ao chegar ao Brasil, libaneses e sírios, árabes em geral, começam mascateando (...). Se estão se dando bem e o mascatear dá certo (...) não demora adquirem um cavalo, uma carrocinha, depois podem ter uma vendola, um armazém, loja de tecidos, quem sabe uma fabriqueta; bem poucos enriquecem, mas as novas gerações acabam por esquecer os sacrifícios dos pais, (...) some a vez dos perdedores, dos tarragada que não deram certo, dos fakir, os pobres, e o que fica, para os que estão querendo se aventurar, é a fama dos raros que fizeram fortuna na boa terra, animando outros para que se aventurem, pois se a derrota se mantinha esquiva, a vitória era trombeteada.³⁸⁷

Este trecho do livro de Salim Miguel, contando a vida de sua família no sul do país, nos indica algo que só recentemente está sendo considerado na historiografia sobre os imigrantes sírios e libaneses: as experiências de imigração fracassadas. Os que imigraram para o Brasil e conseguiram ascender socialmente foram poucos. Entretanto, o que ficou retido na imaginário coletivo foi o sucesso dessas histórias.

O mito do mascate empreendedor ajudou a criar a idéia de que este grupo étnico, com sua mente dedicada aos negócios, passaria facilmente de “mascates a doutores”, de vendedores ambulantes a grandes industriais.³⁸⁸ No entanto não foi bem isso que aconteceu. Este era um processo longo, que variou de lugar para lugar e de família para família. O fracasso era algo presente na vida de muitos que imigraram, embora as experiências exitosas também tenham sido muitas. Os relatos abaixo nos ajudam a compreender essa exaltação do valor do mascate:

Mascatear... Eles pegavam as mercadorias, iam nas fazendas, de casa em casa oferecendo produtos. Pegavam às 7 horas da manhã, tudo a pé, até 7 horas da noite. **A vida do mascate era uma vida muito difícil**, ele (sogro de Nicolas) foi lutando, lutando, até onde ele chegou, ficou bem de vida graças a deus, não digo

³⁸⁷ MIGUEL, op. cit. p. 82.

³⁸⁸ Fazemos alusão aqui ao livro de Oswaldo Mário Serra Truzzi, intitulado “De mascates a doutores: Sírios e libaneses em São Paulo”.

muito rico, mas o que ele fez foi com o suor dele e com muita honestidade.³⁸⁹
(negritos meus)

(Depoimento de Nicolas Youssef Nakhle)

Ah, ele (seu pai como mascate) **passou muito aperto**, tinha dia que não tinha nem o que comer, coitado, às vezes passava assim, catava uma fruta numa árvore e comia, mas não desanimou, trabalhando, porque o sonho dele era viver no Brasil.³⁹⁰ (negritos meus)

(Depoimento de Emma Jabour)

(...) O meu sogro falava demais que era **uma luta danada, era um sacrifício**. Ele mascateava em Mendes, nesses vilarejinhos, levando quinquilharias, corte de tecido...³⁹¹ (negritos meus)

(Depoimento de Amália Arbache Cury)

Os três entrevistados nos indicam que a vida de mascate era muito difícil, muito sofrida, mas que mesmo assim eles persistiram para melhorar suas condições de vida e de sua família. E tudo o que conseguiram foram com o suor de seu trabalho honesto. De fato, não deve ter sido fácil ser vendedor ambulante em um país estranho. Mas, chama-nos a atenção nas falas dos depoentes os fragmentos de uma dada narrativa da imigração, que num jogo, extremamente sutil, de lembranças e esquecimentos, procurou construir uma identidade desse grupo étnico. Uma imagem que deixasse para a posteridade a contribuição positiva e as características empreendedoras desses imigrantes na sociedade em que se instalaram. Como argumenta Ecléia Bosi: *“Quando há a construção social da memória, quando um grupo trabalha em conjunto, cria-se esquemas coerentes de interpretação, consagrando-se uma imagem para a história”*.³⁹²

A construção dessa imagem do “mascate empreendedor” foi também uma forma de fazer frente aos preconceitos existentes no período. Como já ressaltado, a utilização do designativo “turco”, encontrada tanto na documentação oficial quanto na fala da população em geral, as acusações de que eles faziam tudo pelo dinheiro e queriam furto o comércio local são apenas alguns exemplos dos obstáculos enfrentados quando da chegada desses

³⁸⁹ Entrevista com o senhor Nicolas Youssef Nakhle, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 19 de janeiro de 2007.

³⁹⁰ Entrevista com a senhora Emma Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 22 de janeiro de 2007.

³⁹¹ Entrevista com a senhora Amália Arbache Cury, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 11 de janeiro de 2007.

³⁹² BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz Editora LTDA, 1983. p. 27.

imigrantes ao país. Elias Jacob, residente em Ubá, descendente de libaneses, em seu livro de memórias, nos fornece dados para compreensão de como esses imigrantes se sentiam frente ao mundo novo que passaram a enfrentar quando deixaram sua terra de origem. Segundo o autor:

Devo dizer sem mágoas , que os patrícios eram muito humilhados, razão pela qual era freqüente desaforos em quase todos os casos insignificantes de crianças que brigavam às vezes por causa de uma manga! A razão de tudo isto era explicável: nós, os libaneses, não tínhamos consulado no Brasil. Vínhamos todos com passaporte passado por agentes turcos, porque na época o Líbano era dominado pela Turquia...

(...)

O moleque chamava-nos turcos e lá ia pedrada! Papai sofria com as conseqüências. Houve tanto menosprezo à nossa raça que certo carroceiro pegou o Miguel com sua carroça, passando a carroça em cima de seu corpo frágil de menino de quatro anos apenas. Não é preciso dizer que nem com os gritos de pavor do público, não teve ele curiosidade de olhar para trás. Acredito que a ignorância e o menosprezo pela vida humana não poderia atingir até ao ódio de quem nunca lhe fez mal algum.³⁹³

Esse preconceito também é perceptível nas correspondências entre os agentes municipais (Fiscais) e o Presidente da Câmara:

...Comunico-vos que apreendi hontem na Estação do Socego duas caixas de **turcos** que negociavão sem licença, intimando-os a pagar a licença e multa nesta cidade....³⁹⁴

...Prova isto essa licença achava-se com outro “Turco” vagando para outros pontas do município, para assim furtar como sempre furtão as vistas dos agentes municipais e também dos cofres municipais³⁹⁵

Momentos depois apresenta-me uma licença, Tallão nº 30, extraída a 9 de Janeiro do corrente anno não com o nome de Jorge José, alegando ser esse ‘Turco’ ser seu nome e não ter sido declarado na licença que foi extraída pelo Diretor de Fazenda, seu nome todo. Paresse-me que o requerente é igual aos outros, que procuram sempre furtar a lei com allegações falças prejudicando assim os cofres e agentes municipais.³⁹⁶

³⁹³ JACOB, Elias. **Pelos caminhos da vida**. s . n. b. p. 35-36.

³⁹⁴ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. ESCORREGO, Liberato. (Fiscal). [Apreensão de produtos de turcos]. Santana do Deserto, 01 de abril de 1890. Série 46/3. Caixa 74.

³⁹⁵ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. OLIVEIRA, César Maurício de. [Informe sobre apreensão de mercadorias]. Juiz de Fora, 20 de Março de 1896. Série 46/3. Caixa 74.

³⁹⁶ Idem, Ibidem.

Como podemos perceber nestes trechos, o designativo turco sempre aparece grifado ou entre aspas, acompanhado da alegação de que estes imigrantes queriam mesmo era furtar os cofres municipais.

Dar conta das experiências fracassadas e dos obstáculos encontrados por esses imigrantes não é uma tarefa fácil. Nas entrevistas, nos livros de memórias, nos processos criminais analisados é possível encontrar alguns indícios, alguns fragmentos dessas experiências. Um exemplo que pode ser citado é o do Tio Tanus, irmão da mãe de Elias Jacob (mencionado acima). Este imigrante havia se instalado na cidade de Ubá, próximo a Juiz de Fora. Tanus não foi feliz como mascate e para voltar a encontrar a família em sua terra de origem, teve que contar com a ajuda de seus familiares.

Tio Tanus, já alquebrado pelos anos e pelas vicissitudes da vida, agora com o término da guerra, manifestava vontade de regressar à sua terra e à sua família. Entretanto, o dinheiro, pouco que era, ele transferira para o seu filho Caram, para sustento deles lá no Líbano. De concreto mesmo, o que lhe restava da liquidação de seus negócios não dava para a passagem de navio. Dessa forma, fizemos uma reunião familiar e decidimos ajudar nosso tio a realizar o seu desejo. Todos colaboraram com esta importância em dinheiro e, dessa forma, reunimos dinheiro suficiente para sua viagem e alguma sobra, naturalmente.³⁹⁷

Analisando os processos criminais de lesão corporal também encontramos dois exemplos de imigrantes sírios ou libaneses que contraíram dívidas e não pagaram. O primeiro caso aconteceu em 25 de abril de 1899, entre Miguel Jorge (negociante, árabe, réu) e Jorge Azem (negociante, árabe, vítima). Jorge contraiu uma dívida com Miguel, e disse que o pagaria logo que recebesse um dinheiro que tinha com uma pessoa. No entanto, Jorge ao receber seu pagamento, não repassou o dinheiro para Miguel. Este, ao descobrir, ficou nervoso, e bateu na vítima com um pedaço de pau.³⁹⁸

O segundo crime de lesão corporal aconteceu no dia 04 de junho de 1928, entre Habib Assad (mascate, sírio, réu) e José David Assaf (comerciante, sírio, vítima). Habib tinha uma dívida com José, contraída ao comprar mercadorias para mascatear. Ao tentar receber o que tinha por direito, José deixou Habib exaltado, porque este achou que seu patrício havia aumentado o valor a ser pago. Sendo assim o réu desferiu uma pedrada na cabeça da vítima.

³⁹⁷ JACOB, Elias. op. cit. p. 141.

³⁹⁸ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 25/04/1899. Caixa 110, série 28.

Durante o ocorrido, José disse que Habib era perigoso e que era fugitivo da cadeia de Brumana, na Síria, por homicídio.³⁹⁹

Estes dois processos nos ajudam a compreender que nem todos estavam livres de problemas financeiros, nem mesmo quando já estavam estabelecidos, como aconteceu no primeiro caso relatado acima, onde um negociante aparece devendo outro negociante. Ou seja, não foi tão comum a ascensão de maneira rápida e imediata e sem contratempos como costuma-se considerar. No entanto, ao lançarmos nosso olhar sobre as dificuldades de muitos imigrantes sírios e libaneses que vieram para o Brasil não queremos com isso deixar de lado aquelas trajetórias bem sucedidas. Como dissemos anteriormente, nosso intuito foi apenas de nos contrapormos a uma certa narrativa da imigração profundamente veiculada no imaginário social. Em Juiz de Fora, muitos dos imigrantes sírios e libaneses, que inicialmente atuaram como mascates, acabaram por fixar-se na cidade onde se tornaram proprietários de lojas de tecidos, armazéns (onde vendia-se de tudo: perfumes, aviamentos, alimentos, etc), fábricas de meias e roupas.

Ao analisar os dados da Coletoria Estadual publicados no Jornal *O Pharol* de 1912, do *Álbum do Município de Juiz de Fora* (1915), do *Almanaque* da cidade de 1916 e do *Boletim Estatístico do Município de Juiz de Fora* (1928), conseguimos identificar com maior precisão as atividades econômicas desenvolvidas por alguns desses imigrantes. Nossa observação sobre este ponto foi realizada em quatro anos distintos: 1912, 1915, 1916 e 1928. Não escolhemos estas datas aleatoriamente, mas sim, foram as únicas que nos forneceram dados do teor que buscávamos. O quadro abaixo nos indica quais estabelecimentos comerciais e fabris de sírios e libaneses havia em Juiz de Fora em 1912.

³⁹⁹ Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Benjamin Colucci. Processo criminal, Lesão corporal. 04/06/1928. Caixa 148, série 28.

QUADRO 2 – Estabelecimentos Comerciais e Fabris de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1912

Nº	Nome do proprietário	Tipo de Estabelecimento	Produtos comercializados
01	Deruch Mansur & Irmão	Fábrica	Meias
02	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Bebidas
03	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Massas
04	David Ahouagi	Loja (Sapataria)	Sapatos
05	Elias Miguel	Loja (Sapataria)	Sapatos
06	Alexandre Ahouagi	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
07	Américo Saber & Irmão	Loja	Fazendas, armarinho, gêneros.
08	Assad Bichara	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
09	Calil Ahouagi	Loja (Casa Mascote)	Fazendas, armarinho, roupas.
10	Gabriel Jorge	Loja (Casa Libaneza)	Fazendas, armarinho, roupas, chapéus.
11	Jorge José	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
12	Jorge & Primo	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
13	José Couri	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
14	José Estefen	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
15	Mansur Jorge e Comp.	Loja	Fazendas, armarinho, chapéus.
16	Nagem José Assad	Loja	Fazendas, armarinho, chapéus.
17	Paulo Abud	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
18	Salim Calil & Irmão	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
19	Salim Nicolau	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
20	Simão Antônio	Loja (Casa Syria)	Fazendas, armarinho, roupas.
21	Simão José & Irmão	Loja	Fazendas, armarinho, roupas.
22	Tobias Hassib	Loja	Fazendas, armarinho e gêneros.
23	Fellipi Mansur	Loja	Fazendas, gêneros e molhados.
24	Felix Jorge	Loja	Fazendas, gêneros e molhados.
25	Calil Atallah e Filhos	Loja	Gêneros alimentícios
26	Antônio Miguel	Loja	Gêneros Alimentícios e molhados.
27	José Bichara	Loja	Gêneros Alimentícios e molhados.
28	José Francisco Bechara	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.

Fonte: Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal O Pharol. **Collectoria Estadual**. 10 a 17/12/1912, p. 2, colunas 3,4,5.

Analisando os dados apresentados no quadro acima, podemos constatar uma participação significativa dos sírios ou dos libaneses nos setores secundário e terciário da economia do município. Dos 702 estabelecimentos que pagaram seus impostos em 1912, 28 tinham sírios ou libaneses como proprietários, ou seja, uma cifra de 3,98%. Destes 28 estabelecimentos relacionados pela Coletoria Estadual, 25 eram lojas comerciais, ou seja 89,3%, e 03 eram fábricas, com um percentual de 10,7%. Mais da metade das casas comerciais que encontramos, isto é 15, perfazendo um total de 60%, dedicavam-se a

comercialização de fazendas, armarinho, roupas feitas e chapéus. Temos ainda oito lojas (32%) que se especializavam na venda de gêneros alimentícios, molhados e fazendas. Por fim, temos duas sapatarias (8%). As três fábricas encontradas neste ano de 1912, são de meias, bebidas e massas.

Ao pesquisarmos os impostos que foram pagos por estas três fábricas, constatamos que pelo menos para este ano, os empreendimentos fabris de sírios ou de libaneses, eram de pequeno porte. Pudemos chegar a esta conclusão ao compararmos os arrecadamentos feitos pela Coletoria Estadual para 1912. Enquanto a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira pagou uma contribuição de 3:340\$000,⁴⁰⁰ as três fábricas em mãos de sírios ou de libaneses recolheram aos cofres públicos um montante de 624\$000 em impostos. A primeira delas, de meias, de propriedade de Deruch Mansur & Irmão, contribuiu com 108\$000.⁴⁰¹ A segunda, de bebidas, de Jorge Miguel & Irmão, pagou 441\$000.⁴⁰² E a terceira, de mesmo dono, a quantia de 75\$000.⁴⁰³ Isso demonstra que eram pequenas empresas, e que foi mais comum a instalação e a permanência de membros deste grupo étnico em lojas comerciais.

A importância destes estabelecimentos comerciais pode ser percebida nas propagandas veiculadas nos principais periódicos do período. Além de cumprirem a função de chamar a atenção dos fregueses para os produtos comercializados, podem ser percebidos também como instrumentos significativos de visibilidade para esses imigrantes.

⁴⁰⁰ Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal O Pharol. **Collectoria Estadual**. Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira 10/12/1912, p. 2, colunas 3,4,5.

⁴⁰¹ Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal O Pharol. **Collectoria Estadual**. Deruch Mansur & Irmão. 11/12/1912, p. 2, colunas 3,4,5.

⁴⁰² Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal O Pharol. **Collectoria Estadual**. Jorge Miguel & Irmão. 13/12/1912, p. 2, colunas 3,4,5.

⁴⁰³ Idem.

Ilustração 3 – Propaganda do estabelecimento “Casa Libaneza”, Juiz de Fora, 1912

Da Casa Libaneza
DE
GABRIEL JORGE

Está casa liquida definitivamente o seu grande stock de fazendas, armário, roupas feitas, chapéus de sol e de cabeça, etc.
Todas estas mercadorias serão vendidas por qualquer preço.
É uma ótima ocasião para os srs. consumidores fazerem suas compras na

CASA LIBANEZA
Rua 15 de Novembro n. 42
JUIZ DE FORA

518 26-1

Fonte: Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal *O Pharol*, 10/05/1912, p. 02, coluna 07.

Ilustração 4 – Propaganda do estabelecimento “Casa Síria”, Juiz de Fora, 1912

Casa Syria
DE
Simão Antonio

Este estabelecimento, montado com capricho, tem grande sortimento de fazendas, armário, roupas feitas chapéus de sol e de cabeça, calçados, perfumaria, etc que vende a preços reduzidos, como se poderão certificar as exmas. famílias desta cidade.

Eis os preços de alguns artigos :

Morim, de 300 réis, 400, 500, 600, 700 e 800, o metro; Riscados, a 360, 400, 500 e 550, superior; flanelas, a 500, 600, 700, 800 e a 1\$400 superior; feltros, a 1\$500 e 2\$200; drá, a 1\$300; chita, a 300, 360, 400 e 500 réis, superior; chita al. lema e lustão, a 800 réis; meias para homens, sem costura, a 400 réis o par; brins, corte de calça, a 1\$300, 1\$500, 1\$800, 2\$000, 2\$500, 3\$000 e 3\$800, superior

E muitos outros artigos, como sejam:
casemiras, fazendas á fantasia, sobretudos, chapéus de cabeça, camisas de homens, ternos de casemira, franjas, enfeites, renda, galão de seda e etc., que serão patentes as freguezes.

Procurem a

Rua Marechal Deodoro, 62
JUIZ DE FORA

2-1

Fonte: Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. Jornal *O Pharol*, 25/04/1912, p.03.

Seguindo nosso objetivo partiremos para o ano de 1915 com os dados do *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Analisaremos também quais estabelecimentos comerciais e fabris de sírios e libaneses eram mais comuns para este ano.

QUADRO 3 – Estabelecimentos Comerciais e Fabris de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1915

Nº	Nome do proprietário	Tipo de Estabelecimento	Produtos comercializados
01	Abdo Jabur & Cia	Fábrica	Vassouras
02	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Vassouras
03	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Bebidas
04	David Ahouagi	Loja	Calçados
05	Elias Miguel	Loja	Calçados
06	Abraham Salomão & Irmão	Loja	Fazendas e perfumaria
07	Alexandre Ahouagi	Loja	Fazendas e perfumaria
08	Assad Bichara	Loja	Fazendas e perfumaria
09	Calil Ahouagi	Loja	Fazendas e perfumaria
10	Gabriel Jorge	Loja	Fazendas e perfumaria
11	José Curi	Loja	Fazendas e perfumaria
12	José Estefan	Loja	Fazendas e perfumaria
13	Malé Ahouagi e David Sayde	Loja	Fazendas e perfumaria
14	Nagem José Assad	Loja	Fazendas e perfumaria
15	Salim Calil & Irmão	Loja	Fazendas e perfumaria
16	Simão Antônio	Loja	Fazendas e perfumaria
17	Chaquer Jorge Dib	Loja	Gêneros alimentícios
18	Fellipe Atallah	Loja	Gêneros alimentícios
19	Jorge Abide & Irmão	Loja	Gêneros alimentícios
20	Jorge José	Loja	Gêneros alimentícios
21	José Atallah	Loja	Gêneros alimentícios
22	José Calil Atallah	Loja	Gêneros alimentícios
23	José Jorge	Loja	Gêneros alimentícios
24	José Salim	Loja	Gêneros alimentícios
25	Miguel Jorge	Loja	Gêneros alimentícios
26	Taufy Sayde	Loja	Gêneros alimentícios

Fonte: Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes. ESTEVES, Albino. *Álbum do Município de Juiz de Fora*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

Percebemos que o número de fábricas continuou o mesmo, um total de três. As lojas, ainda maioria, tiveram uma queda de 25, em 1912, para 23, em 1915. Os tipos de casas comerciais mais frequentes ainda são as que comercializavam fazendas, com 11 estabelecimentos. Mas esta modalidade comercial é logo seguida pelas de gêneros alimentícios com 10, que teve seu número aumentado se compararmos com 1912, onde estas

eram apenas oito. E as de calçados permaneceram com apenas duas ocorrências, como para a estatística de 1912, sendo comandadas ainda pelos mesmos donos.

A firma Jorge Miguel & Irmão prosseguiu como proprietária de duas fábricas. A principal alteração foi a natureza dos produtos fabricados. Antes, seus estabelecimentos fabris eram de bebidas e massas, e agora passaram a ser de bebidas e vassouras. Percebemos que a firma de Jorge Miguel & Irmão fechou a sua menor fábrica, a de massas, que pagava apenas 75\$000 de imposto, como foi destacado para ano de 1912. Isto pode ter sido uma tentativa de obter maior lucro com uma nova fábrica do que teria conseguido com a de massas.

A fábrica de meias de Deruch Mansur & Irmão, de 1912, deu espaço em 1915 para a fábrica de vassouras de Abdo Jabur & Cia. Foi isso que aconteceu com o passar dos anos, muitas lojas comerciais e fábricas fecharam, outras foram criadas. Mas muitas também persistiram, como foram os casos de Elias Miguel e David Ahouagi (sapatos), de Alexandre Ahoagi, de Assad Bichara, de Calil Ahouagi, entre outros.

O ano de 1916 nos revela algumas mudanças. Os dados que conseguimos para 1916 foram obtidos com a análise do *Almanaque de Juiz de Fora*.

QUADRO 4 – Estabelecimentos Comerciais e Fabris de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1916

Nº	Nome do proprietário	Tipo de Estabelecimento	Produtos comercializados
01	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Bebidas
02	Jorge Miguel & Irmão	Fábrica	Vassouras
03	Abraham Salomão & Irmão	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
04	Alexandre Ahouagi	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
05	Assad Bichara	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
06	Calil Ahouagi	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
07	David Ahouagi	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
08	Elias Miguel	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
09	José Stefan	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
10	Malé Ahouagi e Sayde	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
11	Nagem José Assad	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
12	Salim Calil & Irmão	Loja	Fazendas, modas, chapéus, calçados.
13	Alexandre Saber	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.
14	Assad Bichara	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.
15	Chaquer Dib	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.
16	Fellipe Moisés	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.
17	Simão Gabriel & Irmão	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.
18	Taufy Sayde	Loja	Gêneros alimentícios e molhados.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. ESTEVES, Albino (direção). *Almanach de Juiz de Fora para 1916*. Juiz de Fora: Tipografia Comercial, 1916.

Neste ano o número de fábricas diminuiu para duas. Ambas de propriedade da firma Jorge Miguel & Irmão e fabricavam bebidas e vassouras. A outra fábrica de vassouras de Abdo Jabur & Cia, durou apenas um ano, ou nem isso, o que demonstra a instabilidade destas. O número de lojas também sofreu uma queda, passando de 23 para 16. Entre elas as de fazendas, modas, chapéus e calçados permaneceram como preferidas, com 10 estabelecimentos, seguidas pelas de gêneros alimentícios, com seis.

Por fim, para finalizar nossa análise dos estabelecimentos comerciais e fabris de sírios e libaneses em Juiz de Fora, temos os dados para o ano de 1928. É importante ressaltar que o *Boletim de estatística* deste ano só nos fornece os dados referentes aos estabelecimentos fabris da cidade.

QUADRO 5 – Estabelecimentos Fabris de sírios ou libaneses, Juiz de Fora, 1928

Nº	Nome do proprietário	Nome do estabelecimento
01	Antônio Estefen	Fábrica de Meias São Geraldo
02	Garcia Couri	Fábrica São João
03	Salim Calil Estefen	Fábrica de Tecido de Malha Aymorés
04	Abrahão Moysés & Irmão	Malharia Adonis
05	Segen Gabriel & Irmão	Malharia Oriente
06	Sejen Calil Estefen	Malharia Santa Cecília
07	Simão Gabriel Sffeir	Malharia Santa Rosa

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. LISBOA, Octacílio. **Boletim de Estatística de Município de Juiz de Fora referente ao ano de 1928.** Série 160-167, Caixa 120.

Como podemos perceber analisando a tabela, o número de fábricas aumentou de duas em 1916 para sete em 1928. Ou seja, em doze anos tivemos um aumento de cinco empresas. Notamos uma mudança no perfil destas fábricas, se as compararmos com as que estavam presentes nos anos de 1912, 1915 e 1916. Antes elas eram em maior número de bebidas e vassouras, e em 1928 elas passaram a se especializar mais na fabricação de tecidos e meias, com destaque para as malharias.

A partir dos dados levantados, percebemos que alguns sírios ou libaneses conseguiram ascender socialmente, montando uma loja comercial ou até mesmo uma fábrica. Como exemplo disto temos o caso do senhor Neman Salomão. O documento abaixo nos mostra que mesmo em um momento de crise econômica, em função da quebra da bolsa de Nova York em 1929, o senhor Salomão possuía no mínimo duas casas comerciais no ano de 1930.

Exmo. Snr. Dr. Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora

O abaixo assignado, estabelecido à rua Avenida 15 de Novembro nº 554, com loja de fazendas e artigos de armarinho, tendo reduzido muito seu stok, vem muito respeitosamente requerer a V. Excia. Ordenar ao Senhor Lançador modificar seu lançamento para o corrente exercício, assim também pede a V. Excia. se dignar dar ordens para que seja cancelado o lançamento feito sobre tapetes, de sua casa filial a Rua Marechal Deodoro nº 214.

Por ser de justiça aguarda deferimento
Juiz de Fora, 4 de janeiro de 1930
Neman Salomão⁴⁰⁴

Ao analisarmos esses estabelecimentos comerciais e fabris, algumas características gerais merecem ser apontadas. Percebemos que em Juiz de Fora, o número de fábricas tendo como proprietários sírios e libaneses não foi tão acentuado. Foi mais comum a presença de lojas comerciais nas mãos deste grupo étnico. É visível também a mobilidade espacial que os estabelecimentos comerciais tinham, mudando constantemente de lugar ou até mesmo escolhendo comercializar outra mercadoria. Isto pode ser observado de forma mais clara em dois documentos da firma Mochdeci & Cia, que requereu, em um intervalo de um ano, a mudança de seu estabelecimento duas vezes, sendo que em uma dessas pediu a transferência para fora da cidade, se instalando em Palmyra (Santos Dumont).

Ilm. Snr. Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal

O abaixo assignado, para os devidos efeitos, vem comunicar que transferiu o seu estabelecimento de fazendas e armarinhos da rua 15 de Novembro nº 729, nesta cidade, para a rua Marechal Deodoro nº 160, onde continua com os mesmo ramo de negócio.

Juiz de Fora, 24 de outubro de 1922
Mochdeci & Cia.⁴⁰⁵

Ilm. Snr. Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal

Tendo o abaixo assignado transferido o seu estabelecimento de fazendas e armarinho desta cidade a rua Marechal Deodoro nº (...) para a cidade de Palmyra, (...), vem requerer a baixa de lançamento neste município.

Nestes termos pede deferimento
Mochdeci & Cia.
31-10-1923⁴⁰⁶

⁴⁰⁴Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. SALOMÃO, Neman. **[Pedido de modificação de lançamento de impostos em suas lojas]**. Juiz de Fora, 04 de janeiro de 1930. Série 84/03. Caixa 88.

⁴⁰⁵Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. MOCHDECI & CIA. **[Pedido de transferência da sua loja]**. Juiz de Fora, 24 de Outubro de 1922. Série 84/03. Caixa 88.

As razões para essa mobilidade eram várias. Ela acontecia, por exemplo, em função dos processos de falência (fazendo-os pedir baixa de seus estabelecimentos) ou em função do aumento dos impostos, o que obrigava seus proprietários a mudarem de região. Ela também poderia ser decorrente da venda do estabelecimento comercial e a inversão do capital na abertura de uma fábrica.

Elias Jacob, residente em Ubá, descendentes de libaneses e irmão de Ibrahim Elias, citado anteriormente, nos proporciona mostras desta intensa modificação tanto de lojas, quanto do lugar em que estas se situavam. Vendiam seus estabelecimentos em momentos difíceis, compravam outros quando acumulavam algum capital. A trajetória desta família é significativa para observarmos este fato: “(...) assim a família Jacob contava com “A Favorita”, “Casa Central”, “Casa Munir”, “A Preferida”, “Fábrica de Balas Odette” e “Baião e Jacob”. (...)”⁴⁰⁷ (...) Nesta oportunidade com a desativação da “Casa Central”, da “A Favorita” (...) ficaram apenas “A Preferida”, “Casa Munir” e “Padaria Santa Rita” dos manos Miguel, Nacib e Jorge, respectivamente (...)”.⁴⁰⁸ Antes a família Jacob contava com seis estabelecimentos, posteriormente três, e mesmo fechando alguns dos anteriores, apareceu outro novo, neste caso a Padaria Santa Rita.

A partir de todos os dados analisados, é perceptível que muitos mascates, depois de trabalharem por algum tempo nesta profissão, investiam o dinheiro que haviam acumulado em lojas comerciais ou em fábricas. No entanto, como o constatado por outros historiadores para a cidade de São Paulo, não houve também em Juiz de Fora uma ascensão social rápida e radical como costuma-se considerar, na medida em que se compararmos o número de fábricas com o número de lojas comerciais, observamos que foi mais comum os integrantes deste grupo étnico ficarem como lojistas. Dessa maneira, não podemos considerar que a ascensão social deste grupo étnico, entre os anos de 1890 a 1940, fosse uma regra geral, pois é provável que nem todos sírios e libaneses tenham conseguido adquirir grandes empreendimentos em Juiz de Fora, como é comum aparecer na historiografia sobre este grupo.

Samira Osman em seu trabalho sobre os imigrantes árabes para São Paulo, também percebeu o contrário do que aponta a historiografia tradicional, que destaca o caminho trilhado pelos imigrantes em questão como sendo de mascates-comerciantes-grandes industriais. Segundo Osman, “*Poucos foram os industriais que começaram como mascates e chegaram a industriais, pois a ascensão dava-se no máximo ao nível do comércio varejista ou*

⁴⁰⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁰⁷ JACOB, Elias. op. cit. p. 141.

⁴⁰⁸ Idem, p. 168.

atacadista".⁴⁰⁹ Além disso, a autora destaca que não foi comum "(...) *aquele que com poucos recursos rapidamente alcançou o sucesso profissional e econômico e a conseqüente ascensão social*".⁴¹⁰

André Gattaz também partilha desta opinião e critica a noção de um caminho fácil de "mascates a doutores".⁴¹¹ Segundo o autor:

O caminho de segura ascensão social não foi porém regra única e invariável para os libaneses. Muitos imigrantes, ainda que vindos para o Brasil nas primeiras décadas do século, só conseguiram atingir o patamar de pequenos comerciantes, nunca alcançando a ambicionada fase de atacadista ou industrial. Outros nem a isso chegaram, permanecendo como funcionários de seus parentes mais bem estabelecidos (...).⁴¹²

A esperança de muitos pais de melhorar de vida ficou nos filhos e no futuro destes. Ao longo dos anos, a segunda geração trouxe mudanças, entre elas a não dedicação plena ao comércio, sendo comum uma divisão entre os filhos, onde metade deles ajudavam o pai na loja, e os outros dedicavam-se a carreira universitária, como Direito, Engenharia, Contabilidade e Medicina. Era uma forma de obter respeito e ascensão econômica, muitas vezes não conseguida pelos pais.

A terceira geração em sua maioria dedicou-se ao meio acadêmico.⁴¹³ O trabalho de pesquisa sobre as famílias sírias em Juiz de Fora, de Wilson de Lima Bastos, nos aponta para o fato acima mencionado. Ao analisar os núcleos familiares, Wilson de Lima Bastos descobriu que dos filhos dos imigrantes que estabeleceram-se nesta cidade, 90 (29,6%) dedicaram-se ao comércio, enquanto 214 (70,4%) escolheram as profissões liberais. Já os netos desta primeira geração preferiram a carreira liberal, contabilizando um total de 274 (88,96%), enquanto os que trabalhavam no comércio foram apenas 34 (11,04%). Ou seja, com o passar dos anos e com a fixação na cidade, a atividade comercial foi cedendo espaço para outras profissões liberais.⁴¹⁴

O autor ainda nos informa um leque de ofícios liberais seguidos por estas gerações nascidas em Juiz de Fora. Além do Direito, Engenharia, Contabilidade e Medicina, que foram as mais procuradas, temos também Administração de Empresas, Análise de Sistema, Arquitetura, Artes Industriais, Belas Artes, Biologia, Bioquímica, Ciências Sociais, Desenho

⁴⁰⁹ OSMAN, op. cit. p. 376-377.

⁴¹⁰ Idem, p. 346-347.

⁴¹¹ Como é usado por Oswaldo Mário Serra Truzzi.

⁴¹² GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. São Paulo: Gandalf, 2005. p. 100.

⁴¹³ ALMEIDA, op. cit. p. 209-210.

⁴¹⁴ BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Op. cit. p. 210 e 232.

Industrial, Economia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, História, Jornalismo, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, entre vários outros.⁴¹⁵ O depoimento do senhor Wilson Coury Jabour nos mostra muito bem a situação acima levantada. Seu pai, Senhor Felipe Coury Jabour, veio do Líbano e depois de um tempo fixou-se em Juiz de Fora com um comércio à rua Marechal Deodoro. Sempre teve esta profissão. De seus filhos, apenas um ajudou mesmo o pai na loja, o próprio Wilson, já que seu irmão Willian tornou-se advogado. Dos netos⁴¹⁶ nenhum dedicou-se ao comércio, tornando-se profissionais liberais. Segundo Wilson:

Eu trabalhei com meu pai na loja até 25 anos, quer dizer até... mil novecentos e... cinqüenta e seis. Nessa época eu já tinha sido eleito Vereador. Fui candidato com 23 e tomei posse com 24 anos, o meu primeiro mandato. Eu ainda assim fiquei um tempo com ele depois de casado. Depois eu montei comércio, mas nunca pude me dedicar ao este como eu gostaria porque não tinha tempo, a Câmara me tomava o tempo. (...) Meu irmão que nasceu muitos anos depois de mim, ele estudou, ele é advogado, ele está a quarenta anos como diretor lá da Câmara. (...) Minhas irmãs estudaram. A Leila é contadora. E a Emma fez Curso Normal no Stella. Mas nunca exerceram profissão. Estudaram, depois aprenderam piano.

E seus filhos, todos estudaram?

Sim. A primeira, Angelina, é engenheira e é advogada. A Sandra é médica, especializada... fez pediatria, depois fez o curso de médica de família. Depois veio o Wilsinho que é advogado e fez Estudos Sociais. Depois veio a Ana, que é advogada e é Juíza de Direito. E depois veio o Alexandre, que é advogado, que é Administrador de Empresas e é Professor da Faculdade Machado Sobrinho, trabalha na Prefeitura, é concursado na Prefeitura, e tem um escritório dele lá na Avenida Rio Branco.⁴¹⁷

(Depoimento de Wilson Coury Jabour)

A formação acadêmica dos filhos era um orgulho para os pais. O relato de Ibrahim Jacob, de Ubá, descendente de libaneses, nos ajuda a visualizar o quanto isto era importante para ele. De acordo com as palavras de Ibrahim: *“Digo sempre com muito orgulho, que consegui formar meus seis filhos sem que tivessem que trabalhar para estudar. Tinha receio deles tomarem o gosto pelo dinheiro, ganho com o emprego e se descuidassem dos estudos”*.

⁴¹⁸

A trajetória da família de Ibrahim é significativa para compreensão de como, a partir da segunda geração, os filhos destes imigrantes se dedicavam mais aos estudos e

⁴¹⁵ Idem, p. 204-209.

⁴¹⁶ No caso aqui analisado, estamos considerando como netos apenas os filhos de Wilson, pois não sabemos a profissão dos filhos dos outros irmãos de Wilson.

⁴¹⁷ Entrevista com o senhor Wilson Coury Jabour, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 03 de outubro de 2006.

⁴¹⁸ JACOB, Ibrahim. **Minha vida, minha luta**: reminiscências. Ubá: s/e, 1944. 3ª ed. p. 70.

principalmente aos cursos acima citados. Munir, Ibrahim, Iran, Sônia, Sandra e Sarah são os filhos de Ibrahim, que se dedicaram à carreira acadêmica.

Antes de Munir terminar o curso de Medicina, a Sarah ingressou na Faculdade de Odontologia da UFJF, vindo a se formar em 1971, tendo o Munir como médico, se formado em 1968.

(...)

Nesse mesmo ano de 1971, o Ibrahinzinho fez o vestibular de medicina na UFJF e foi aprovado. Em 1973, o Iran tentou o vestibular de Engenharia, também em Juiz de Fora (UFJF) e, como os outros, também passou. Enquanto isso a Sônia que estudava em Ubá, na Faculdade de Filosofia e já estava no terceiro ano de Faculdade, resolveu também fazer o vestibular para Engenharia na mesma UFJF e conseguiu ser aprovada em 1974. Em 1976, o Ibrahinzinho recebeu seu diploma de médico; em 1977, foi a vez de Iran se graduar como engenheiro, fato que se repetiu no ano seguinte, quando Sônia foi diplomada também como engenheira.⁴¹⁹

Estes depoimentos nos mostram que na região de Juiz de Fora também foi comum a dedicação aos estudos a partir da segunda geração, assim como o foi para o Brasil como um todo. E foi Yussef, pai de Salim Miguel, após ter feito várias tentativas de se estabilizar, depois de ter mudado várias vezes de cidade e mesmo assim não ter tido tanto sucesso, quem melhor sintetizou essas expectativas: “(...) *Esperanças agora são os filhos. Que começam a se desprender. Em busca de caminho próprio. Quem sabe neles a realização que procuravam ao aventurar-se, de tão longe para outra terra...*”.⁴²⁰

⁴¹⁹ Idem, p. 70, 72.

⁴²⁰ MIGUEL, op. cit. p. 136.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a condição de ser estrangeiro em uma nova terra e de enfrentar o desconhecido é complexa. Por isso a decisão de emigrar não acontece de uma hora para outra. Não é fácil e nem cômodo deixar parentes, amigos, até mesmo mulher e filhos, para ir para um lugar que nem imaginam como é. Nesse sentido, nosso primeiro esforço foi compreender o porquê de alguns povos, em especial os sírios e os libaneses, deixarem sua terra natal para emigrarem para um local de tradições tão distintas das suas. E encontramos várias razões para tal proeza. Podemos destacar como primeiro fator de expulsão da terra de origem (dos atuais Síria e Líbano) as dominações sofridas por estes povos pelos turcos otomanos e posteriormente pelos franceses.

Um segundo impulsionador destas emigrações foi a melhoria dos transportes marítimos e terrestres que facilitou a chegada de bens manufaturados europeus na região do Oriente Médio, o que contribuiu para a desorganização do comércio local e levou à falência um número grande de artesãos locais que não conseguiram competir com o preço dos bens importados. Agregado a isto está o aumento populacional, devido a uma queda na mortalidade que exigiu mais terras e mais produtos, e isto não havia para todos. Ademais, era freqüente as disputas entre as facções religiosas, particularmente, entre cristãos e muçulmanos. Estas disputas eram fomentadas pelos turcos otomanos e franceses, que para melhor dominarem apoiavam um ou outro grupo, causando hostilidades entre eles.

O núcleo familiar também foi outro fator estimulador da emigração, isto porque, este custeava os gastos advindos do processo imigratório, para que o imigrante pudesse trabalhar e economizar com o objetivo de melhorar a situação econômica de sua família que havia permanecido na cidade natal. Mas o dinheiro enviado pelo imigrante ajudaria também no enriquecimento desta perante os vizinhos da aldeia, pois o pecúlio vindo de fora do país era investido em compra de casas, terrenos, destacando-se assim dos outros moradores, que talvez não se beneficiassem com a ajuda de um parente emigrado.

De modo específico, para os sírios e libaneses que se instalaram em Juiz de Fora, foram cinco fatores que os levaram a emigrar. O primeiro deles está ligado à questão dos problemas sociais, como as poucas oportunidades de trabalho, os conflitos constantes, a não existência de terras para todos, o alto custo da formação escolar, dentre outros. Seguido a estes problemas, temos outros, como as guerras, que fizeram com que muitos fugissem por medo de serem mortos, de serem convocados ao exército, e mesmo devido à fome surgida com o fim da Primeira Guerra Mundial. Em terceiro lugar, estão as perseguições políticas implementadas pelo poder executivo sírio ou libanês contra aqueles que fizessem oposição a sua forma de governo. Havia também, e esse é um caso específico das mulheres, a vinda ocasionada por casamentos. Muitos imigrantes que vieram para Juiz de Fora, depois de algum tempo tendo acumulado pecúlio, voltaram à terra natal para visitar os parentes, mas também para casar. Contraíam matrimônio, e quando retornavam, suas esposas os acompanhavam deixando seus familiares para trás. Por fim, como mais um dos motivos que levaram estes povos a deixarem seu país de origem, encontramos o “efeito corrente”. Os irmãos, primos, pais, tios, que já estavam estabelecidos em Juiz de Fora, enviavam dinheiro pra a vinda de outros parentes, e diante das notícias de enriquecimento possíveis nas Américas, não se pensava muito para aproveitar esta oferta.

Em Juiz de Fora, nossa cidade objeto de estudo, os sírios e os libaneses começaram a chegar a partir da última década do século XIX. Através das entrevistas que realizamos percebemos que os que eram naturais do atual Líbano, vieram de várias cidades como Ras Baalbek, Beit Edine, Jbail, Deir El Kamar, Al Hassun, dentre outras. Já os imigrantes que deixaram o território da atual Síria, procediam em sua maioria de Yabroud. Estes estrangeiros geralmente passavam por outras cidades antes de dirigirem-se para Juiz de Fora, como pelo estado do Rio de Janeiro (Resende, Cantagalo, Petrópolis), por São Paulo, Paraná, Minas Gerais (Ouro Preto, Raul Soares, Santos Dumont), dentre outros. Os que vieram direto para esta cidade era por terem sido chamados por parentes ou amigos.

A partir dos depoimentos que colhemos constatamos que os sírios e os libaneses escolheram a cidade de Juiz de Fora para viver porque esta era considerada como um lugar de clima bom, bem localizada para o comércio, e que oferecia boas oportunidades de trabalho. Principalmente para este grupo étnico que dedicou-se primeiramente a mascateação, a fim de amalhar dinheiro, a cidade proporcionava excelentes oportunidades, por ser importante núcleo cafeeiro e vivenciar no período estudado um crescimento urbano-industrial. Depois de um tempo como mascates, alguns desses imigrantes sírios e libaneses acabavam por montar

estabelecimentos comerciais, geralmente localizados na parte baixa da Rua Marechal Deodoro, próximo à Estação da linha férrea. Muitos também procuraram essa região da cidade para estabelecerem suas residências. Além de comercializar como mascates ou como pequenos lojistas, também participavam das feiras semanais que ocorriam em ruas específicas da cidade.

Outra dimensão estudada do processo de inserção dos imigrantes sírios e libaneses em Juiz de Fora foi a formação escolar. Tendo em vista a inexistência de uma escola árabe, esses imigrantes e seus descendentes acabaram por estudar, particularmente, em três escolas por nós analisadas: Granbery (particular e metodista), Academia de Comércio (particular e católico) e o Grupo Escolar Delfim Moreira (público). E nestes recintos eles tiveram contato próximo com as crianças locais, travando laços de amizade e conhecimento mútuo.

Quanto aos matrimônios contraídos, constatou-se que num primeiro momento predominaram casamentos entre patrícios, isto é, no interior do grupo étnico estudado. Mas, a partir da década de 1930 tornaram-se comuns também os matrimônios exógenos ao grupo, principalmente, homens sírios ou libaneses que casavam-se com mulheres brasileiras ou de outras nacionalidades. Mais um fator de aproximação entre as duas culturas: a síria e a libanesa com a brasileira. Aproximação também percebida através dos apadrinhamentos de casais brasileiros ou pessoas de outras descendências, na medida em que o este pressupõe, muitas vezes, relação próxima de amizade e respeito.

Buscou-se também discutir as atividades profissionais e econômicas desses imigrantes. Observamos que a maioria dos sírios ou dos libaneses dedicou-se a profissão de mascate, atividade que por vários meios foi reprimida pelas autoridades municipais. Entretanto, é preciso ressaltar que essa inserção também se fez ultrapassando alguns obstáculos. Longe de haver apenas contatos marcados por laços de amizade, houve também desavenças/conflitos que foram por nós caracterizadas como sendo de dois tipos: as que eram feitas por escrito e direcionadas para os jornais, para a Associação Comercial, para a Câmara Municipal, dentre outros; e aquelas que culminaram em crimes de lesão corporal, calúnia ou injúria. O primeiro tipo refere-se às reclamações dos comerciantes estabelecidos descontentes com os ganhos e as práticas adotadas pelos vendedores ambulantes. Utilizavam de uma retórica extremamente agressiva para convencer a todos de que estes mascates eram ladrões e que só queriam furtar os cofres locais. A segunda situação foi marcada por agressões físicas e ofensas pessoais. Constatou-se que a maioria dos réus nos processos criminais analisados era de sírios ou libaneses, do sexo masculino e que tinham como profissão a de comerciante.

Apesar dessas constatações, os processos criminais analisados revelam também que além dos conflitos, havia espaço para amizades e solidariedades demonstradas, por exemplo, através dos depoimentos das testemunhas. Em muitas situações que tiveram como vítima um sírio ou um libanês, encontramos depoimentos favoráveis aos agredidos oferecidos por brasileiros, italianos, portugueses, sírios e libaneses.

Por fim, analisamos os mecanismos de ascensão social verificados no interior desse grupo de imigrantes. Nosso ponto de partida foi se contrapor a uma perspectiva recorrente nas memórias da imigração e, muitas vezes, encontrada na própria historiografia. Refiro-me à idéia de que, em função do esforço e do suor do trabalho, esses imigrantes ascenderam rapidamente da condição de mascates à de grandes industriais. De forma contrária, verificou-se que entre os sírios e os libaneses estabelecidos em Juiz de Fora poucos foram os que conseguiram, no período estudado, tornar-se grandes industriais. Aqueles que ascenderam economicamente e socialmente dedicaram-se, em sua maioria, às atividades comerciais.

Perseguimos na dissertação as trocas culturais vivenciadas entre esses imigrantes e a população juizforana. Neste sentido, concordamos com Samira Osman quando ela destaca que a *“imigração levou a um enraizamento desses membros e seus descendentes no novo país, sem que ocorresse, por outro lado, uma ruptura total com o cordão que os unia a pátria de origem”*.⁴²¹ Percebemos então, que eles passaram a amar ainda mais sua terra, pois lá ficaram familiares, amigos, e a idéia de um lugar bom que precisaram deixar em busca de melhores empregos e para onde um dia voltariam ao menos para visitar. A saudade fez com que estes imigrantes esquecessem dos problemas que um dia os levaram a emigrar, e em contraposição, houve uma supervalorização de sua cidade natal, lembrando-se desta com nostalgia, apontando suas qualidades positivas, exaltando o solo que dá bons frutos, a solidariedade, as belezas naturais, dentre outros. Podemos ver essa situação acima destacada em um trecho do relato do casal Georges Sabbagh e Sônia Sabbagh.

Era comum juntar famílias para trabalhar. Meu avô fez assim. Chamou uma, duas, três famílias, foram os filhos morar com eles, plantar a terra, pra poder colher o trigo, o grão-de-bico, a lentilha, o feijão, *tudo!* E lá planta, lá o libanês planta. (...). *Terra cheia de pedras! Mas nascem muitas frutas*, o pêssego deste tamanho⁴²², o figo, a uva, cada cacho deste tamanho⁴²³... (...) Só precisa plantar. E o libanês não é preguiçoso, nesse ponto não. Cada um tem sua casa, tem seu jardim, tem sua

⁴²¹ OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: História Oral de vida familiar.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. vol. 01e 02. p. 432.

⁴²² Neste momento ela indica com a mão o tamanho do pêssego do Líbano.

⁴²³ Idem.

horta, não se atrapalha, ele dá a volta por cima sempre. (...) *Lá não tem pobre*, apesar da guerra, cada um tem a sua casa, a mesa farta, isso é a primeira coisa, comer bem. E pode ser que não tem trabalho, mas uma família trabalha e já ajuda, entendeu? Não tem essa pobreza na rua, mendigos, lá não tem.⁴²⁴

(Depoimento de Sônia Sabbagh e Georges Sabbagh)

Osman também aponta para o fato de que todo processo migratório árabe foi permeado por uma tentativa dupla de preservação e adaptação, desejando-se melhorar de vida e manter suas tradições, o que foi sendo menos comum a partir da segunda geração.⁴²⁵ Ou seja, ao longo dos anos o processo de inserção foi ocorrendo, no entanto, este também veio acompanhado de uma tentativa de manter alguns traços culturais de forma que não prejudicasse a instalação na nova pátria.

Em Juiz de Fora não foi diferente. Houve um processo de aculturação nas várias dimensões que demonstramos acima. Tanto os imigrantes quanto a população local aculturaram-se, ao estabelecerem contato direto com os locais no que condiz ao espaço escolar, aos casamentos exógenos, aos apadrinhamentos de pessoas de outras nacionalidades, ao trabalho, dentre outros. Dessa forma, podemos dizer que sírios e libaneses foram influenciados pelas práticas e valores da população local – mas sem perderam suas tradições da terra de origem – e da mesma forma a população de Juiz de Fora foi influenciada pelas tradições sírias e libanesas.

Com o passar do tempo e com as próximas gerações, a adaptação e a aculturação foi tornando-se mais presente e os hábitos culturais locais menos estranhos e diferentes. A permanência dos sírios e dos libaneses em Juiz de Fora permitiu uma troca entre ambas as culturas, tornando-as mais tolerantes e muito mais ricas.

⁴²⁴ Entrevista com o senhor Georges Sabbagh e a senhora Sônia Sabbagh, realizada na cidade de Juiz de Fora, no dia 12 de janeiro de 2007.

⁴²⁵ Idem, p. 435.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – PRIMÁRIAS

A – MANUSCRITAS

1. ARQUIVO PESSOAL DE FELIPPE COURY JABOUR.

1.1 Homenagem da Câmara Municipal de Juiz de Fora a Felipe Coury Jabour.

2. ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA.

2.1. Fundo da Câmara Municipal, República Velha. Documentos situados nos anos de 1893 – 1933.

- Série 44/7. Caixa: 71. 17/10/1895.
- Série 46/3. Caixa: 74. 01/04/1890, 20/03/1896.
- Série 84/03. Caixa 88. 08/02/1918, 24/10/1922, 04/01/1930.
- Série 123/01. Caixa: 115. 31/05/1911.
- Série 164. Caixa 120. 25/10/1893.
- Série 202. Caixa 128. 07/04/1914.
- Série: 104. Caixa: 100. 26/07/1924.

2.2. Processos crime. Fundo Benjamin Colucci. Lesão Corporal e Calúnia e Injúria. 1890-1940.

- Série 28 (Lesão Corporal):
 - ✓ Caixa 96, 30/03/1892;
 - ✓ Caixa 97, 22/11/1892;
 - ✓ Caixa 99, 21/08/1893;
 - ✓ Caixa 101, 17/01/1894;
 - ✓ Caixa 105, 25/10/1895;
 - ✓ Caixa 107, 14/09/1896;
 - ✓ Caixa 110, 18/09/1898, 02/11/1898, 25/04/1899;
 - ✓ Caixa 118, 30/05/1904 e 17/07/1904;
 - ✓ Caixa 124, 16/04/1909;
 - ✓ Caixa 134, 06/01/1916;
 - ✓ Caixa 135, 09/08/1916;
 - ✓ Caixa 137, 29/01/1918;
 - ✓ Caixa 142, 07/11/1922;
 - ✓ Caixa 148, 04/06/1928
 - ✓ Caixa 152, 14/07/1930;
 - ✓ Caixa 154, 20/09/1931;

- ✓ Caixa 155, 16/02/1932;
 - ✓ Caixa 156, 11/08/1932;
 - ✓ Caixa 157, 31/01/1933;
 - ✓ Caixa 160, 08/02/1935;
 - ✓ Caixa 162, 10/02/1937 e 30/08/1937;
 - ✓ Caixa 163, 24/01/1938.
- Série 29 (Calúnia e Injúria):
 - ✓ Caixa 167, 19/04/1897;
 - ✓ Caixa 168, 11/04/1912;
 - ✓ Caixa 170, 14/08/1933.

3. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE JUIZ DE FORA.

3.1. Atas da Diretoria. 1890-1940.

- Livro número: 875/50 (Qualificação dos sócios);
- Livro número: 420 (Atas da Diretoria – 24/06/1915 a 28/03/1919);
- Livro número: 421 (Atas da Reunião da Diretoria – 27/06/1937 a 27/10/1942);
- Livro número: 270 (Registro de Presença das Reuniões da Diretoria – 24/08/1912 a 10/01/1991).

4. ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

4.1 Inventários do Primeiro Ofício. 1890-1940.

- ID 1042, caixa 52A14, 1929;
- ID 1188, caixa 59A, 1945;
- ID 1192, caixa 59A, 1946;
- ID 2331, caixa 293B, 1912;
- ID 2818, caixa 338B, 1920;
- ID 2903, caixa 345B, 1921;
- ID 3136, caixa 364B, 1923;
- ID 3173, caixa 367B, 1923;
- ID 3180, caixa 367B, 1924;
- ID 3615, caixa 399B, 1928;
- ID 3851, caixa 411B, 1930;
- ID 3920, caixa 414B, 1931;
- ID 4000, caixa 418B, 1931;
- ID 4165, caixa 426B, 1933;
- ID 4192, caixa 427B, 1933;
- ID 4214, caixa 427B, 1933,
- ID 4571, caixa 447B, 1937;
- ID 4592, caixa 448B, 1937;
- ID 4631, caixa 450B, 1937;
- ID 4739, caixa 456B, 1938;
- ID 4956, caixa 470B, 1940.

5. ARQUIVO HISTÓRICO E MUSEU GRANBERY.

5.1. Livros de Matrícula. 1889-1938.

6. ARQUIVO DO COLÉGIO ACADEMIA.

6.1. Livros de Matrícula. 1895-1932.

7. ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA.

7.1. Livros de Matrícula. 1939-1940.

8. ARQUIVO DA IGREJA CATEDRAL DE JUIZ DE FORA.

8.1. Registros de Casamento realizados nesta Igreja. 1890-1940.

9. RESOLUÇÕES DA CÂMARA. Fundo da Câmara Municipal, República Velha. (Disponível: Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora).

- 119 de 19 de dezembro de 1892;
- 290 de 16 de agosto de 1894;
- 318 de 31 de dezembro de 1894;
- 385 de 10 de outubro de 1896;
- 372 de 20 de maio de 1896.
- 645 de 02 de outubro de 1909;
- 715 de 1º de maio de 1916;
- 732 de 08 de novembro de 1916.

10. FONTES ORAIS

10.1. Wilson Coury Jabour.

- Ascendência libanesa, nascido em Juiz de Fora em 24/07/1931.
- Entrevista realizada no dia 03/10/2006.

10.2. Mtanos Miana

- Libanês da cidade de Ras Baalbek, nascido em 17/05/1934.
- Entrevista realizada no dia 08/11/2006.

10.3. Marie Hallack

- Síria da cidade de Yabroud, nascida em 21/10/1936.
- Entrevista realizada no dia 10/01/2007.

10.4. Amália Arbache Cury

- Síria da cidade de Yabroud, nascida em 17/05/1937.
- Entrevista realizada no dia 11/01/2007.

10.5. Georges Sabbagh

- Libanês da cidade de Deir El Kamar, nascido em 03/03/1926.
- Entrevista realizada no dia 12/01/2007.

10.6. Sônia Sabbagh

- Libanesa da cidade de Jbail, nascida em 26/11/1935.
- Entrevista realizada no dia 12/01/2007.

10.7. Wadya Arbex

- Síria da cidade de Yabroud, nascida em 01/11/1914.
- Entrevista realizada no dia 15/01/2007

10.8. José Kassis

- Sírio da cidade de Yabroud, nascido em 15/08/1930.
- Entrevista realizada no dia 16/01/2007.

10.9. Rachel Kassis

- Ascendência síria, nascida em Chácara em 13/08/1934.
- Entrevista realizada no dia 16/01/2007.

10.10. Maria Hallack

- Síria da cidade de Yabroud, nascida em 14/06/1916.
- Entrevista realizada no dia 17/01/2007.

10.11. Nicolas Youssef Nakhle

- Sírio, legalmente libanês, da cidade de Maalula, nascido em 12/07/1937.
- Entrevista realizada no dia 19/01/2007.

10.12. Emma Jabour

- Libanesa, nascida em Juiz de Fora em 26/05/1933.
- Entrevista realizada no dia 22/01/2007.

10.13. Luiz Abrahão Sefair

- Ascendência libanesa, nascido em Juiz de Fora em 10/07/1940.
- Entrevista realizada no dia 05/03/2007.

10.14. Mounira Haddad Rahme

- Síria da cidade de Yabroud, nascida em 13/10/1937.
- Entrevista realizada no dia 05/03/2007.

B – IMPRESSAS

ALMANACH DE JUIZ DE FORA.

- Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Companhia, 1891. Ano I.
- Juiz de Fora: Editores Leite Ribeiro & Companhia, 1892.

- Juiz de Fora: Editores Mattoso & Medeiros, 1897. Ano II.
- Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1898. Ano III.
- Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1899. Ano IV.
- Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1908.
- Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1914.
- Juiz de Fora: Typographia Commercial, 1916.
- Juiz de Fora: Editores J. Ribeiro & Companhia, 1917.
- Juiz de Fora: s/e. 1922.

DIÁRIO MERCANTI. Juiz de Fora: 23 de abril de 1966. Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora- MG.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1915.

JORNAL DO COMÉRCIO. Juiz de Fora: Ano de 1897 e Abril a Junho de 1914. Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora- MG.

O PHAROL. Juiz de Fora: 1901, 1902, 1903, 1907, 1912, 1914. Centro de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, Juiz de Fora- MG.

C – INTERNET

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE CHICAGO. Relatório dos Presidentes da Província de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.crl.edu/content.asp?11=4&12=18&13=33&14=22>.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 24 DE FEVEREIRO DE 1891. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm. Capturado em: 22/09/2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 16 DE JULHO DE 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Capturado em: 16/08/2006.

IBGE. Estatísticas para o século XX. Dados dos anos de 1908 a 1912. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculox/default.shtm>. Capturado em 08/05/2007.

IBGE. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>. Capturado em: 03/09/2007.

D – LIVROS MEMORIALÍSTICOS SOBRE IMIGRAÇÃO

JACOB, Elias. **Pelos caminhos da vida.** S.n.t.

JACOB, Ibrahim. **Minha vida, minha luta:** reminiscências. 3ª ed. Ubá: s/e, 1944.

MIGUEL, Salim. **Nur na escuridão.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2004.

II. SECUNDÁRIAS

A – BIBLIOGRAFIA SOBRE IMIGRAÇÃO

- ALMEIDA, Ludmilla Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: BORGES, Célia Maia. (org.). **Solidariedades e conflitos: histórias de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.
- AKMIR, Abdelwahed. La inserción de los inmigrantes árabes em Argentina (1880-1980): implicaciones sociales. p. 242. In: **Anaquel de estudios árabes**. Nº 02, 1991, p. 237-260. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal/modules.php?name=Revistas2&id=ANQE>.
- ARAÚJO, José Renato de Campos & PAIVA, Odair da Cruz & RODRIGUEZ, Carlos L. **Imigrantes e empreendedores em São Paulo, Brasil: desenvolvimento econômico no “melting pot” brasileiro**. No prelo. p. 01-40.
- ARBEX, Alberto Ibrahim. A colônia síria em Juiz de Fora. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, v. 1, 49-54, janeiro de 1965.
- BASTOS, Wilson de Lima. **Os sírios em Juiz de Fora**. Juiz de Fora : Edições Paraibuna, 1988.
- _____. Presença do elemento estrangeiro em Juiz de Fora (Alemães, Italianos, Sírios e Libaneses). **Anais do VI Simpósio de História do Vale do Paraíba**. Juiz de Fora, s/e, 1984.
- BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 4ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (JF – 1858-1921)**. Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- DORNELAS, Juliana Gomes. Ares Árabes na Manchester Mineira: um estudo sobre os sírios e libaneses em Juiz de Fora (1893-1933). Monografia de Bacharelado pelo Programa de Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- ESCANILLA, Ingrid Bejarano. La emigración árabe a El Ecuador. In: **Anaquel de Estudios Árabes**. p. 57,58,65. n. 08, 1997, p. 57-70. Disponível em: <http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal/modules.php?name=Revistas2&id=ANQE>.
- FAUSTO, Boris. Imigração: cortes e continuidades. In: NOVAIS, Fernando (coord.) & SCHWARCZ, Lilia Moritz, (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 04.
- GATTAZ, André. Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes. São Paulo: Gandalf, 2005.
- GREIBER, Betty Loeb. **Memórias da imigração: libaneses e sírios em São Paulo**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- KHATLAB, Roberto. **Brasil-Líbano: amizade que desafia a distância**. São Paulo: EDUSC, 1999.

- KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **A dimensão nacional do processo imigratório dos sírios e libaneses no Brasil: os patrícios no nordeste**. No prelo.
- _____. Identidade étnica e representação política: descendentes de sírios e libaneses no Parlamento brasileiro, 1945-1998. In: OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de (org.). **Guerras e migrações**. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista Saúde pública**. São Paulo, 1974. Vol.08, p. 49-90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>. Capturado em: 04/09/07.
- LOPES, Leandro Aparecido. Imigração libanesa para Guaxupé. Trabalho monográfico pelo Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé – UNIFEG. Guaxupé: UNIFEG, 2005.**
- MENEZES, Lená Medeiros de. **Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- _____. Movimentos e políticas migratórias em perspectiva histórica: um balanço do século XX. p. 126. In: CASTRO, Mary Garcia. (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 123-136. Disponível em: www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm.
- MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas (1889-1930)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1994.
- NUNES, Heliane Prudente. Historiografia da imigração árabe nos Estados Unidos e no Brasil: uma perspectiva comparativa. In: **Textos de História**, v. 04, nº 01, 1996. UNB: Brasília.
- _____. **A imigração árabe em Goiás (1880-1970)**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História da USP, abril de 1996. 271 p. São Paulo: USP, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 2ª edição.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **O mais importante era a raça: sírios e libaneses na política em Campo Grande**. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas do Departamento de História da USP. São Paulo: USP, 2001.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1991.
- OSMAN, Samira Adel. **Caminhos da imigração árabe em São Paulo: História Oral de vida familiar**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. vol. 01e 02.
- PEQUENO, Isabel. Destino árabe tecido por instinto mascate. **Imigrantes 150 Anos: Edição Comemorativa dos 150 Anos de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 31 de maio de 2000, p. 30-41.
- RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 20.. In: MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/CCBB, 1996. p. 59-82.
- SAFADY, Jorge S. **Líbano no Brasil**. São Paulo: Comercial Safady, 1956.

- _____. **A imigração árabe no Brasil (1880-1971)**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1972. São Paulo: USP, 1972.
- SAFADY, Jamil. **A cultura árabe no Brasil, Líbano e Síria**. São Paulo: Comercial Safady, 1971.
- _____. **O café e o mascate**. São Paulo: Organização Jamil Safady, s/d.
- SAFADY, Wadih. **Cenas e cenários dos caminhos de minha vida**: depoimentos e contribuição para a história da imigração dos povos árabes para o Brasil. São Paulo: s/e, 1966.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
- SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marco Chor (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.
- _____. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. p. 149. In: CASTRO, Mary Garcia. (coord.). **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 137-150. Disponível em: www.cnpd.gov.br/public/obras/migracoes_frm.htm.
- TRENTO, Ângelo. **Os italianos no Brasil**. São Paulo: Prêmio, 2000.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Patrícios: Sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **De mascates a doutores: Sírios e libaneses em São Paulo**. São Paulo: Sumaré, 1992.
- _____. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. O lugar certo na época certa: árabes no Brasil e nos Estados Unidos – um enfoque comparativo. **Revista Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n. 27, 2001.
- _____. Cultura e imigração Árabes: influência na sociedade brasileira. In: **Relações entre Brasil e o mundo Árabe: construção e perspectiva.**, 06, 2000. **Anais do Seminário Internacional...** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2001. Parte VII, p. 01-73

B – OBRAS GERAIS

- AVELINO, Paulo. **O cristianismo e seus ritos**. Disponível em: www.eduquenet.net. Capturado em: 02 de agosto de 2005.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- _____. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. 2ª ed.
- _____. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 07, 1991, p. 66-81.

- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- _____. Ethnic Groups and boundaries: the social organization of culture difference. (org.). Boston: Little Brown & Co. 1969. Apud: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- BASTOS, Wilson de Lima. **Academia de Comércio de Juiz de Fora: o primeiro instituto superior de comércio do Brasil, subsídios para a História e a Historiografia**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1982.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz Editora LTDA, 1983.
- CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **“Europa dos pobres”**: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DESTINIA.COM. **Mapa da Síria**. Disponível em: <http://destinia.com/guide/el-mundo/oriente-medio--norte-de-africa/siria/1-30005-30212/map/es>. Capturado em: 10/10/07.
- ENCICLOPÉDIA POPULAR CATÓLICA. **Melquitas**. Disponível em: www.ecclesia.pt/catolicopedia/. Capturado em: 02 de agosto de 2005.
- ESCOLAR.COM. **Mapa do Líbano**. Disponível em <http://www.atlasescolar.com.ar/mapas/lebanon.gif>. Capturado em: 10/10/07.
- FENTRESS, James & WICKHAM, Chris. Ordenamento e transmissão da memória social. In: **Memória social: novas perspectivas sobre o passado**. Lisboa: Editora Teorema, 1992.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coordenadoras). **Usos & abusos da História Oral**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- GEERTZ, CLIFFORD. **A interpretação das culturas**. RJ: LTC Editora, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº. 24, 1996, p. 68-75.
- HITTI, Philip K. **The Near East in History**. New York, 1961. Apud. **Site da História Islâmica**. Disponível em: http://www.geocities.com/ibnkhaldoun_2000/index.html. Capturado em: 04/09/07.
- HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- JUIZ DE FORA EM 2 TEMPOS. Juiz de Fora: Tribuna de Minas, 1996.
- LINHARES, Maria Yeda. **Orientes Médio e o mundo dos árabes**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Tudo é História.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo: EDUC, 1998.
- LUCA, Tânia Regina de. **A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação**. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, Capital e Poder: políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira**, 1990. 322 p. Dissertação de Mestrado, do curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Niterói, novembro de 1990.

- NEVES, Margarida de Souza. Os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff. **Ler e escrever para contar:** documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998. 281 p.
- NORBERT, Elias. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora.** 2ª ed. Juiz de Fora: Gráfica Comercio e Indústria, 1966.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PIRES, Anderson. **Café e Indústria em Juiz de Fora:** uma nota introdutória. Juiz de Fora: história, texto e imagem/ Alberto Pinho Neves, Ignácio José Godinho Delgado e Mônica Ribeiro de Oliveira, organizadores. Juiz de Fora (MG): Funalfa Edições, 2004, 192p.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, 1989. n° 3, Memória. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo.** Rio de Janeiro: Revista do Departamento da Universidade Federal Fluminense. Vol. 01, n°. 02, dezembro de 1996.
- _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- ROCHA, Marília Librandi. Judeus na “Manchester Mineira”. In: **LOCUS - Revista de História do Núcleo de História Regional da UFJF.** Juiz de Fora, v. 08, n.02, p. 107-119, 2002.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** Rio de Janeiro: Casa Oswaldo Cruz/ Fiocruz. V. 01, março-junho de 1998.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança:** Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

ANEXO 1 - MODELO DE QUESTIONARIO PARA ENTREVISTAS

PRIMEIRA PARTE:

1. Nome e Idade
2. Descendência
3. Nome dos pais
4. Quantos filhos teve e quais os nomes
5. Quanto tempo mora no Brasil
6. De que localidade (da Síria ou do Líbano) emigrou
7. Qual foi o primeiro parente a vir para o Brasil e para Juiz de Fora
8. Quando ele veio e quando se instalou em Juiz de Fora
9. Como foi que ele veio (sozinho, já tinha conhecidos na região ou no país)

SEGUNDA PARTE

10. Como foi a infância e crescimento no país de origem
11. Decisão da saída
12. Por que Brasil?
13. Chegada no novo país
14. Chegada em Juiz de Fora
15. Que tipo de trabalho
16. Contato local: relação com os locais
17. Estabelecimento: onde moravam, casamentos, educação dos filhos, gastronomia, língua, cultura, religião
18. Ascensão social?
19. Idéia de retorno ao Líbano (retornou ou não?)

